

54ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

**SUBCOMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE DISCUTIR AS
QUESTÕES ACERCA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NA AGRICULTURA E
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E
EXTENSÃO RURAL (SUBAGRIF)**

RELATÓRIO FINAL

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2011 E 2012

09 de Abril de 2013

MEMBROS DA SUBCOMISSÃO

Presidente: **Deputado ZÉ SILVA** – PDT/MG

Vice-Presidente: **Deputado JESUS RODRIGUES** – PT/PI

Relator: **Deputado OZIEL OLIVEIRA** – PDT/BA

TITULARES	SUPLENTES
Jesus Rodrigues - PT/PI	Josias Gomes - PT/BA
Celso Maldaner - PMDB/SC	Edinho Araujo - PMDB/SP
Vitor Penido - DEM/MG	Luiz Carlos Heinze - PP/RS
Neri Geller - PP/MT	Marcos Montes - PSD/MG
Jairo Ataíde - DEM/MG	Heleno Silva - PRB/SE
	Célia Rocha - PTB/AL
	Giovanni Queiroz - PDT/PA

SUBCOMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE DISCUTIR AS QUESTÕES ACERCA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NA AGRICULTURA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E EXTENSÃO RURAL (SUBAGRIF)

Presidente: Deputado ZÉ SILVA

Relator: Deputado OZIEL OLIVEIRA

I – Criação e instalação

Em abril de 2011, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR aprovou Requerimento que propõe a criação de Subcomissão Especial com a finalidade de discutir as questões acerca das energias renováveis na agricultura e das políticas públicas para a agricultura familiar e extensão rural (SUBAGRIF). A Subcomissão foi instalada em maio de 2011, quando se elegeram Presidente, Vice-Presidente e designou-se o Relator.

II – Proposta de trabalho

Para o norteamento dos trabalhos, foram definidos os objetivos gerais e específicos da SUBAGRIF:

a) Objetivos gerais:

- Estruturar o acesso a políticas públicas para agricultura familiar;
- Discutir as questões acerca das energias renováveis na agricultura.

b) Objetivos específicos:

- Propor medidas que contribuam para viabilizar a produção de energias renováveis pela agricultura;
- Propor ações de integração entre os diversos programas governamentais e demais instrumentos de políticas públicas para a agricultura familiar, tais como:

- a) disponibilidade universalizada e oportuna e o acesso ao crédito pela agricultura familiar;

- b) integração e complementaridade do crédito rural a outros Programas governamentais;
- c) elaboração de um zoneamento agroecológico que oriente para as vocações agrossilvipastoris de cada região brasileira em perfeita sintonia com a preservação ambiental;
- d) pesquisa agropecuária coerente com as necessidades dos agricultores familiares; e
- e) serviço de assistência técnica e extensão rural robusto, contemporâneo e universalizado no território nacional.

Para a consecução dos objetivos propostos foram programadas audiências públicas a serem realizadas na Câmara dos Deputados e reuniões de trabalho em Minas Gerais e outros locais. A seguir é apresentada a programação de atividades de 2011 e 2012.

Tema 1. Discussão das questões de produção, comercialização e legislação da inspeção sanitária vegetal e animal aplicada aos produtos artesanais produzidos em agroindústrias de pequeno porte.

Nesta ocasião deverão ser discutidos os entraves à implantação do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA.

Data: 12 de junho de 2012

Local: Câmara dos Deputados

Convidados:

- Secretário Nacional de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- Diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valores do Ministério do Desenvolvimento Agrário
- EMATER-MG
- EPAMIG
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária
- OCB – Organização das Cooperativas do Brasil
- Instituto Mineiro de Agropecuária
- Consórcio catarinense registrado no Suasa

Tema 2. Discussão da legislação em vigor para a produção e comercialização do queijo artesanal de leite cru.

Data: 08 de novembro de 2011

Local: Câmara dos Deputados

Convidados:

- MAPA
- MDA
- APROCAME – Associação dos Produtores de Queijo Canastra de Medeiros
- EMATER-MG
- EPAMIG
- CONTAG
- CNA
- OCB
- Instituto Mineiro de Agropecuária
- Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial de Minas Gerais
- OCEMG – Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais
- Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura de MG
- Federação da Agricultura e Pecuária de MG
- Universidade Federal de Viçosa
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- Cooperativa dos Produtores Rurais do Serro

Tema 3. Plano-Safra da Agricultura Familiar (AF); volume de recursos, fontes de financiamento e adequação das linhas de crédito para a AF; grau de endividamento do agricultor familiar e alternativas para solução do problema. A questão da sucessão geracional na agricultura familiar.

Data: 09/05/2012

Local: Câmara dos Deputados

Convidados:

- ASBRAER
- CNA
- Banco do Brasil
- Ministério do Desenvolvimento Agrário

- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- FETRAF - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
- CONAB - Companhia Nacional do Abastecimento
- OCB
- BNB – Banco do Nordeste do Brasil
- BASA – Banco da Amazônia
- FASER – Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil

Tema 4. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. A necessidade de um órgão federal para exercer a coordenação da Política de ATER e a estratégia para sua instituição. O que pode mudar com a Lei da Extensão Rural. Os recursos orçamentários e os modelos de convênios para o financiamento das ações de ATER. Participação da ATER no Programa “Brasil Sem Miséria”.

Data: 13/09/2012

Local: Câmara dos Deputados

Convidados:

- Deputados da Frente Parlamentar da Assistência Técnica e Extensão Rural
- Ministério do Desenvolvimento Agrário
- Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – ASBRAER
- FAZER
- EMATER-MG
- CONTAG

Tema 5. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Aquisição de Alimentos para Merenda Escolar (PNAE) – implicações contábeis, previdenciárias e fiscais para o agricultor familiar.

Data: 26 de junho de 2012

Local: Câmara dos Deputados

Convidados:

- MDA
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
- CONAB

- CONTAG
- ASBRAER
- ABER – Academia Brasileira de Extensão Rural
- FAZER
- INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
- CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária
- EMATER-MG

Tema 6. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. O que mudou com as chamadas públicas. Os recursos orçamentários e sua destinação

Data: outubro 2012

Local: Câmara dos Deputados

Convidados:

- Deputados da Frente Parlamentar da Assistência Técnica e Extensão Rural
- Ministério do Desenvolvimento Agrário
- Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – ASBRAER
- FAZER
- EMATER-MG
- CONTAG
- OCB
- MAPA
- INCRA
- ABER – Academia Brasileira de Extensão Rural

Tema 7. Políticas de geração e uso de energias renováveis no meio rural e na atividade agropecuária. O Programa Nacional de Biodiesel - avaliação após sete anos e as propostas de reformulação do programa. As culturas oleaginosas com potencial para produção de biodiesel. O programa do Dendê na Amazônia. A comercialização de biodiesel. Produção e uso do Biogás no meio rural. Geração distribuída de energia.

Data:

Local: Câmara dos Deputados

Convidados:

- Casa Civil da Presidência da República
- Ministério das Minas e Energia
- Petrobrás
- Itaipu Binacional – Dr. Cícero Bley
- Representante da Embrapa Agroenergia
- Embrapa Suínos e Aves – Dr. Ayrton Kum
- Universidade Federal de São Carlos – Prof. Otávio Valsec
- Universidade Federal do Rio de Janeiro – Prof. Adriano Pires
- Associação Brasileira das Indústrias de Biomassa e Energia Renovável
- Associação dos Produtores de Soja do Brasil – APROSOJA
- Representante da Associação Brasileira das indústrias de Óleos Vegetais – ABIOVE
- Associação Brasileira dos Produtores de Canola - ABRASCANOLA

Tema 8. Políticas de geração e uso de energias renováveis no meio rural e na atividade agropecuária. O Programa Nacional Etanol e as alterações a partir do novo marco legal. Produção de etanol em microdestilarias e o autoconsumo. Desafios tecnológicos para a produção do etanol de 2ª geração (rotas enzimática e química).

Data:

Local: Câmara dos Deputados

Convidados:

- Ministério das Minas e Energia
- Petrobrás
- Universidade Estadual de Campinas – Dr. Isaías Macedo
- Universidade de São Paulo – Prof. José Goldenberg
- União da Indústria da Cana-de-Açúcar de São Paulo – ÚNICA
- Associação da Indústria de Cogeração de Energia – COGEN
- Sr. Armando Guedes – Consultor independente
- Embrapa Agroenergia
- Universidade Federal de Itajubá – Prof. Luiz Augusto Horta Nogueira
- Representante da Amyris Brasil S/A

III – Principais Ações da Subagrif Junto ao Poder Executivo

Encaminhou-se à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República e ao Ministro do Desenvolvimento Agrário Indicação, da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, no sentido de criação de instituição federal de coordenação do Sistema Nacional de Assistência e Extensão Rural. Abaixo, transcreve-se trecho da Indicação:

“Com a reestruturação dos serviços de ATER tornou-se necessária a coordenação nacional do sistema de forma a que as políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar possam ter maior eficácia em sua implementação. É consenso entre os dirigentes de empresas estaduais de ATER a imprescindibilidade da criação de Instituição federal com as seguintes atribuições:

- 1. Implementar a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural;*
- 2. Coordenar, articular e gerenciar o Sistema Único de Assistência Técnica e Extensão Rural – Sibraer;*
- 3. Elaborar e coordenar e gerenciar o Programa Nacional de Ater (Pronater);*
- 4. Alocar os recursos do Fundo Nacional de Ater (Fundater) e outros operacionalizados pelo Pronater;*
- 5. Acompanhar a elaboração e execução dos programas estaduais de Ater;*
- 6. Avaliar a eficiência, a efetividade e os impacto dos serviços públicos de Ater.*

Com relação à personalidade jurídica mais adequada para a instituição nacional de coordenação, a Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) — entidade representativa das empresas estaduais de ATER — tem estudos e posição definida e demonstra o interesse em manifestar-se no momento adequado. Contudo, entende que a entidade deva ter, no mínimo, as capacidades operacionais e institucionais que seguem:

- ✓ Autonomia administrativa e financeira;*
- ✓ Competência para regulação e normatização; e*
- ✓ Capacidade operacional compatível com as atribuições a ela conferidas, seus objetivos e metas de atuação.”*

Encaminhou-se ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Indicação que sugere modificação na Portaria nº 146, de 7 de março de 1996, do MAPA, que aprova os regulamentos técnicos de identidade e qualidade dos produtos lácteos.

Na justificação, mencionou-se a importância do Queijo Canastra para a economia de Minas Gerais e a argumentação técnica para a alteração da Portaria nº 146, do MAPA, conforme trechos aqui reproduzidos:

“A produção e o comércio de queijo tipo Minas Artesanal — entre eles o secularmente conhecido por Canastra — têm grande importância para a economia rural de Minas Gerais, notadamente para os agricultores familiares. Segundo a EMATER-MG, são 27 mil famílias que utilizam leite de produção própria para a confecção artesanal de queijos e que muitas vezes fazem a venda direta para o consumidor final, sem intermediários, conseguindo assim melhores preços.

Até 1996, o queijo Minas frescal somente podia ser comercializado após decorridos 3 dias de sua produção. O prazo para os demais tipos de queijo era de 10 dias. Por meio da Portaria nº 146, de 7 de março de 1996, o MAPA estendeu esses prazos para um mínimo de 60 dias, em temperatura superior a 5°C, para todos os queijos fabricados com leite cru.

Ao exigir um período mínimo de maturação de 60 dias, contados a partir da entrada em entreposto do queijo artesanal fabricado na fazenda com leite cru (sem tratamento térmico), a legislação federal tornou-se inadequada à realidade. Os queijos Minas Artesanais mais demandados pelos consumidores são os frescos ou semi-cura, com um máximo de maturação de 21 dias, o que garante toda a expressão do sabor e a consistência mais adequada para seu consumo.

*A relação entre o tempo de maturação do queijo minas e suas características físico-químicas e microbiológicas foi estudada na dissertação de mestrado intitulada **“Queijo Minas Artesanal da Canastra maturado à temperatura ambiente e sob refrigeração”**, de autoria de Milene Therezinha das Dores, aprovada pelo Departamento de Tecnologia de Alimentos da Universidade Federal de Viçosa. A autora concluiu que: “independente do período de coleta (amostras de queijo canastra coletados na estação da seca e das chuvas), a temperatura ambiente foi decisiva para a redução da microbiota patogênica com 22 dias de maturação. Por sua vez, os*

queijos maturados sob refrigeração só atingiram os níveis permitidos pela legislação aos 37 dias, para os queijos fabricados no período da seca, e, ao valor estimado de 87 dias para aqueles fabricados no período das águas (páginas 70 e 71).

Dessa forma, à luz dos novos conhecimentos científicos, solicito ao Ex^{mo}. Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que analise a possibilidade de atualizar a referida Portaria nº 146, de 7 de março de 1996, no tocante ao período mínimo de maturação, à temperatura ambiente, dos queijos elaborados a partir de leite não pasteurizado.”

Em atendimento à solicitação da Subagrif, o MAPA editou a Instrução Normativa nº 57, de 15 de dezembro de 2011, com o objetivo de modificar a Portaria nº 146, de 07 de março de 1996, para permitir que os queijos artesanais tradicionalmente elaborados a partir de leite cru sejam maturados por um período inferior a 60 (sessenta) dias, desde que estudos técnico-científicos comprovem que a redução do período de maturação não compromete a qualidade e a inocuidade do produto.

Foram encaminhadas aos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento Agrário requerimentos de informações sobre operações de crédito rural contratadas ao amparo do Pronaf, visando subsidiar os trabalhos da Subagrif.

Solicitaram-se informações relativas à posição das dívidas originárias de operações de crédito do Pronaf junto aos bancos oficiais federais: Banco do Brasil S.A. – BB, Banco do Nordeste S.A. – BNB, Banco da Amazônia S.A. – BASA e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Os requerimentos foram acompanhados de planilha para preenchimento pelas entidades financeiras contendo:

- Número de operações por unidade da federação;
- Número de operações adimplentes e inadimplentes;
- Saldos das operações vincendas e vencidas;
- Valores em cobrança judicial.

IV – Seminário, Audiências Públicas, Reunião Externa e Reuniões Deliberativas da Subagrif

Ao longo do funcionamento da Subagrif foram realizadas Audiências Públicas e o Seminário da Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, nas dependências da Câmara dos Deputados, e uma Reunião Externa em Medeiros, Minas Gerais. Realizaram-se reuniões deliberativas entre seus membros, para tratar do planejamento e andamento dos trabalhos na Subagrif. A íntegra das apresentações e debates encontra-se no anexo do Relatório. A listagem dos eventos realizados pela Subagrif, em ordem cronológica, contendo a relação dos deputados participantes e dos convidados é apresentada a seguir:

1. Reunião Ordinária (instalação e eleição de presidente e vice-presidente) realizada em 6 de julho de 2011;
2. Reunião Ordinária (Deliberativa) realizada em 10 de agosto de 2011; Participantes: Deputados Zé Silva - Presidente; Jesus Rodrigues - Vice-Presidente; Oziel Oliveira - Relator; Celso Maldaner e Jairo Ataíde - Titulares; Célia Rocha - Suplente.
3. Reunião Externa para Discussão sobre Processos de Produção e Comercialização do Queijo Minas Artesanal, realizada em Medeiros-MG, em 19 de setembro de 2011; Participantes: Weber Leite Cruvinel, Prefeito Municipal de Medeiros; Deputado Estadual Antônio Carlos Arantes; Alexandre Gomes Fernandes, Fiscal Federal Agropecuário do Ministério da Agricultura; Clério Alves da Silva, Fiscal Federal Agropecuário do Ministério da Agricultura, em Minas Gerais; José dos Reis Alves, Presidente da Câmara Municipal de Medeiros; Armindo Augusto Santos, Diretor da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Minas Gerais; Silvano de Andrade, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Medeiros; Geraldo Martins Ribeiro, Presidente da APROCAME – Associação dos Produtores de Queijo Canastra de Medeiros; Wellington Dias Silveira, Gerente Regional da Emater-MG; Albany Árcegas, Coordenador Técnico Estadual da Emater-MG; Marinalva Martins Soares Silva, Coordenadora Técnica da Emater-MG; e Élcio José Tomaz, Secretário Municipal de Agricultura de Medeiros.
4. Reunião Ordinária (Deliberativa) realizada em 24 de agosto de 2011; Participantes: Deputados Zé Silva - Presidente; Jesus

- Rodrigues - Vice-Presidente; Oziel Oliveira - Relator; Celso Maldaner E Jairo Ataíde - Titulares; Josias Gomes - Suplente.
5. Reunião Ordinária de Audiência Pública realizada em 13 de setembro de 2011; Participantes: Deputados Zé Silva - Presidente; Jesus Rodrigues - Vice-Presidente; Oziel Oliveira - Relator. Compareceram também os Deputados Carlos Magno e Junji Abe, como não membros.
 6. Reunião Ordinária (Deliberativa) realizada em 21 de setembro de 2011; Participantes: Deputados Zé Silva - Presidente; Oziel Oliveira - Relator; Jairo Ataíde - Titular; Celia Rocha e Josias Gomes - Suplentes.
 7. Reunião Ordinária (Deliberativa) realizada em 28 de setembro de 2011; Participantes: Deputados Zé Silva - Presidente; Jesus Rodrigues - Vice-Presidente; Oziel Oliveira - Relator; Jairo Ataíde e Vitor Penido - Titulares; Josias Gomes - Suplente. Compareceram também os Deputados Carlos Magno e Raimundo Gomes de Matos, como não membros.
 8. Seminário da Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, realizado em 4 de outubro de 2011; Presentes os Deputados titulares Zé Silva – Presidente; Jesus Rodrigues – Vice-Presidente; Membros titulares Deputados Celso Maldaner e Vitor Penido; Membro suplente Deputado Luís Carlos Heinze; e outros participantes, Deputados Junji Abe, Paulo Piau e Edson Giroto. Participantes: Senhores Laudemir Muller – Secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Eduardo Salles – Secretário de Agricultura do Estado da Bahia e Presidente do CONSEAGRI — o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Agricultura; Evair de Melo – Presidente do Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária; Júlio Zoé – Presidente da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural; a Senhora Vânia Castiglioni – Diretora Executiva da Administração e Finanças da EMBRAPA; Paulo Romano – Secretário-adjunto de Agricultura de Minas Gerais; Hildegardo Nunes – Secretário de Agricultura do Pará; Ailton Spies – Diretor-Geral da Secretaria de Agricultura de Santa Catarina; e Ênio Bergoli da Costa – Secretário de Agricultura do Espírito Santo.
 9. Reunião Ordinária de Audiência Pública realizada em 25 de outubro de 2011; Participantes: Deputados Zé Silva - Presidente;

Jesus Rodrigues - Vice-Presidente; Celia Rocha, Josias Gomes e Luís Carlos Heinze - Suplentes. Compareceram também os Deputados Carlos Magno e Paulo Foletto, como não membros.

10. Reunião Ordinária de Audiência Pública com a Participação da Subcomissão do Leite realizada em 7 de dezembro de 2011; Participantes: Deputados Zé Silva - Presidente; Celso Maldaner; Jairo Ataíde e Oziel Oliveira - Titulares; Luís Carlos Heinze e Josias Gomes – Suplentes. Compareceu também o Deputado Junji Abi, como não membro, e os Senhores Deputados Alceu Moreira, Domingos Sávio, Bohn Gass e Raimundo Gomes de Matos, membros da SUBLEITE.
11. Reunião Ordinária Deliberativa, realizada em 13 de dezembro de 2011; Participantes: Deputados Zé Silva - Presidente; Jesus Rodrigues - Vice-Presidente; Jairo Ataíde e Vitor Penido - Titulares; Josias Gomes - Suplente. Compareceram também os Deputados Alceu Moreira e Carlos Magno, como não-membros.
12. Reunião Ordinária realizada em 18 de abril de 2012; Participantes: Deputados Zé Silva - Presidente; Jesus Rodrigues - Vice-Presidente; Oziel Oliveira - Relator; Celso Maldaner e Jairo Ataíde - Titulares; Celia Rocha, Heleno Silva, Josias Gomes e Luís Carlos Heinze - Suplentes. Compareceram também os Deputados Carlos Magno e Homero Pereira, como não membros.
13. Reunião de Audiência Pública realizada em 9 de maio de 2012; Participantes: Deputados Zé Silva - Presidente; Jesus Rodrigues - Vice-Presidente; Oziel Oliveira - Relator; Carlos Magno, Celso Maldaner e Jairo Ataíde - Titulares; Celia Rocha e Josias Gomes – Suplentes

V – Considerações Finais

Chegam ao final os trabalhos desta Subcomissão, tendo sido alcançados seus objetivos relativos à ampliação do acesso às políticas públicas pelos agricultores familiares. Concluiu-se que, com a reestruturação dos serviços de assistência técnica e extensão rural, que se verificou em quase todas as unidades da federação, tornou-se necessária a coordenação nacional do sistema de forma a que as políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar possam ter maior eficácia em sua implementação.

A principal estratégia perseguida pela Subcomissão para a consecução deste objetivo, estabelecida após o debate entre Parlamentares e destes com a sociedade civil, foi o encaminhamento da demanda ao Governo Federal para a urgente reestruturação de instituição pública federal para a coordenação do Sistema Brasileiro de Extensão Rural (Sibrater).

Esse pleito repercutiu favoravelmente no Governo Federal, fato que gerou o compromisso assumido pela Presidente Dilma Roussef, durante o lançamento do Plano-Safra para a agricultura familiar 2012/2013, de criação da referida instituição coordenadora.

No que tange às questões acerca das energias renováveis na agricultura, em razão da urgência que revestiu o tema da agricultura familiar e da extensão rural no País, não foi possível o debate e a formulação de proposições para seu incremento na matriz energética rural brasileira.

Submetemos, assim, o presente relatório à apreciação dos membros desta Subcomissão e, posteriormente, à egrégia Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.

Agradecemos aos expositores e a todos os que participaram das diversas reuniões de audiência pública realizadas. Finalmente, registramos especial agradecimento ao ilustre deputado Zé Silva, que presidiu dignamente esta Subcomissão, bem como a todos os seus membros, que a mim confiaram esta relatoria.

Sala da Comissão, 18 de dezembro de 2012.

Deputado **OZIEL OLIVEIRA**

Relator

ANEXO

1. REUNIÃO ORDINÁRIA (INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE) REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2011

Assumiu a presidência dos trabalhos o Deputado Luís Carlos Heinze, nos termos regimentais. Anunciou, conforme acordo de lideranças, o nome do candidato ao cargo de Presidente, deputado Zé Silva – PDT/MG, e o de Vice-Presidente, deputado Jesus Rodrigues – PT/PI. Processada a apuração, o Presidente anunciou o seguinte resultado: para Presidente, deputado Zé Silva, com cinco votos favoráveis. Para Vice-Presidente, deputado Jesus Rodrigues, com cinco votos favoráveis. Diante do resultado apurado, o Presidente parabenizou, declarou eleito e empossou o deputado Zé Silva como Presidente e o deputado Jesus Rodrigues como Vice-Presidente. Prosseguindo, o Presidente, deputado Zé Silva, agradeceu os membros da Subcomissão pelos votos recebidos e destacou a importância desta subcomissão. Em seguida, designou como relator o deputado Oziel Oliveira, o qual apresentou a primeira proposta do plano de trabalho. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Vice-Presidente, deputado Jesus Rodrigues, que sugeriu a inclusão do setor dos trabalhadores que pode colaborar com o tema. Finalizando, o Presidente passou a palavra aos deputados inscritos, Moacir Micheletto e Luís Carlos Heinze.

2. REUNIÃO ORDINÁRIA (DELIBERATIVA) REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2011

Participantes: Deputados Zé Silva - Presidente; Jesus Rodrigues - Vice-Presidente; Oziel Oliveira - Relator; Celso Maldaner e Jairo Ataíde - Titulares; Célia Rocha - Suplente.

O Presidente agradeceu a presença do deputado Jairo Ataíde e fez uma explanação das principais alterações do Plano de Trabalho. A Subcomissão pretende realizar audiências públicas relacionadas à legislação dos produtos artesanais e incentivar a criação de órgão federal para coordenar a política nacional de extensão rural. O deputado Oziel Oliveira pediu a ratificação e aprovação das mudanças do Plano de Trabalho. O Vice-Presidente, deputado Jesus Rodrigues, sugeriu incluir o setor público: INCRA e Ministério de Ciência e Tecnologia, e também o setor social: CONTAG, FETRAF, ANCA, MAB e MPA. O Presidente colocou em votação o Plano de Trabalho e a proposta do deputado Jesus Rodrigues, que foram aprovadas por unanimidade. Finalmente,

o Presidente fez um convite especial aos nobres deputados para participarem da primeira reunião de audiência pública da Subcomissão de Agricultura Familiar, da Extensão Rural e das Energias Renováveis, na cidade de Medeiros/MG, dia 22 de agosto, às 14 horas, para tratar da produção de queijo minas artesanal.

3. Reunião Externa para Discussão sobre Processos de Produção e Comercialização do Queijo Minas Artesanal, Realizada em Medeiros-MG, em 19 de setembro de 2011

Com a aprovação do Requerimento 077/2011, de autoria do Deputado Federal Zé Silva à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara Federal, realizou-se no município de Medeiros, na região da Serra da Canastra, em Minas Gerais, no dia 19 de setembro do corrente ano, uma Audiência Pública para discussões e debates sobre os processos de produção e comercialização do queijo minas artesanal. A produção do queijo minas artesanal é uma atividade tradicional de Minas, inclusive o produto é um patrimônio imaterial do Estado, e faz parte das atividades econômicas de cerca de 30 mil agricultores familiares.

Participaram da Audiência, em mesa de honra, os senhores Weber Leite Cruvinel, Prefeito Municipal de Medeiros; o Deputado Estadual Antônio Carlos Arantes, Alexandre Gomes Fernandes, Fiscal Federal Agropecuário do Ministério da Agricultura, Clério Alves da Silva, Fiscal Federal Agropecuário do Ministério da Agricultura, em Minas Gerais, José dos Reis Alves, Presidente da Câmara Municipal de Medeiros, Armindo Augusto Santos, Diretor da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Minas Gerais, Silvano de Andrade, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Medeiros, Geraldo Martins Ribeiro, Presidente da APROCAME – Associação dos Produtores de Queijo Canastra de Medeiros, Wellington Dias Silveira, Gerente Regional da Emater-MG, Albany Árcegas, Coordenador Técnico Estadual da Emater-MG, Marinalva Martins Soares Silva, Coordenadora Técnica da Emater-MG, e Élcio José Tomaz, Secretário Municipal de Agricultura de Medeiros.

O evento aconteceu nas dependências do CACA – Centro de Apoio à Criança e aos Adolescentes, de Medeiros, com a presença de cerca de 120 participantes, conforme listas de presente anexa a este Relatório. Apresentaram-se aos debates, além de lideranças políticas regionais, representantes de entidades de classes, trabalhadores rurais, lideranças

empresariais, técnicos e profissionais de órgãos públicos, professores de áreas técnicas, lideranças sindicais, profissionais da imprensa regional, assessorias políticas e profissionais autônomos.

Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Zé Silva, que esclareceu os objetivos dessa sua iniciativa, que é dar voz a um clamor público na região, de debater questões relativas à produção, comercialização e legislação do queijo minas artesanal.

Cerca de 30 mil famílias rurais de Minas Gerais têm na produção de queijo minas artesanal uma de suas principais atividades econômicas. Desse universo de produtores, não mais que duas centenas têm o registro de certificação de seus produtos, concedido pelo Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. Portanto, apenas esses produtores têm condições legais para fazer circular livremente pelo Estado o queijo que produzem, a partir do leite cru, não pasteurizado.

A maior causa dessa situação de “marginalidade” quase que absoluta do queijo minas artesanal está na legislação de produção e comercialização em vigor, criada ainda em 1952, no Governo Getúlio Vargas. Pela legislação referida, o queijo artesanal precisa de um tempo de maturação que o leva a ser um produto curado e, nessa condição, não têm mercado consumidor, conforme relato de diversos participantes.

Com isso, os milhares de produtores do Estado convivem com dificuldades severas para a comercialização de seus produtos, situação que impacta fortemente a sua renda econômica, as condições de trabalho e a qualidade de vida familiar.

Para reverter esse quadro, o propósito do encontro em Medeiros foi colher e sistematizar informações sobre o queijo minas artesanal, desde sua produção até os processos de comercialização, reunindo para o debate produtores rurais, lideranças políticas, técnicos, pesquisadores e gestores públicos.

Os debates deixaram claro que o maior problema está na questão da comercialização que, por sua vez, tem como norma a legislação referida anteriormente, de 1952. Em que pese ainda haver, no campo da produção, uma frágil política pública de fomento ao setor, capaz de apoiar as famílias rurais nas construções físicas de queijarias e produção da matéria-prima para o queijo, as maiores demandas vão mesmo para uma mudança imediata na legislação em vigor, capaz de romper o que produtores têm como consenso de ser uma “reserva de mercado” aos grandes produtores de queijo. Para esses

protagonistas do setor, os grandes grupos empresariais “não querem a concorrência com os produtos agroartesanais”.

Mobilização para rever a Legislação de 1952

Prevaleceu no Encontro de Medeiros um consenso da necessidade e urgência de mudanças na Legislação de 1952 – Lei 30.691/52, que hoje orienta os processos de comercialização do queijo minas artesanal. Para isso, são necessárias, sobretudo, as informações técnico-científicas acerca da sanidade do produto, ambiente onde se encontram as maiores controvérsias sobre a questão.

Vale lembrar que o queijo artesanal, produzido a partir do leite cru, tem na França sua certificação de produto apto ao consumo, desde 1922. No Brasil, mesmo quando certificado – como é o caso de cerca de 200 produtores das regiões do Serro, Canastra e outras em Minas Gerais – o queijo não pode ser comercializado fora do Estado, devendo sê-lo apenas em entrepostos sob supervisão técnica dos serviços de sanidade animal e vegetal, nos limites do próprio Estado.

Em razão desse consenso, deliberou-se organizar um segundo Encontro Público, desta feita em Brasília, na Câmara Federal, para consolidação final de informações estratégicas para sustentar uma proposta de mudança na Lei 30.691/52 que orienta a produção e comercialização do queijo minas artesanal. Esta proposta deverá ser encaminhada pelo Deputado Federal Zé Silva, também autor do requerimento para esta Audiência Pública em Medeiros, junto à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara Federal.

Indicativos e Encaminhamento da Audiência

Duas propostas foram aprovadas para encaminhamento do processo de mobilização social e política para resolução das questões que levaram à realização da Audiência Pública em Medeiros:

- a. Realizar Audiência Pública em Brasília, na Câmara Federal, ensejando a participação de outras lideranças rurais, autoridades, acadêmicos e técnicos que não tiveram a oportunidade de se manifestar em Minas Gerais;
- b. Mudar a legislação em vigor acerca da produção e comercialização do queijo minas artesanal, orientada pela Lei 30.691/52, para que o produto seja comercializado para outros Estados da Federação.

Weber Leite Cruvinel

Prefeito Municipal de Medeiros

Devo dizer primeiramente que é uma satisfação para Medeiros sediar esta Audiência Pública de tamanha importância para a economia do Estado de Minas Gerais. Por trás disso tem um trabalho, muitas andanças. Aqui em Medeiros, essa referência não acontece por acaso, porque há um trabalho fortalecido com o queijo minas artesanal, com assistência da Emater-MG.

Essa Audiência é um prêmio para Medeiros. Aqui serão discutidas opiniões de técnicos e produtores e parcerias serão estabelecidas. Mas o foco principal é a modificação da Lei 30691/52, feita por Getúlio Vargas, presidente na época. Essa lei não permite a comercialização do queijo minas artesanal para fora do Estado. E, nos dias atuais, ela tem que ser alterada. O queijo artesanal possui as condições de higiene e sanidade para ser comercializado em todo o canto do mundo.

Através dessa Audiência Pública, com a opinião dos presentes foi consolidada a mobilização para que essa lei seja modificada. O queijo, hoje, é nossa cultura, mas também é nossa economia. Peço ao deputado Zé Silva e aos colegas dele de Brasília que tratem desse tema em caráter de urgência. Ao mudar essa lei, com certeza nossa cultura será preservada e a nossa economia estará fortalecida. Entendo que o queijo artesanal tem duas histórias a partir de hoje. A anterior a essa reunião e a após discutirmos as alterações que a lei deve sofrer que fará a história posterior, uma história de conquistas.

Alberto Paciulli

Extensionista Rural da Emater-MG

Medeiros, hoje, tem cerca de 420 produtores de queijo canastra, que produzem mais de oito toneladas de queijo por dia. Para a produção do queijo, primeiramente há a filtragem do leite, depois a adição do fermento natural e o coalho. Vai ocorrer a coagulação, o corte da coalhada, a mexedeira da coalhada, a dessoragem, a enformagem, a prensagem natural, a salga seca e a maturação. Há a parte de recepção do leite, a de processamento e a de armazenamento.

Desde 2001, ações para que o queijo fosse feito com qualidade começaram a ser feitas com vistorias técnicas, concursos, treinamento de técnicos com consequente informação aos produtores, de forma a fazer as adequações das queijarias e curral. Houve então uma agregação de valor ao queijo. Corremos atrás, fizemos cadastramentos de queijarias, superamos várias adversidades.

Com os anos, passou-se a trabalhar mais com concursos entre produtores de queijo, com embalagens, rotulagens e, com esse trabalho, passamos a ser convidados a participar de eventos por todo o País, principalmente no Sudeste, nordeste e Sul do Brasil. Além disso, viramos referência de estudantes de todo o Estado. Vieram para cá estudantes da UFMG, da PUC, do Cefet e de outras instituições de ensino.

Hoje, há uma procura muito grande de outros Estados pelo nosso produto, mas a legislação vigente não permite o comércio. O nosso cenário mudou muito nos últimos dez anos. Conseguimos, com muito trabalho e pessoas capacitadas, um produto diferenciado, o que atraiu muitos interessados.

Zé Silva

Deputado Federal

Volto a Medeiros não mais como presidente da Emater, mas como deputado federal, presidindo a Subcomissão da Agricultura Familiar e a Frente Parlamentar de Extensão Rural. Tratamos hoje de um tema que tem uma história do tamanho de Minas Gerais, que é o queijo minas artesanal. Por isso, conseguimos colocar o nosso queijo em debate nacional.

Assim como na França, onde há valorização dos seus produtores e dos produtos agroartesanais, o Brasil também deve fazer. Temos que também agir dessa forma. O queijo deve ter a importância que ele merece. Por isso estamos aqui, ouvindo os técnicos, os produtores, a Emater, o IMA, entre outras instituições, para saber o que deve ser feito, seja na Assembleia Legislativa, seja em Brasília, para resolvermos a questão do queijo minas artesanal.

Eu tenho uma história com o queijo minas artesanal. Eu fiquei na roça até boa parte da minha juventude. Como presidente da Emater, criamos onze programas estruturadores na Empresa, um deles destinado ao queijo. Falei recentemente com o governador que, caso ninguém faça algo, perderemos essa marca do queijo minas, como já aconteceu com outros produtos mineiros.

O Brasil inteiro quer o nosso queijo. E, durante a nossa gestão na Emater, criamos uma estrutura junto com os produtores de queijo, sendo construídos centros de qualidade, que não foi um favor que fizemos, mas um reconhecimento do empenho de todos. No Congresso já fiz vários pronunciamentos defendendo o queijo, deixando claro que não queremos abrir mão da qualidade nem da segurança alimentar. Queremos o respeito. A legislação precisa se adequar, necessitando de respaldo técnico para essa mudança, e também a mobilização social.

Clério Alves da Silva

Chefe de Inspeção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais

Eu gostei muito quando vi a apresentação do “antes” e do “depois” na história recente da produção do queijo minas artesanal. Muita gente não acreditava que isso melhoraria. Queria vê-las aqui hoje, essas pessoas que não acreditavam numa melhoria tão significativa nesse produto.

Foi mostrado com propriedade que o produto está no caminho certo, pois é um queijo de valor, de qualidade e a organização dos produtores é primordial para que os objetivos sejam alcançados. Quero parabenizar o trabalho dos produtores, que é árduo, que requer muita dedicação para chegar ao lugar que estão hoje.

Com os anos, a distância entre a legislação estadual e a federal diminuiu bastante. Contudo, ainda há pontos divergentes, como o tempo de maturação do queijo artesanal, os entrepostos e os padrões microbiológicos. Há dez anos, comparando com a atualidade, o queijo está em outro patamar. Tanto que há um reconhecimento nacional da atividade. Virou até documentário, que vai divulgar o produto por todo o País.

Alexandre Gomes

Chefe de Inspeção na área de leite do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Gostaria de destacar a organização de vocês (produtores), que é muito importante para o fortalecimento da classe, principalmente porque vejo que inclusive crianças estão aqui hoje participando, ouvindo. E isso é a construção do futuro.

Sobre as divergências, há algumas questões que vamos aqui debater para buscar soluções. O queijo artesanal é um produto muito importante para o Estado e necessita ser discutido.

Albany Árcega

Coordenador do Programa Queijo Minas Artesanal, da Emater-MG

Gostaria de parabenizar o deputado Zé Silva por assumir a interlocução dos 30 mil produtores de queijo minas artesanal do Estado na Câmara Federal, em Brasília, vislumbrando um cenário melhor aos produtores.

Temos caminhado para que as divergências com a legislação federal diminuíssem. Quanto aos entrepostos, temos a alternativa dos centros de qualidade. O mercado hoje exige um produto de qualidade e o mineiro tem condições de atendê-las. Temos que melhorar nossa logística. Mas, quanto às

outras questões, como a maturação, acredito que podemos atender. Para o queijo atingir a qualidade microbiológica é necessário um mínimo de maturação e quanto a isso há uma grande diferença ainda entre as legislações estadual e federal. Precisamos, e peço aqui, pesquisas específicas para comprovar esse tempo. Isso facilitaria muito para todos.

Geraldo Martins Ribeiro

Presidente da Associação de Produtores de Queijo de Medeiros

A Associação está disposta a trabalhar dentro da lei, mas precisa haver mudança. Melhoramos muito nos últimos 10 anos. Mas hoje eu não sei se o associado consegue se manter dentro do que é imposto, sobreviver. Financiar uma queijaria é um custo muito alto para o pequeno produtor.

E o pequeno produtor, no Brasil, é quem sustenta grande parte da população, ele precisa ser bem cuidado. E para isso tem que haver condições melhores para que ele consiga trabalhar e ter o seu ganho. Temos que competir com grandes empresas e, do jeito que está, estamos perdendo muito. Mesmo assim, confio no nosso produto e até faço um desafio: quero ver se um queijo industrializado aguenta dois dias sem a refrigeração adequada como o nosso aguenta. O nosso queijo tem muita qualidade e precisamos ter uma legislação que nos permita vendê-lo para fora do Estado.

Armando Augusto dos Santos

Diretor da Federação dos Trabalhadores e Agricultores Familiares de MG – FETAEMG

É uma satisfação muito grande participar dessa reunião. Minha história com Medeiros começou há seis anos, quando conheci duas pessoas, uma da Aprocame e outra da Emater, o que me fez ter um carinho pela cidade. E desde então temos conhecimento sobre a cidade, do que produz, em especial o queijo. Parabenizo o deputado Zé Silva pela iniciativa desta audiência pública, sei do seu trabalho, do seu compromisso com os agricultores e agricultoras de Minas Gerais.

Quanto ao que está sendo discutido, é importante dizer que trabalhamos hoje com uma legislação que já tem meio século. As coisas mudaram e essa lei tem que mudar também. Além disso, se me permitem dizer, temos que banir a importação do leite também. Muitos produtos importados estão entrando no País a preços muito baixos, o que nos prejudica. Se não banirem, pelo menos taxarem essa importação, como foi com o carro importado. Esses produtos têm por trás uma estrutura muito forte, que permite a eles exportarem produtos a baixos valores.

Nós, da FETAEMG, viemos aqui reafirmar que estamos juntos com os produtores de Minas e da região nessa luta. Temos na FETAEMG profissionais treinados quanto à questão do leite e podemos estar somando aos companheiros da Emater e ajudar a todos vocês presentes.

Antônio Carlos Arantes

Deputado Estadual, presidente da Comissão de Política Agropecuária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Com essa iniciativa, começa hoje no Congresso Nacional uma discussão. E haverá alguém lá para discutir isso dentro de um grupo, alguém que assumiu a bandeira, que é o deputado Zé Silva. Eu tenho também uma vida no meio rural. Desde novo vivi no campo, trabalhando a produção agrícola.

Hoje, o mercado está muito competitivo, e para você estar nele precisa agregar valor. O homem é quase uma máquina, que tem que produzir sempre mais e está ganhando cada vez menos. Aqui temos pessoas que agregam valor ao seu produto, mas que não são valorizadas pela legislação atual. São até mesmo taxados como bandidos por parte da imprensa, que publicam diariamente que produtores rurais estão comercializando produtos fugindo da fiscalização. Daqui a pouco vão dizer que o produto é impróprio.

Nos últimos 17 anos, nosso custo de produção subiu mais de 500%. Nosso produto nem dobrou de valor. O que produzimos subiu pouco e o que temos que comprar subiu muito, gerando um empobrecimento do produtor. O governo quer que agreguemos valor ao nosso produto, mas criam legislações absurdas. Para mudar isso são necessários grupos fortes. Assim acreditamos que seja possível reverter isso. Um pequeno sozinho fica forte quando se agrupa. E tendo um representante de ofício no Congresso, isso se torna viável. Temos que mudar essa realidade. Não há bandidos aqui, como diz a imprensa.

Na Assembleia Legislativa lutamos pelo produtor rural também, temos uma comissão de cinco deputados que brigam diariamente pelos direitos de quem sustenta esse País. É mais uma força que o produtor rural tem. Não podemos ficar parados diante de legislações impraticáveis como essa do queijo minas artesanal. Muitos estão pagando caro. A legislação tem que ser justa, aplicável, não esta que está desatualizada, e que merece ser reformulada.

4. REUNIÃO ORDINÁRIA (DELIBERATIVA) REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2011

Participantes: Deputados Zé Silva - Presidente; Jesus Rodrigues - Vice-Presidente; Oziel Oliveira - Relator; Celso Maldaner e Jairo Ataíde - Titulares; Josias Gomes - Suplente.

O Presidente explanou sobre as principais alterações do Plano de Trabalho, disse que a Subcomissão pretende realizar audiências públicas relacionadas ao endividamento rural. O deputado Jairo Ataíde disse ser grande sua preocupação com as famílias na linha de pobreza e que a Subcomissão deve levar ao Governo medidas que apoiem os produtores rurais. O deputado Oziel Oliveira relacionou as questões a respeito da Agricultura Familiar, afirmando a necessidade de um olhar especial aos produtores rurais. O deputado Celso Maldaner concordou com a necessidade de apoiar a Agricultura Familiar e o deputado Jesus Rodrigues se posicionou a favor da realização de audiências públicas para discutir um programa de Governo que incentive a criação de destilarias de etanol. O deputado Jairo Ataíde afirmou ser necessária a criação de uma empresa responsável pela normatização e fiscalização destas empresas e a criação de um órgão Governamental de coordenação.

5. REUNIÃO ORDINÁRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2011

Participantes: Deputados Zé Silva - Presidente; Jesus Rodrigues - Vice-Presidente; Oziel Oliveira - Relator. Compareceram também os Deputados Carlos Magno e Junji Abe, como não membros.

O Presidente esclareceu que esta Audiência Pública foi convocada junto com a Frente Parlamentar da Assistência Técnica e Extensão Rural, especialmente, para apresentação, pela ASBRAER, da proposta de criação de uma entidade federal para coordenar a política de assistência técnica e extensão rural do País. Haveria duas apresentações: a primeira com o Dr. Hur Ben Correia da Silva, Presidente da Academia Brasileira de Extensão Rural (ABER), que apresentou a proposta construída pela ASBRAER; e a segunda com o Dr. Everton Paiva, Coordenador-Geral da ATER do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que apresentou o planejamento estratégico da Frente Parlamentar da Assistência Técnica e Extensão Rural. O Presidente Zé Silva destacou que o serviço da extensão rural foi criado em 1948, em Minas Gerais, e que hoje está presente em 5.300 municípios brasileiros; na década de 90, foi extinta a EMBRATER, a qual coordenava a política de extensão rural, e que assim passou-se a depender exclusivamente dos recursos financeiros dos estados para atender a esse serviço. Em seguida, o Presidente convidou o Dr. José

Guilherme Leal, Dr. Hur Ben Correia da Silva, Everton Paiva e o relator desta Subcomissão, Deputado Oziel Oliveira para comporem a Mesa. O Deputado Oziel Oliveira cumprimentou a todos e parabenizou o Presidente pela realização desta reunião conjunta. Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra ao Dr. José Guilherme Leal, Presidente da Emater/DF, representando todos os dirigentes das 27 entidades ligadas à ASBRAER, que parabenizou a iniciativa de realizar esta reunião e disse que o papel da extensão rural é fundamental para o desenvolvimento rural no Brasil. Logo após, o Presidente concedeu a palavra ao Dr. Hur Ben, que saudou os parlamentares presentes e lembrou que a Academia Brasileira de Extensão Rural é um órgão ligado à ASBRAER - instituição de representação política importante no país, a qual congrega todas as instituições estatais de extensão rural. O Presidente concedeu a palavra ao Deputado Jungi Abe, que parabenizou o Presidente Zé Silva pela reunião extremamente importante e cumprimentou todos os presentes. O Deputado Jungi Abe relatou que considera-se vítima da falta de assistência de extensão rural, porque, antigamente, o produtor no Estado de São Paulo tinha assistência da CATI e que hoje, lamentavelmente, ela está sucateada, abandonada e não atende os pequenos, micros e médios produtores. Ele solicitou, ainda, ao Presidente a possibilidade de disseminar a importância da assistência de extensão rural no estado de São Paulo. O Presidente falou que está à disposição e disse que a sugestão será apreciada pela ASBRAER. Continuando o debate, o Deputado Carlos Magno fez alguns questionamentos ao Dr. Hur Ben sobre diagnósticos, convênios e recursos dentro do Sibrater, parabenizou a iniciativa de criar uma instituição para coordenar e uniformizar a assistência técnica, propôs aprofundar a discussão para gerar emprego e renda ao homem do campo, e enfatizou que, com ajuda da assistência técnica, teremos muito mais eficiência no campo. O Presidente acatou a sugestão do Deputado Carlos Magno e concedeu a palavra ao Dr. Everton Paiva, que falou em nome do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA, declarando que este debate é bastante rico e de grande interesse. Em seguida, o Presidente Zé Silva agradeceu a equipe da Casa, ao MDA e à Academia Brasileira de Extensão Rural pela ajuda em construir esse planejamento. Finalmente, o Presidente concedeu a palavra ao extensionista, técnico-agrícola e Diretor da Federação Nacional dos técnicos agrícolas, Sr. Paulo Afonso de Melo, que parabenizou a iniciativa de retomar o caminho que foi esquecido em 1990 e solicitou nacionalizar o serviço, ao invés de criar somente uma coordenação. O Presidente destacou dois pontos

fundamentais: primeiro, a preocupação de trazer para o parlamento a questão da gestão e do planejamento do Sibrater; e segundo, que a Frente Parlamentar Federal possa estimular criação das frentes parlamentares estaduais, como já existem nos estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Comunicou, ademais, que está agendada uma sessão solene da Câmara para comemoração do dia da extensão rural no dia 6 de dezembro. O Presidente Zé Silva sugeriu fazer uma caravana com todas as entidades representativas, especialmente os dirigentes das entidades da extensão rural, a Frente Parlamentar da Extensão Rural e a Subcomissão Especial da Agricultura Familiar, da Extensão Rural e das Energias Renováveis, para encontrar a Presidenta Dilma, no dia 6 de dezembro, como ato simbólico. Antes do encerramento, o Presidente registrou a presença do Prefeito de São Francisco/MG, Sr. Luizinho, do Gerente-Geral da Emater da região do São Francisco, líder rural, do Prefeito da cidade Morro da Garça/MG, Sr. Toninho e do Sr. Tatá.

6. REUNIÃO ORDINÁRIA (DELIBERATIVA) REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2011

Participantes: Deputados Zé Silva - Presidente; Oziel Oliveira - Relator; Jairo Ataíde - Titular; Celia Rocha e Josias Gomes - Suplentes. O Presidente informou aos presentes que esta reunião foi convocada para discussão e votação dos requerimentos da pauta. O primeiro requerimento que requer o envio de indicação ao Excelentíssimo Senhor Ministro Afonso Bandeira Florence, do Desenvolvimento Agrário, para que seja aberta a chamada pública para contratação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para os produtores rurais integrantes do Programa “Um Leite pela Vida”, e explanou que são agricultores que comercializam duzentos e cinquenta mil litros de leite por dia e a distribuição é realizada pela entidade da sociedade civil, sendo a grande maioria da pastoral da criança. Enfatizou o Presidente Zé Silva a falta da assistência técnica. Em seguida, a deputada Célia Rocha parabenizou o Presidente pelo requerimento, especialmente o Governador Teotônio Vilela pela brilhante criação da Extensão Rural no Estado de Alagoas para beneficiar os agricultores familiares. O Presidente Zé Silva comunicou aos nobres parlamentares que esteve no dia vinte de setembro de 2011 no encerramento de uma reunião com o MDA e estavam presentes todos os dirigentes das entidades da extensão rural, inclusive da Bahia, que está revitalizando o sistema de extensão rural. Neste encontro, a notícia mais

destacada foi a recriação da extensão rural em Alagoas. Ainda, lembrou que a pessoa que merece ser homenageada é uma brava extensionista de Alagoas, chamada Rita, enfatizando que ela é um símbolo da nossa resistência pela recriação da extensão rural em todo o Brasil. A seguir, o Presidente anunciou o segundo requerimento, que requer a prorrogação por doze meses do previsto no art. 2º do Decreto nº 7.333/2010, que dispõe sobre a remissão, rebate para liquidação e desconto adicional para liquidação de dívidas rurais, que tratam os artigos 69 a 72 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010. Para os agricultores que contraíram dívidas de até R\$ 35.000,00, até o dia 15 de janeiro de 2001, haja um desconto escalonado de 85% das suas dívidas, e para os que contraíram dívidas no valor de R\$ 10.000,00, até mesma data, que tenham remissão da dívida. Este requerimento solicita alteração do prazo, dando mais um ano para que os agricultores liquidem suas dívidas. O deputado Oziel Oliveira explicou que o custo operacional dos bancos para cobrar, por exemplo, o valor de R\$ 10.000,00, é maior do que o valor das dívidas desses pequenos agricultores. Ele enfatizou que apenas 10% conseguem quitar o montante das dívidas dos médios e pequenos agricultores e, ainda, propôs o aumento desse teto. Submetido à votação, o requerimento foi aprovado unanimemente. Prosseguindo a reunião, o presidente relatou sobre a realização da audiência pública em Medeiros/MG, no dia 19 de setembro de 2011, comunicando que os produtores dessa região típica de produção do queijo minas artesanal já têm amparo legal para a produção do queijo a partir do leite cru, e que, desde 2003, a legislação de Minas Gerais garante um selo para este produto. Todavia, a legislação federal não permite a venda de produto sob inspeção estadual para outro estado da federação, mesmo com certificação e cadastramento no órgão estadual. Tal fato também ocorre com o queijo coalho no Nordeste, o queijo serrano do Rio Grande do Sul e o queijo marajoara da Ilha de Marajó. O Presidente enfatizou que em quatro regiões de Minas Gerais, aproximadamente 35 mil famílias trabalham nessa atividade, que é a única fonte de renda de muitas delas e lembrou que a tecnologia já tem cerca de 300 anos. Citando a audiência pública realizada em Medeiros/ MG, lembrou que a mesma reuniu em torno de duzentos agricultores, lideranças e o Presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e que chegaram há duas recomendações: a primeira, que seja realizada uma audiência pública na Câmara dos Deputados com os pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa que chegaram a conclusão que a legislação federal pode ser alterada; a segunda, diz respeito a mudança da legislação

federal, sugerindo que a mesma estabeleça o teor de umidade em vez de tempo de maturação, para efeito de comercialização do queijo.

7. REUNIÃO ORDINÁRIA (DELIBERATIVA) REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2011

Participantes: Deputados Zé Silva - Presidente; Jesus Rodrigues - Vice-Presidente; Oziel Oliveira - Relator; Jairo Ataíde e Vitor Penido - Titulares; Josias Gomes - Suplente. Compareceram também os Deputados Carlos Magno e Raimundo Gomes de Matos, como não membros.

O Presidente anunciou o requerimento s/nº da Deputada Célia Rocha, que “trata das questões territoriais e uso indevido de agrotóxicos na Agricultura Familiar”. Em virtude da ausência da autora, o Relator Deputado Oziel Oliveira propôs a retirada da matéria de pauta. Continuando a presente reunião, o Presidente colocou em discussão uma complementação do programa de trabalho da Subcomissão, que apresenta seis sugestões de audiências públicas. O Presidente concedeu a palavra ao Deputado Jesus Rodrigues, que sugeriu alterar o tema nº 6 da agenda de trabalho, em vez de falar na “produção de etanol em microdestilarias e o autoconsumo”, falar em “produção de etanol em microdestilarias e a comercialização”, e, ainda, solicitou a inclusão da Petrobrás Biocombustíveis, do Professor Juarez de Souza da Universidade Federal de Viçosa, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e da Agência Nacional do Petróleo (ANP). O Presidente colocou em discussão as alterações e passou a palavra aos Deputados Carlos Magno, Jairo Ataíde e Oziel Oliveira, que acolheram a proposta do Deputado Jesus Rodrigues. Prosseguindo, o Presidente apresentou o queijo mineiro e disse que o queijo minas artesanal da Canastra é produzido por trinta mil produtores espalhados em quatro regiões de Minas Gerais e lembrou que existe uma legislação de 1952, que impossibilita à venda deste produto para outro estado, mesmo tendo selo e identificação do Instituto de Defesa de Minas Gerais. Sem base científica, o Ministério da Agricultura fez esta legislação e determina que o queijo de leite cru tenha pelo menos sessenta dias de curado. Mas a Universidade Federal de Viçosa pesquisou e concluiu que o importante é o teor de água, sendo necessários, no período da seca, catorze dias para a umidade atingir 49,5 %. No período chuvoso, o tempo necessário gira em torno de 20 a 21 dias de curado. Ele disse que os produtores mineiros pedem ao Ministério da Agricultura que reveja essa legislação. Ele também enfatizou outra grande incoerência. Pela legislação do Ministério da Agricultura, o queijo tem que ser

comercializado por um interposto, que pode comprar de quem ele quiser e não tem controle na propriedade. Enquanto os produtores só podem utilizar o leite da propriedade e obedecerem, rigorosamente, a um caderno de normas para produzir o queijo. O Presidente comunicou que as deliberações da Subagrif serão encaminhadas através da Comissão de Agricultura para as providências cabíveis e que pretende fazer uma audiência pública sobre o tema, previamente agendada para o dia oito de novembro. Acrescentou que estará sendo exibido um filme “O mineiro e o queijo”, no dia 27 de outubro, no Auditório Nereu Ramos. Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra ao Deputado Domingos Sávio, que falou que as duas Subcomissões, SUBAGRIF E SUBLEITE, têm uma interface muito significativa e lembrou que existe uma solicitação de audiência pública conjunta, para tratar de um Plano Nacional de Extensão Rural. O Presidente Zé Silva exibiu a reportagem da Rede Globo sobre a audiência pública em Medeiros/MG e convidou todos para a degustação do queijo mineiro. Finalizando, o Deputado Oziel Oliveira fez um convite aos Deputados para participarem da audiência pública para debater sobre “A Geração de Energias Renováveis no Meio Rural”, no próximo dia 25 de outubro, terça-feira, no plenário 6 da Câmara dos Deputados.

8. SEMINÁRIO DA PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR REALIZADO EM 4 DE OUTUBRO DE 2011.

Presentes os Deputados titulares Zé Silva – Presidente; Jesus Rodrigues – Vice-Presidente; Membros titulares Deputados Celso Maldaner e Vitor Penido; Membro suplente Deputado Luís Carlos Heinze; e outros participantes, Deputados Junji Abe, Paulo Piau e Edson Giroto. Participantes: Senhores Laudemir Muller – Secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Eduardo Salles – Secretário de Agricultura do Estado da Bahia e Presidente do CONSEAGRI — o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Agricultura; Evair de Melo – Presidente do Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária; Júlio Zoé – Presidente da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural; a Senhora Vânia Castiglioni – Diretora Executiva da Administração e Finanças da EMBRAPA; Paulo Romano – Secretário-adjunto de Agricultura de Minas Gerais; Hildegardo Nunes – Secretário de Agricultura do Pará; Airton Spies – Diretor-Geral da Secretaria de Agricultura de Santa Catarina; e Ênio Bergoli da Costa – Secretário de Agricultura do Espírito Santo.

Transcrição das Notas Taquigráficas

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Bom dia a todos.

Quero, inicialmente, agradecer aos Srs. Secretários, aos representantes de Secretários e Presidentes de entidades a presença.

Convido para compor esta Mesa o Secretário de Estado da Agricultura da Bahia e também Presidente do CONSEAGRI — o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Agricultura, Dr. Eduardo Salles, e o representante do Ministro do Desenvolvimento Agrário — que neste momento se dirigindo ao Ministério da Agricultura para um encontro com o Ministro Mendes Ribeiro —, Dr. Laudemir André Müller, Secretário Nacional de Agricultura Familiar.

Na qualidade de Presidente da Subcomissão Especial com a finalidade de discutir as questões acerca da agricultura familiar, da extensão rural e das energias renováveis, da Comissão de Agricultura na Câmara dos Deputados, sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos.

Saúdo as autoridades, os Parlamentares, representantes das instituições e profissionais que lidam com o tema e demais interessados.

Informo que o presente seminário foi organizado em virtude da aprovação do Requerimento nº 98, de 2011, do Plano de Trabalho da Subcomissão de Agricultura Familiar e Extensão Rural, objetivando estruturar o acesso às políticas públicas para agricultura familiar; discutir as questões acerca das energias renováveis na agricultura, do financiamento na agricultura familiar, da extensão rural e da assistência técnica e a universalização desses serviços, conforme deliberação da reunião ordinária da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, realizada no dia 31 de agosto último.

Convido também para compor a Mesa a Dra. Vania Castiglioni, representando a querida EMBRAPA.

Quero dizer da nossa alegria com a realização deste evento dentro do Seminário de Inovação Agropecuária, conforme consta do nosso requerimento e do de autoria do Deputado Paulo Piau.

Quero agradecer à competente Assessoria Parlamentar da EMBRAPA, aos pesquisadores da EMBRAPA e também aos assessores parlamentares.

Rapidamente, quero falar da minha alegria, como Parlamentar de primeiro mandato e como extensionista, de poder estar reunidos com os Secretários de Estado de Agricultura — alguns, inclusive, foram companheiros da extensão rural durante a nossa gestão na ASBRAER.

A base de toda a inovação, todos sabemos, é a pesquisa. E pesquisa e conhecimento chegam aos produtores rurais, nos rincões do Brasil, pela extensão rural. Por isso, essa integração faz-se necessária para que o Brasil continue se desenvolvendo, especialmente reduzindo as desigualdades e a pobreza e produzindo alimentos com qualidade, de forma sustentável, preservando o meio ambiente.

Vou procurar não falar de problema, mas de oportunidade. Nós temos uma grande oportunidade. Pelo menos, 2,5 milhões de agricultores familiares ainda não têm acesso à inovação, ao conhecimento e à pesquisa gerada pela OEPAS, pela EMBRAPA e pelas universidades. Esses conhecimentos, bem como a pesquisa, só vão chegar pela extensão rural. E nós sabemos que há uma carência latente de criatividade e de inovação. Talvez nós, da Câmara Federal, tivéssemos um sentimento — o Enio Bergoli, o Roldão e alguns Secretários acompanharam isso — no que diz respeito à falta desse tema no debate nacional, tanto a pesquisa como a extensão.

A pesquisa é um pouco mais avançada, aliás, muito mais avançada, até porque a EMBRAPA em si representa um projeto de pesquisa do País. Mas precisamos avançar no que diz respeito à extensão. Como brasileiros, seria até uma falta de solidariedade e de patriotismo se a Câmara Federal não discutisse esse tema importante não só para o Brasil, mas para o mundo inteiro.

O MDA tem uma participação muito efetiva na Frente Parlamentar América sem Fome. A experiência brasileira do conhecimento, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar e tantos outros programas estão servindo de referência para outros países. E quanto mais a pesquisa chegar ao agricultor mais ela se enriquece, porque o dia a dia do produtor é fonte de inovações e de demandas para a própria pesquisa fazer a sua prospecção. E perdemos o produtor e a pesquisa se continuarmos tendo esses 2,5 milhões de agricultores sem acesso ao conhecimento.

Nossa felicidade também se deve ao fato de nós, a EMBRAPA, os Secretários dos Estado, os gestores, os extensionistas, os agricultores e as organizações dos agricultores estarmos dispostos, juntos, a buscar um caminho para dois desafios que quero colocar neste momento.

O primeiro deles é: qual a melhor maneira de a pesquisa, a extensão rural, o conhecimento e a sua disponibilização para os agricultores caminharem juntos? Será que é necessário só integrar? E integrar, para nós, não significa submissão ou fusão, mas, sim, integrar num mesmo objetivo. Esse seria o

primeiro desafio: sair daqui com um trabalho prático, para não ser uma semana...

Cumprimento o Deputado Jesus Rodrigues, membro da Subcomissão.

Integrar significa, para nós, caminhar na mesma direção. Nosso grande objetivo é termos, ao final deste seminário, uma ação prática. Senão, faz-se mais um seminário, cria-se mais um fórum e nada se resolve.

O segundo desafio é a universalização. Só haverá pesquisa universalizada se houver extensão também universalizada.

Está aqui o Deputado Jesus Rodrigues, grande defensor das causas da universalização da extensão rural e dos conhecimentos. Ele sabe muito bem que é necessário ter um ponto comum nessas discussões; que desse desafio deságue soluções, até porque só debater não vai resolver. É preciso que tenhamos também ações práticas.

Esclareço também aos presentes que o objetivo deste seminário é debater a pesquisa e a extensão rural para a agricultura familiar.

Portanto, no dia de hoje daremos início a essas discussões, objetivando atender aos justos anseios dos agricultores familiares.

Informo aos presentes que o primeiro tema é *Agricultura Familiar e Políticas para o Desenvolvimento Rural*. O segundo, *Como Integrar as Políticas Públicas Estaduais e Federais*. Será apresentada a experiência da Bahia pelo jovem e dinâmico Secretário Eduardo Salles.

Depois, haverá um intervalo.

Em seguida, dando continuidade a este encontro, o terceiro tema será *A Pesquisa para o Desenvolvimento Rural*. Teremos a honra de ouvir a Dra. Vania Castiglioni, que falará em nome da EMBRAPA, e o Dr. Evair Vieira de Melo, pelo CONSEPA. Em seguida, o Dr. Júlio Zoé de Brito, pela ASBRAER, falará sobre *O Papel da Extensão rural e da Assistência Técnica: avanços e oportunidades*.

Finalmente, faremos o debate e o encerramento.

Agradeço a todos que participam conosco desta abertura, especialmente ao Secretário Eduardo Salles, ao Dr. Laudemir Müller, à Dra. Vania Castiglioni e aos Secretários aqui presentes.

Passo agora palavra ao Dr. Laudemir Müller para falar sobre *Agricultura Familiar, Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural Sustentável*.

Cada expositor disporá de até 20 minutos.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER - Obrigado, Sr. Deputado.

Bom dia a todos.

Quero trazer um abraço e a saudação do nosso Ministro. Os Ministros da Agricultura, Mendes Ribeiro, e do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, marcaram uma agenda para as 11 horas. Como nós nos atrasamos, eles já estão reunidos — e é muito bom que nossos Ministros conversem.

Quero, portanto, trazer o abraço do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, e explicar a razão de S.Exa. não estar aqui.

Ao saudar os membros Mesa, quero dizer, Deputado Zé Silva, da satisfação de estar mais uma vez debatendo agricultura familiar. Temos debatido cooperativismo na Câmara e no Senado, como fizemos há alguns dias, e também no interior de Minas Gerais, em Janaúba. Isso é muito bom, e o Deputado Zé Silva tem mostrado uma forte liderança. Então, quero mais uma vez agradecer a V.Exa. por sua liderança neste tema. Para nós, é muito importante ter pessoas como V.Exa. que puxem o tema agricultura familiar, pesquisa e extensionismo. Daí por que estamos muito confortáveis e agradecemos a V.Exa. o seu empenho, o seu trabalho.

Quero também saudar o Deputado Jesus Rodrigues por sua valiosa presença.. Igualmente, quero saudar o caro amigo Eduardo.. Estamos confiantes e animados com o trabalho que desenvolveremos, , tendo agora você, Eduardo, à frente do CONSEPA, importante conselho para o sistema de pesquisa agropecuária. Esse conselho reúne todas as instâncias estaduais de agricultura, de agricultura familiar e de extensionismo, além da pesquisa.

Então, quero mais uma vez parabenizá-lo, Eduardo, e desejar-lhe um bom trabalho. Todos estão de parabéns por escolher uma figura jovem e dinâmica, como disse o Deputado Zé Silva, para estar à frente do CONSEPA.

Acho que a Teresa, de Mato Grosso do Sul, também está aqui. A Teresa fez também um importante trabalho e temos toda a disposição para continuá-lo.

Saúdo a Vania, da nossa querida EMBRAPA, parte central da nossa política para a agricultura familiar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Registro a presença do Deputado Vitor Penido, de Minas Gerais.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER - Deputado, seja bem-vindo.

Início dizendo, Srs. Deputados, que nós, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, estamos convencidos de que só há um jeito para cumprir os desafios que todos entendemos estão postos e que a Presidenta nos convoca para enfrentar em relação à agricultura familiar: trabalharmos juntos.

Então, independentemente de cor partidária, a nossa disposição e a determinação da Presidenta, assim como também do nosso Ministro, é

trabalhar, sim, com os Estados no nível estratégico, mas também no nível operacional. Temos feito inclusive rodadas em relação ao Plano Safra e visitado os Estados para discutir com as respectivas equipes. Fomos a vários Estados com o Ministro para fazer o lançamento do Plano Safra.

Quero, primeiro, dizer da relevância e da nossa satisfação, Sr. Presidente — daí por que eu o parabeno mais uma vez —, de mantermos um diálogo permanente com o CONSEAGRI. Isto para nós é muito importante. Por quê? Porque o Governo Federal, especialmente o MDA e mais especialmente ainda nós, da Secretaria da Agricultura Familiar, temos políticas bastante importantes, mas são políticas, eu diria, até certa forma genéricas. Temos uma política de crédito, temos uma política de compras públicas e outras, mas não temos como isso se processa lá no Estado, como é o pé no barro lá na ponta. Então, para nós, é muito importante ter essa relação nos níveis estratégico e operacional com cada um dos Estados e também com o Conselho, para discutirmos o aperfeiçoamento das nossas políticas e do nosso trabalho. Por isso, a importância para nós do Conselho e da relação com os Governos Estaduais.

Sr. Presidente, Deputado Zé Silva, estamos num momento muito importante para nosso País. Estamos encontrando nosso caminho, estamos crescendo, estamos gerando emprego e renda, estamos nos diferenciando em relação ao mundo, mostrando capacidade de superar ou de minimizar as crises internacionais. Se está aumentando a renda e o emprego, está aumentando a capacidade de consumo. E se está aumentando a capacidade de consumo, temos de aumentar nossa capacidade de produção.

Então, atualmente, discutir agricultura familiar e desenvolvimento rural não é só importante para nós, para nossas Secretarias, para nossa políticas e para o setor rural, mas também para o desenvolvimento do País, porque hoje o setor rural está no centro da política econômica. Discutir hoje inflação, taxas de juros e crescimento significa discutir o setor rural, significa discutir exportações. Então, temos de nos colocar muito centralmente na política econômica. É também desenvolvimento rural, é também política social, mas é também política econômica. É muito importante termos isso de forma bem clara.

Do ponto de vista da agricultura familiar, mostramos grande capacidade de desenvolver uma série de políticas públicas. Temos hoje uma política de crédito para a agricultura familiar; temos políticas de ATER, específica para a agricultura familiar; temos três tipos de seguros específicos para a agricultura familiar; temos mais três programas de compras públicas para a agricultura

familiar. Estamos lutando para implementar um modelo sanitário adequado à agricultura familiar, o SUASA, e vamos implementar a partir do próximo ano uma PGPM.

Temos de discutir, agora do ponto de vista estratégico, para onde esses instrumentos nos devem levar. Porque não adianta, em termos de agricultura familiar, só produzirmos. Então, temos de trabalhar o tema que estamos chamando de Organização Econômica da Agricultura Familiar. Ou seja, a agricultura familiar não pode só produzir. Ela tem de produzir e comercializar. Então, essa é uma agenda que considero muito importante.

Segundo, temos de ter um modelo de produção da agricultura familiar que seja mais sustentável. Não falo em sustentabilidade do ponto de vista ambiental. Falo em sustentabilidade inclusive do ponto de vista econômico, de melhorar o uso do solo, de melhorar o aproveitamento da água, não só para quem não tem acesso a ela, como muitas regiões do semiárido, mas também para quem tem, de aumentar nossa produtividade, de reduzir custos da agricultura familiar, de fazer o tratamento de dejetos, como estamos falando, de ter uma agricultura de baixo carbono. Então, acho que esta é a segunda grande agenda que temos: um modelo mais sustentável de agricultura familiar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé da Silva) - Quero convidar o Deputado Paulo Piau, Presidente da Frente Parlamentar da Pesquisa e Inovação e nosso companheiro de requerimento para a realização desta Semana da Pesquisa e Inovação na Agropecuária, para fazer parte da Mesa.

Continue, Sr. Secretário.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER - Como estava dizendo, a segunda grande agenda que temos é o tema da sustentabilidade. E a terceira — pelo menos, o Governo Federal está trabalhando de forma muito determinada nesse particular — é a superação da pobreza extrema no meio rural, é fazer chegar políticas públicas aonde elas ainda não chegaram.

Então, resumindo, visualizamos quatro grandes tarefas, hoje, na agricultura familiar. A primeira delas é trabalhar para dar mais eficiência e universalizar os instrumentos de política pública. Um deles é a ATER. Não vamos conseguir levar o crédito, o programa de compras públicas e as outras políticas se não tivermos essa plataforma de ATER universalizada. Caso contrário, não vamos levar políticas públicas, não vamos levar conhecimento, não vamos ter capacidade de incidir sobre o modelo de desenvolvimento. Temos de montar uma assistência técnica de extensão rural que possa chegar ao universo da agricultura familiar, que possa chegar aos quatro milhões de produtores rurais.

E estamos ainda bastante longe de completar esse modelo. Nosso desafio, portanto, é bastante grande.

Conseguimos avançar bastante nesse novo modelo com a Lei de ATER, que nos permite fazer uma ATER mais focada. No Brasil Sem Miséria, é muito importante fazermos uma chamada pública para a contratação de um serviço específico e dizer: *“Nós queremos que seja assim, que seja acompanhada família por família, num prazo determinado e que se cumpram todos os requisitos de acompanhamento”*.

No entanto, não pode ser um modelo único. Esse é um modelo interessante, mas não pode ser único. Temos de trabalhar de forma diferente. Um agricultor de Janaúba, por exemplo, que está na condição de pobreza extrema — fomos lá visitar alguns agricultores — tem que ter um tratamento diferenciado em relação àquele outro que talvez esteja, no Espírito Santo, já integrado ao mercado, numa cooperativa, e produzindo produtos agroecológicos. Temos que pensar o conjunto da agricultura familiar e o conjunto de instrumentos que possuímos.

E temos que pensar como faremos isso de uma forma federada. Qual é o papel do Governo Federal? Qual é o papel dos Governos Estaduais? Qual é o papel das entidades privadas?

Vou dar um exemplo. Temos o modelo do biodiesel, um modelo de desoneração fiscal, no qual a empresa beneficiada com a desoneração fiscal tem a obrigação de prestar assistência técnica. Então, como é que olhamos para tudo isso e para o desafio da universalização?

Por que estou falando de uma forma tão veemente em relação à ATER? Porque se não houver isso, não vamos conseguir vencer o desafio da pobreza extrema. Por quê? Porque o nosso programa de combate à pobreza extrema está alicerçado na ATER, ou seja, em fazer chegar a ATER a cada uma das famílias.

Se não tivermos a capacidade de chegar, não venceremos o nosso segundo desafio nosso, A Organização Econômica da Agricultura Familiar. Como vamos qualificar mais os nossos empreendimentos do ponto de vista sanitário e do ponto de vista de ter gestão de negócio das cooperativas, das associações? Caso contrário, não vamos conseguir atender aos 4 bilhões que temos das compras públicas — alimentação escolar etc. Então, também temos que ter um modelo de ATER para isso e temos que incidir sobre o modelo da sustentabilidade.

Portanto, para todos esses desafios — universalização, organização econômica da agricultura familiar, erradicação da pobreza extrema e modelo mais sustentável de agricultura familiar — esses nossos desafios todos, temos de enfrentá-los com conhecimento e acompanhamento técnico, ou seja, com ATER — Assistência Técnica e Extensão Rural.

Então, isso para nós é muito importante, a nossa chegada nessa política. A ATER é a plataforma para levar o conhecimento e também a política pública, para se chegar lá e dizer que existe o crédito, que tem o PRONAF B, as compras públicas e um programa específico do Brasil Sem Miséria em que os agricultores vão entrar.

Toda a nossa política roda em cima dessa plataforma. Portanto, discutirmos essa plataforma de ATER, de assistência técnica, de acompanhamento técnico, de tecnologia e inovação é algo central, não só pelo tema em si, mas também por toda a visão estratégica que temos das nossas políticas.

Então, estar neste momento aqui, com este auditório tão qualificado, poder compartilhar com os senhores e fazer esta discussão é muito importante!

Nós estamos fazendo o encaminhamento de uma conferência nacional sobre assistência técnica e extensão rural, onde teremos uma participação maciça dos Estados, das entidades estaduais de extensão rural e de pesquisa. Nós temos as nossas unidades estaduais de pesquisa, que são muito importantes, além, obviamente, da EMBRAPA, que é o nosso órgão federal. Nós temos que fazer esta discussão: como vamos dar potência para a nossa plataforma da Assistência Técnica e Extensão Rural.

Temos dialogado bastante com o Diretor Valdir sobre como transferirmos e levarmos para a agricultura familiar o grande acúmulo que a EMBRAPA já tem de tecnologia desenvolvida e como buscarmos ainda desenvolver as outras tecnologias que faltam. Ou seja, como acionar a EMBRAPA para isso, colocá-la ainda mais perto da agricultura familiar e também como movimentar de forma articulada as entidades estaduais.

Quando falo de tecnologia não é só de produção, mas inclusive de máquinas e equipamentos para a agricultura familiar. Temos no nosso programa mais elementos que podem ser uma mola propulsora muito forte disso. Mas temos que ter máquinas e equipamentos adequados à necessidade da agricultura familiar, seja para o Semiárido, seja para a Amazônia, seja também para o Sul, onde temos, por enquanto, uma potência mais forte.

Portanto, temos um desafio estratégico pela frente, que são esses grandes eixos que enumerei aqui: fazer com que nossa política tenha uma atuação específica na pobreza; organizar, do ponto de vista econômico, a agricultura familiar para produzir e comercializar mais; e levá-la para um modelo mais sustentável. E tudo isso precisa de conhecimento e extensão rural.

Então, estamos no caminho correto. E isso nós temos que fazer de uma forma federada e articulada, porque o MDA não tem a pretensão e a capacidade para fazer isso sozinho. Temos que articular as entidades estaduais de pesquisa e de extensão, os Governos Estaduais, o Governo Federal, o extensionismo federal, a pesquisa federal com o Parlamento brasileiro — Câmara e Senado. E aqui, a Subcomissão de Agricultura Familiar, Extensão Rural e Energias Renováveis, coordenada pelo Deputado Zé Silva, é lugar muito correto para fazermos essa discussão e trabalharmos juntos.

Estou muito satisfeito em participar deste Seminário. Gostaria de falar mais dos nossos grandes desafios e contar com todos os senhores para trabalharmos juntos neste início de Governo da Presidenta Dilma, do nosso Ministério, para enfrentarmos esses grandes desafios de fazermos chegar a nossa política a todo o conjunto da agricultura familiar, porque também a nossa agricultura familiar quer ajudar a desenvolver mais o nosso País.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Secretário Laudemir e agradecer a sua importante apresentação neste Seminário.

Quero cumprimentar também os Secretários presentes neste encontro de trabalho da Subcomissão da Agricultura Familiar. Acho que nunca foi tão rico — não é, Deputado Paulo? Eu e o Deputado Paulo Piau atuamos juntos há muitos anos, desde o Triângulo Mineiro. Paulo foi Deputado Estadual e sempre fui seu eleitor. Então tenho a honra de estar junto com ele hoje. Ele sabe da minha alegria de estar podendo compartilhar com ele tudo isso, trazendo para o Congresso Nacional a prática que fazíamos no campo.

O Deputado Vitor Penido, também da Comissão de Agricultura e da Subcomissão, além de gestor exemplar em Minas, também é agricultor e sabe onde a fivela aperta.

Sr. Secretário, a nossa expectativa é de tirar alguma coisa mais prática. O que nós temos que fazer, depois deste Seminário, para que seja dinamizado o serviço de extensão e que essa integração seja mais efetiva? Não é mesmo,

Deputado Jesus Rodrigues? O Deputado é um grande defensor das políticas das energias renováveis.

À Secretária Teresa, que aqui chegou, representando a pujança da mulher brasileira na gestão pública, meu muito obrigado.

Em seguida, passo a palavra ao Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Agricultura e Secretário de Agricultura do Estado da Bahia, Eduardo Salles, que apresentará sobre como integrar políticas públicas estaduais e federais para o desenvolvimento rural.

O SR. EDUARDO SALLES - Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Deputado Zé Silva, agradecendo o convite feito a todos os Secretários de Agricultura — estamos aqui, na grande maioria — e dizendo que temos orgulho de tê-lo como Presidente da Subcomissão de Agricultura Familiar, justamente porque viveu todo esse momento importante em Minas Gerais e tem todo o cacife e o conhecimento necessário para defender os interesses da agricultura familiar. É importante que uma pessoa como V.Exa., que conhece do ramo e sabe das dificuldades do dia a dia, esteja aqui hoje presidindo esta Subcomissão, que pode dar frutos tão importantes para nossos Estados.

Cumprimento Laudemir, técnico muito renomado. Ontem tivemos um jantar com todos os Secretários e o Ministro Afonso Florence, no MDA. Tocamos em temas relevantes para o futuro das nossas secretarias. Passamos mais de duas horas discutindo esses assuntos. Foi feita uma explanação muito importante pelo Ministro. Quero dizer que o Ministro, ao ter técnicos como o Laudemir, que conhece bem o assunto, mais engrandece o Ministério. Vemos que aquele é um Ministério técnico, que tem avançado muito ao longo desses anos, justamente por privilegiar pessoas como ele, como Aldilei e Adoniran. É isso que faz o MDA avançar tanto nas políticas públicas, principalmente na agricultura familiar do nosso País.

Cumprimento a Dra. Vânia, os Deputados Paulo Piau e Vitor Penido e demais Deputados, os nossos Secretários aqui presentes, em nome da nossa ex-presidente Teresa.

Quero dizer, Sr. Presidente, que é importante o que Laudemir falou. O Conselho de Secretários de Agricultura tem que ser mais ouvido. Estamos no momento de mostrar que, antes de as decisões serem tomadas pelo Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, os Secretários têm que ser consultados. São pessoas que estão na ponta e que estão sofrendo no dia a dia os problemas da agricultura, principalmente da agricultura familiar neste caso, e temos que avançar conjuntamente.

Acho que essa é uma ação unilateral de qualquer Ministro e de qualquer equipe, e dessa forma não vão chegar ao foco dos problemas que nós, no dia a dia, estamos vivendo.

É como na política. É importante um Deputado que está em Brasília consultar um Vereador, porque este é quem está em contato com a comunidade. É a mesma coisa. Tanto o Ministro Mendes como o Ministro Afonso sei que têm essa sensibilidade. Espero que consigamos, a cada dia mais, conciliar a questão dos Secretários de Agricultura Estaduais com os Ministérios, para que avancemos com sustentabilidade, sabendo o que fazer, porque o Brasil é um país de dimensões continentais, onde cada Estado tem suas nuances, seus problemas, tem suas dificuldades, e algumas diferentes. Às vezes, Roraima, Rondônia e Acre têm uma diferença muito grande em relação ao Rio Grande do Sul.

Então, esses Estados precisam ser ouvidos, e nada melhor do que este Fórum dos Secretários de Agricultura para que avancemos.

Quanto ao tema que me foi colocado aqui, registro que há dois anos assumimos a Secretaria de Agricultura. Então, estou aqui na condição de subsecretário e, também, depois, na condição de secretário. Tivemos uma primeira reunião no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Àquela altura, o Adoniran e o Argileu chegaram à Agricultura da Bahia e disseram que, como se num campeonato brasileiro, nós estávamos sendo os últimos colocados, quase indo para a Série B, porque nossos índices eram muito ruins em se tratando principalmente da agricultura familiar.

Para que se saiba, a Bahia tem o maior número de agricultores familiares do País. Somos 665 mil famílias de agricultores familiares, 15% da agricultura familiar. Estão localizados na Bahia. Mas temos índices muito ruins em relação à assistência técnica, ao número de DAPs. Então, àquela altura, o Adoniran e o Argileu deram um puxão de orelha quanto a isso.

Nós entendemos bem o puxão de orelha, no bom sentido, e vimos que devíamos mudar as políticas estaduais para avançar na questão da sustentabilidade da agricultura familiar — volto a dizer: já que tínhamos o maior número de agricultores familiares, qualquer coisa ali modifica o cenário brasileiro no que diz respeito até a relação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A partir daí, pegamos uma estruturação, Deputado Zé Silva, com relação à base. Começamos pela base no primeiro ponto, a questão das DAPs, que era muito grave para a Bahia. A política de DAPs é importante; costumamos dizer

que ela é a carteira de identidade do agricultor familiar. Mas, dos 665 mil agricultores familiares da Bahia, só tínhamos 80 mil agricultores familiares com suas DAPs. Então, só esses tinham acesso às políticas públicas do País naquele momento.

Vimos o assunto e debatemos com o MDA, muitas vezes, em batalhas duras. Brincávamos, dizendo que havia o Alemão do MDA, um amigo, mas com quem, naquele momento, tivemos discussões pesadas. Mostrávamos que não podíamos emitir DAPs, em função de que o acesso à Internet em nosso Estado, com 56 milhões de hectares, era muito difícil. Na medida em que se digitava DAP, a Internet caía e não conseguíamos sua emissão.

Então, cobramos do Ministério a DAP *off line* lá na Bahia, e, graças a Deus, o Ministério respondeu rapidamente. Nos três meses seguintes, tivemos a DAP *off line* publicada. A Bahia foi pioneira, a turma do MDA foi diretamente ao Município de Casa Nova onde foram emitidas as DAPs *off line*. Assim começamos e mudamos a realidade. Saímos de 80 mil DAPs e hoje temos 520 mil DAPs emitidas no Estado da Bahia. Houve um avanço considerável.

Depois, vimos as questões da assistência técnica. A IBDA, a empresa nossa de assistência técnica e pesquisa, tinha um problema muito grave. Quando o Governador Jaques Wagner assumiu, a empresa devia, pelas contas dos trabalhadores de lá, 600 milhões de reais, três vezes o orçamento da nossa Secretaria, além de ter problemas. O Governador deu 30% de aumento imediatamente para poder equalizar, para que essa bola de neve parasse de crescer. E, de lá para cá, compramos 700 veículos novos, 1.500 computadores, colocamos Internet em computadores, colocamos GPS, enfim, demos uma estruturação. Contratamos mais 900 funcionários através do sistema REDA, e não contratados da extensão rural.

Avançamos um bocado também na questão da assistência técnica. Por que isso? Vimos que tínhamos 150 mil endividados; quer dizer, quase um quarto dos nossos agricultores familiares estavam endividados. Assim, precisávamos resolver logo isso. A culpa desse grande endividamento, na verdade, é do próprio Estado, por não dá assistência técnica devida. E, sem assistência técnica, a inadimplência, claro, alcançou índices estratosféricos.

Então, a assistência técnica a esses 80 mil não era suficiente. E, através do apoio do MDA e de políticas públicas federais, juntamente com a política pública estadual, investimos 13 milhões de reais em contratos com organizações não governamentais, para dar assistência técnica. De 80 mil agricultores familiares assistidos, chegamos hoje, ao final do ano, com 400 mil

agricultores familiares assistidos — volto a dizer, com o apoio incondicional do MDA e das políticas públicas estaduais também.

Além disso, decidimos pagar 1% àquela altura, para que o agricultor familiar se tornasse adimplente. A Lei nº 2.249, da política pública federal, veio nos ajudar. Tivemos em torno de 47 mil remissões, isto para quem devia até 10 mil reais. E estamos ainda em um processo para vermos quanto podemos ajudar a pagar uma parte dos 15%, para quem não entrou na Lei nº 2.249, da remissão das dívidas.

Tratamos não só da DAP, da assistência técnica, mas também do crédito. Vimos que não podíamos mais dar crédito daquela forma que estava sendo dada. Então, criamos um programa chamado Crédito Assistido, com o apoio do Banco do Nordeste, pelo qual, nas cadeias produtivas do Estado, direcionamos, orientamos e acompanhamos o crédito. Há um coordenador estadual de cada uma das cadeias produtivas e também coordenadores territoriais, para que possamos avançar, medindo o avanço também do crédito, treinando, capacitando, juntamente com o SEBRAE e o SENAR, os técnicos e os agricultores da região, antes que recebam o crédito.

Então, se falarmos de café, antes de dar um crédito para a poda, para o decote ou para a receita do café, treinamos, capacitamos 1 mil agricultores. Primeiro, os técnicos e, depois, os próprios agricultores na receita, no decote de café, antes de receberem o dinheiro, porque achamos que, dessa forma, damos sustentabilidade para que o dinheiro seja bem aplicado ao chegar.

Avançamos também numa mistura de programa de sementes — programa estadual e federal. Hoje, financiamos, gastamos 14 milhões de reais por ano na compra de sementes, para a safra verão e a safra inverno, beneficiando algo em torno de 150 mil famílias do Estado. Recebem as sementes, que não representam o volume total que elas consomem — mas avançamos também nesse processo das sementes.

Antigamente, as sementes eram produzidas em outros Estados e, por meio de concorrência, compradas. Hoje, os movimentos sociais, em experimentos irrigados, produzem essas sementes, não na totalidade mas em grande parte. E gera-se empregos ao se produzir essas sementes no próprio Estado. É um outro programa também interagindo com o programa federal de sementes.

Passo a outro programa. Criamos as Câmaras Setoriais, delas participando o pequeno, o médio e o grande produtor. São 22 Câmaras Setoriais. Elas decidiram o planejamento estratégico para 20 anos. Eu, na

condição de Secretário de Agricultura, sou presidente dessas câmaras todas, mas há um secretário executivo, que vem da iniciativa privada, em cada uma delas. Dessas câmaras, selecionamos 7 delas como prioritárias no combate à miséria extrema do País.

Também criamos um programa, lançado junto com a Presidenta Dilma, no âmbito do Programa Brasil sem Miséria, que é o Vida Melhor, no Estado da Bahia, em que privilegiamos 7 cadeias produtivas, prioritárias em número de agricultores familiares. São elas a cadeia do leite, a cadeia da apicultura, a cadeia da aquicultura e pesca, a cadeia da mamona, a cadeia da fruticultura, a cadeia da mandiocultura e a da ovinocaprinocultura.

Então, essas 7 cadeias, por atingirem o maior número de agricultores familiares, foram privilegiadas, e as estamos estruturando. Por exemplo, quanto à cadeia da apicultura, se numa região há 50 apicultores, damos a eles o direito à assistência técnica de moto e uma casa do mel. A cada 10 casas de mel na região, colocamos um entreposto para comercialização. Enfim, vamos estruturando da mesma forma a mandiocultura; em cada cultura, vamos estruturando sua cadeia.

Vimos, na Bahia, que em muitos lugares onde havia casas de mel não havia apicultor; havia casas de farinha onde não existia mandioca. Não queremos mais que seja desta forma, que a política prevaleça sobre a parte técnica; queremos que a política venha junto com a parte técnica. Se houver lugar para que seja feita a casa de mel, que o político da região vá lá e a inaugure — mas que não corra o risco de inaugurar uma casa de mel onde não há apicultor, porque, depois, sofrerá pelo outro lado.

Então, esse programa Vida Melhor vem junto com o Brasil Sem Miséria, também concatenado com a política pública estadual e a política pública federal.

A Bahia tem o 3º maior rebanho leiteiro do País e está em 23º lugar em produtividade de leite por vaca ordenhada/ano. Então, são fatores que precisamos mudar em relação a isso. A produtividade é de 540 litros por vaca ordenhada/ano, a maior produtividade de leite no mundo. Segundo os próprios produtores da Nova Zelândia, no oeste da Bahia, no Município de Jaborandi, um grupo de neozelandeses produz 5 mil litros de leite por hectare/ano. Nós estivemos na Nova Zelândia e pudemos comprovar que eles têm lá 3 vezes a produtividade da Nova Zelândia. Enfim, há disparates muito grandes em relação a isso aí.

Então, esse programa Vida Melhor vem, concatena. Depois, a questão do Mais Alimento, outro exemplo também de interação entre o programa federal e o estadual. O Programa Mais Alimento dá 3 anos de carência, 7 anos para pagar e juros de 2% ao ano.

Lá na Bahia o Governador quer acelerar esse processo, porque o agricultor familiar precisa da tecnologia para ter a mesma produtividade do agricultor empresarial. Para isso, tiramos os juros e criamos um programa em que se coloca juros zero. O agricultor familiar, além de ter 3 anos de carência e 7 anos para pagar, na Bahia, tem juros zero no Mais Alimentos — e o Governo do Estado da Bahia paga os 2% de juros. Isso é também para avançar, ou seja, uma interação entre a política pública federal e estadual, através do Mais Alimento.

Outro exemplo disso é a questão do PAA. Fazemos pouco PAA e, às vezes, menos do que o Estado de Sergipe. Entramos num programa de treinamento. Fiz a primeira reunião entre todos os Secretários de Agricultura Municipais — e são 417 Municípios na Bahia — porque nunca se havia feito uma reunião de Secretários de Agricultura. Estiveram lá presentes 298 Secretários de Agricultura Municipais e fizemos um treinamento de PAA com eles. Também, através da Superintendência da CONAB, na Bahia, tivemos treinamento para os movimentos sociais, para a FETAG, a FETRAF, a FAEB e a própria ABDA nossa, para avançarmos no PAA. E avançamos significativamente; praticamente, triplicamos o valor consumido anualmente pelo PAA antes desse treinamento.

Somos 26 territórios de identidade na Bahia, e criamos 26 fóruns de Secretários de Agricultura, e cada um desses com um coordenador de cada território dos Secretários de Agricultura. A cada 4 meses tenho reunião com o coordenador desses Secretários de Agricultura, buscando saber o que está acontecendo de errado. Esses 26 coordenadores têm reunião com todos os Secretários de determinado território, para verificar se a agência de defesa está ruim, se a extensão está ruim. Interagimos e colocamos os problemas na mesa. Todos os anos temos reuniões — teremos outra agora em dezembro — com todos os Secretários de Agricultura, para avançarmos nessa questão.

Por último, temos o programa Garantia-Safra. Quando entramos no Governo do Estado da Bahia, apesar dos 665 mil famílias de agricultores familiares, só tínhamos 6 mil Seguros Garantia-Safra sendo feitos. Então, como 6 mil seguros Garantia-Safra era muito pouco, e decidimos pagar metade da Garantia-Safra do produtor, que cabia a ele, e metade do que cabia à Prefeitura. Começamos

a avançar para 20, para 30, para 50. Ano passado, fizemos 110 mil e conseguimos uma cota, este ano, para 200 mil entre as duas safras e pretendemos avançar mais. Neste ano, houve uma seca complicada no Estado da Bahia. Eu até falava disso com Laudemir há pouco, de que no INMET ninguém considerava aquilo como seca, porque nós temos uma rede de pluviômetros muito pequena no Estado, e na verdade houve a seca, houve a perda, e nós não estamos conseguindo comprovar tecnicamente que a seca aconteceu. E estamos com dificuldade em vários Municípios até de as pessoas pagarem este ano, porque elas estão dizendo: “Se eu não recebi no ano passado, como é que vou pagar agora?” Então, podemos ter algum problema este ano em relação a isso.

Mas acho que o Garantia-Safra avançou um bocado. Só para dar uma ideia, o Estado da Bahia tem 68% do seu território no semiárido; quer dizer, dos 56 milhões de hectares, grande parte está no semiárido, e o Programa Garantia-Safra sem dúvida combate a miséria extrema lá no Estado da Bahia, porque há regiões de muita dificuldade, com problemas muito graves, e o Garantia-Safra dá sustentabilidade a todas essas regiões.

E, finalizando, nós criamos também o Programa Secretaria de Agricultura Itinerante, pelo qual eu, inclusive, saindo daqui hoje à noite, vou visitar toda a região da citricultura da Bahia de amanhã até sexta-feira, com a toda a equipe da Secretaria, o Superintendente, os presidentes da empresa de assistência técnica, da Agência de Defesa, da parte de reforma agrária e da Bahia Pesca, que cuida da pesca e da aquicultura no Estado. Nós vamos todos fazer um arrastão nos Municípios, em reuniões com presidentes de associações de produtores e Secretários de Agricultura, discutindo os problemas, encarando-os de frente, levando as políticas públicas federais e estaduais àqueles Municípios.

Então, eu acho que era isto, mais ou menos, que nós tínhamos a dizer, Zé Silva: nós temos avançado buscando sempre essa interação das políticas públicas. E volto a dizer: acho que tanto com o Presidente Lula como com a Presidenta Dilma, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, têm sido feita uma revolução, e nós da Bahia, onde há um número de agricultores familiares muito importante, agradecemos um bocado, porque vemos que essa política realmente tem dado sustentabilidade à agricultura familiar do nosso Estado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Quero cumprimentar o Secretário Eduardo Salles pela sua gestão lá na Bahia e agradecer-lhe. As

transformações que ocorreram lá são realmente um exemplo de como integrar as políticas estaduais com as políticas públicas federais.

E, dando continuidade....

O SR. EDUARDO SALLES - Eu só... desculpe-me por interromper. Eu queria entregar-lhe aquele material ali. Eu queria entregá-lo aos senhores. Ontem entreguei ao Secretário de Agricultura e queria entregar ao senhor, como Presidente da Comissão, um projeto que temos realizado na Bahia e que eu acho que é muito importante, porque tem dado sustentabilidade à questão do combate ao abate clandestino. Eu queria entregar-lhe esse material mais detalhado, esse material aqui.

Nós lançamos na Bahia tempos atrás um programa de frigoríficos, pequenos frigoríficos, porque se dizia que frigorífico só se fazia com R\$ 8 milhões; então, nós fizemos um modelo, fomos ao Rio Grande do Norte, discutimos o modelo e fizemos uma planta, que custa R\$ 1,5 milhão e permite o abate de 30 animais/dia. Ela é modular e pode chegar a 100 animais/dia, e hoje na Bahia já estamos fazendo 23 unidades dessas, pulverizando o abate no Estado.

Lançamos ontem um projeto de entreposto frigorífico modular, com a presença de Deputados estaduais e federais, e estamos pedindo aos Deputados federais do nosso Estado que façam emendas para esse projeto, que na verdade é para complementar; nós não podemos ter um frigorífico em cada Município, mas esse entreposto é para ficar ao lado da feira livre, num modelo em que as carcaças vêm do frigorífico, já, e nós temos uma sala de desossa no gancho; faz-se a desossa e colocam-se os miúdos numa câmara frigorífica, e dali nós temos um programa de financiamento, já, para os balcões frigoríficos, a balança e a serra de fita, para dar sustentabilidade a toda a cadeia da carne. Então, eu acho que isso é pioneiro, é importante; nós fizemos todo um trabalho de pesquisa, e já aprovamos isso, também, no Ministério da Agricultura.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós tínhamos... Esse é o mapa da Bahia, Zé Silva. Aqui, em azul, já existiam frigoríficos, e aqui, em vermelho, nós estamos fazendo esses novos frigoríficos. E fizemos a apresentação dessa planta, que tem três módulos: 30 carcaças, ou 50 carcaças, ou 100 carcaças; isso vai depender do tamanho do Município. Esse é o modelo. Aqui está o CD com tudo isso. Eu queria entregar-lhe esse CD, que é simplificado, e esse outro aqui, que é mais detalhado, das regiões da Bahia em que nós temos o frigorífico, mostrando que ao lado nós colocaríamos, em função da população, um número de carcaças em cada um.

Então, entregando-lhe, quero também entregar a toda a Comissão esse projeto que nós desenvolvemos lá na Bahia; eu trouxe cópias para cada membro da Comissão, e também para todos os Secretários de Agricultura. Aos que não estavam ontem no jantar, eu tenho aqui e posso entregar depois. Então, está aqui, Deputado, para toda a Comissão.

Acho que essa é a colaboração do Estado da Bahia, um trabalho que nós fizemos em conjunto. Eu acho que nós temos de compartilhar o que cada Estado está fazendo. O que faz bem que passe para os outros, porque eu acho que quando se trata de dinheiro público nós devemos trabalhar em conjunto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Bom, parabéns ao Secretário Eduardo de Salles pelo trabalho que ele faz na Bahia. Nós somos vizinhos ali de perto do Vale do Jequitinhonha, norte de Minas, e tenho acompanhado nestes 2 anos lá realmente essa evolução. Só de imaginar o Garantia Safra passar de 6 mil para 120 mil agricultores, e vai chegar a 200 mil... Isso mostra que é possível integrar essas políticas públicas. Então, nossos cumprimentos.

Quero agradecer aqui a presença ao Deputado Junji Abe, que é o Presidente da Frente Parlamentar dos Hortigranjeiros, e ao Deputado Celso Maldaner, que hoje é Presidente da Comissão de Agricultura aqui na Câmara Federal. Chegaram aqui também o Presidente do CONSEPA, Evair de Melo, lá do Espírito Santo, e o Dr. Duarte Vilela, da EMBRAPA Gado de Leite, nosso conterrâneo. Agradeço às demais autoridades que também chegaram para o nosso seminário.

E, dando continuidade, passo a palavra à Dra. Vania, que é Diretora Executiva de Administração e Finanças da EMBRAPA e vai expor sobre a pesquisa para o desenvolvimento rural. A Dra. Vania tem 20 minutos também.

A SRA. VANIA BEATRIZ RODRIGUES CASTIGLIONI - Muito obrigada. Eu gostaria de cumprimentar, em nome do nosso Presidente Pedro Arraes e da Diretoria da EMBRAPA, o Dr. Maurício, o Dr. Waldyr, os Deputados Zé Silva e Paulo Piau, Laudemir, nosso colega da Bahia, e todos os Secretários e Deputados aqui presentes. E meu cumprimento especial a Tereza Cristina, representando aqui os 50% de mulheres da Secretaria da Agricultura. Faltou a nossa Secretária Mônica Bergamaschi, do Estado de São Paulo. É um prazer estar com os senhores.

Pediram-me que fizesse esta abordagem da pesquisa e do desenvolvimento rural. Eu tentei organizar o tema revisitando o passado um pouquinho, porque nós temos de fazer isso para ver as experiências boas, as decisões boas que

ocorreram no passado, que nos projetaram e nos trouxeram até aqui, para que esses bons exemplos sejam copiados e nós projetemos isso para a construção do nosso futuro. Então, eu gostaria de dizer, primeiro, nessa questão de desenvolvimento rural, que para nós chegarmos a esse ponto é muito importante a assistência técnica e a extensão rural. Isso é reconhecido, e a nossa história mostra isso. Eu gostaria de fazer essa referência inicial.

Se nós formos à década de 1970, nós vamos observar que existia um vazio tecnológico muito grande. O Brasil era dependente das importações, as safras eram pequenas, a segurança alimentar na verdade era muito frágil, quase ameaçada. E naquela época, se formos olhar a história, nós vamos ver que houve várias decisões que mudaram esse quadro. Então nós tínhamos essa responsabilidade de tratar dessa questão da segurança alimentar, tínhamos de buscar a adequação das políticas públicas, tínhamos de produzir para abastecimento interno e para o propósito de exportação, para que o excedente fosse exportado.

No campo de geração e conhecimento de tecnologias para agricultura tropical nós tínhamos muitas referências das tecnologias, mas não eram para um País tropical. Foram então criadas e fortalecidas as instituições de pesquisa e extensão rural. Eu acho que esse é um ponto fundamental, que dá estabilidade para um país. A história está aí, e nós temos dados que mostram isso. Então, à época foi criada a EMBRAPA, foram criadas as empresas estaduais de pesquisa, a assistência técnica. A ASBRAER congregava a assistência técnica. Então, havia todo um aparato institucional buscando reforçar a situação da agricultura à época.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Dra. Vania, só um segundo, por gentileza. Quero convidar o Dr. Evair de Melo, Presidente do CONSEPA, para fazer parte da Mesa conosco, ele que é palestrante também. Obrigado, Dra. Vania.

A SRA. VANIA BEATRIZ RODRIGUES CASTIGLIONI - Bem-vindo, capixaba. Para quem não sabe, também sou capixaba.

Então, todo esse aparato levou-nos à realidade atual da agricultura, em que nós podemos caracterizar a questão da segurança alimentar hoje; se formos visitar os dados, vamos verificar que o preço da cesta básica nestes 35 ou 40 anos se reduziu em 50%, uma redução significativa, o que permite maior acesso das pessoas aos alimentos. Nós temos uma balança comercial com superávit. Aumentamos muito a produtividade. Como exemplo, a produção de grãos em 35 anos aumentou 228%, a produtividade 151% e a área 31%.

Então, observando esses dados, nós vemos um grande impacto da tecnologia, a grande responsável pelo aumento da produtividade. Se não fosse isso, para produzirmos o que produzimos hoje em termos de grãos nós teríamos de avançar, em expansão de área, cerca de mais 58 milhões de hectares. Esse é um dado que comprova a importância do investimento em tecnologia.

E é claro que esses feitos vieram com a questão do suporte governamental das políticas públicas. Sem dúvida nenhuma, nós vimos avançando nas políticas públicas.

Nós superamos, então, em termos de pesquisa e inovação, a questão da produtividade, e acho que hoje o grande desafio que está posto para nós instituições de pesquisa é a questão do uso e da preservação dos recursos naturais rumo à sustentabilidade, não só do ponto de vista ambiental, como Laudemir abordou anteriormente, mas do ponto de vista social, econômico e ambiental. Esse é o nosso grande desafio.

Outro dado muito importante para analisarmos neste período é a questão da elevação do IDH, que mede a renda, que mede o avanço na educação. Em 1975 ele era 0,64. Hoje estamos em 0,8. Na década de 1970 várias decisões importantes foram tomadas, em termos de políticas que, acredito, contribuíram muito para chegarmos aonde chegamos.

Então, esse é o quadro atual, mas é claro que todo esse esforço não foi capaz de resolver todos os nossos problemas. Eu vou elencar aqui alguns desafios que nós temos. Eu chamaria até de resgate de alguns passivos, porque é muito difícil nós tomarmos as decisões e sermos assertivos em 100% das nossas decisões. Então, existe, sim, um passivo, acho que esse passivo na área rural está posto, é um grande desafio para nós, e acredito que com o que as instituições estão fazendo, as articulações com as políticas públicas, nós vamos ter um novo avanço aí.

O primeiro deles é a questão de termos um ambiente institucional estável. Nós precisamos ter um ambiente institucional estável. E aqui eu faço questão de reafirmar a necessidade de reestruturação da rede pública de assistência técnica e extensão rural. Laudemir falou da Lei de ATER e reforçou a necessidade de nós termos outros mecanismos para que se leve isso que está sendo gerado aos produtores. Esse sistema de pesquisa deve ser mais estável, e ser fortalecido. Nós temos nossas empresas estaduais, congregadas pelo CONSEPA, em Estados que precisam de um olhar mais localizado. Não dá para ser generalista. E aí cabe tratar os diferentes de forma diferente. O Brasil

é muito grande, com uma geografia muito diversificada; então, é importante esta questão de as empresas de pesquisa estarem nos Estados.

E, mais do que isso, temos, sim, de fortalecer as parcerias e o trabalho em rede. Nós precisamos disso, e já demos um passo para essa questão dos trabalhos em rede; isso está visível, e é uma coisa que temos de cada vez mais cuidar.

E como exemplo do apoio do Governo Federal nos Estados do qual nós da EMBRAPA tivemos oportunidade de participar, eu gostaria de citar um esforço que está sendo feito para o resgate da infraestrutura das empresas estaduais; parte dele engloba pesquisa, parte engloba assistência técnica. Falo da questão do PAC EMBRAPA, que nos possibilitou alocar cerca de R\$ 208 milhões nos últimos 3 anos, na tentativa de recuperar parte da infraestrutura dessas instituições.

Nós temos um trabalho, feito por um colega com base nos dados do Censo de 2003, que conseguiu formatar três grupos de produtores de estabelecimentos rurais. Um deles está bastante estável e tem acesso a crédito, a informação, principalmente a tecnologia; é um grupo menor, o qual acredito que se autossustente. Ele tem capacidade gerencial de se autossustentar. Temos outro grupo intermediário, em grande parte formado pelos agricultores familiares; é um grupo que precisa, sim, da questão da assistência técnica. Eu sou prova viva disso, porque tenho origem na área rural, minha família está na área rural, e nós sabemos da importância e da necessidade dessa assistência técnica. Depois temos um terceiro grupo; esse, sim, é um grupo que requer um olhar, uma atenção especial. É o grupo da extrema pobreza, que precisa, sim, dessas políticas que estão sendo desencadeadas pelo Governo e que garantem renda, fazem inclusão produtiva e buscam o acesso a serviços públicos.

Nesse sentido, quanto aos programas do Governo e às políticas públicas, eu gostaria de reforçar a necessidade de engajamento dos diferentes setores. Eu acho que este momento representa uma grande oportunidade, sim, para o desenvolvimento rural, haja vista que hoje ainda temos esse quadro não muito avançado, e precisamos ter esse olhar diferenciado. Acho que na questão das políticas públicas entra novamente a importância das tecnologias, que devem amparar essas políticas públicas, seja a tecnologia de sementes, seja a transferência de tecnologia; enfim, tudo que nós temos na agricultura, tudo que nós já geramos de conhecimento e de experiência deve ser repassado, sim.

Especificamente em relação às políticas públicas, eu gostaria de citar alguns programas que já foram abordados aqui, que têm rebatimento nos Estados e estão associados ao Governo Federal, como o Mais Alimentos, lá do MDA, e o Programa ABC, que é uma oportunidade enorme, está traçado para 10 anos e é coordenado pelo MAPA, que busca convergir em sistemas de produção todo o arsenal de tecnologia que nós geramos. Acho que esse é um grande feito e uma grande oportunidade, porque isso vai gerar renda e vai em rumo à sustentabilidade, aproveitando todo o potencial que nós temos de tecnologias que já foram geradas, e obviamente é importante, novamente, a questão da assistência técnica para levar essas tecnologias ao campo.

Nós temos ainda o Brasil sem Miséria, programa de fundamental importância para atender àquele terceiro grupo de produtores que eu apontei anteriormente, e eu gostaria de levantar também a questão da inclusão digital, que é uma coisa nova para nós, que está chegando. A estrutura de comunicação no mundo mudou, e é claro que isso nos remete a uma nova forma de pensamento, a uma nova forma de organização. O Ministério das Comunicações está coordenando esse programa por intermédio da Secretaria de Inclusão Digital, já tendo lançado algumas ações para a capacitação dos profissionais das escolas públicas no campo, capacitação, gestão e comercialização de produção; enfim, há algumas ações já em pauta que vão, no esforço coletivo, somando-se ao que já existe. Eu acredito que isso vá contribuir muito para a questão do desenvolvimento rural.

E nesse aspecto, eu gostaria de abordar alguns dados da educação no campo que nos remetem a pensar o que nós devemos fazer e como nos devemos articular. Quando nós olhamos os dados, realmente eles assustam um pouquinho, e até perguntamos: esses dados são reais mesmo? Na verdade, são dados que nos perturbam um pouco. Nesse aspecto da educação no campo, segundo os dados do IBGE de 2006 — eu acredito que esse quadro pode ter-se alterado um pouco, nós já estamos em 2011 —, 90% das pessoas que estão no campo têm até o ensino fundamental. Isso remete-nos a uma análise das dificuldades que temos para absorver as informações e as tecnologias que nós mesmos estamos usando, e até a nossa linguagem. Então, temos de buscar avançar na educação no campo, temos de buscar ampliar a capacidade de absorção do uso dessas tecnologias na gestão dos negócios, porque nós temos de olhar o lado econômico.

Então, nós temos desafios muito grandes para formatar os nossos programas e pensar nas nossas parcerias. Aqui, novamente, eu acho que devemos analisar

a questão da possibilidade que nos trazem as redes de comunicação que estão postas aí e que nos permitem acesso à informação e à inclusão digital na área rural, como nas cidades, onde temos mais facilidades. À zona rural nós temos de chegar com isso, lá, mas só chegar com isso não basta, é preciso tratar realmente da questão da capacitação e da assistência técnica.

Outro dado do IBGE, também de 2006, que me chama bastante atenção: 78% dos estabelecimentos agropecuários não recebem nenhum tipo de assistência técnica. Então, é um número bastante considerável. E mais: 13% só receberam ocasionalmente, e 9% regularmente, o que normalmente está mais associado à assistência técnica privada, que tem um compromisso mais constante.

Bom, diante de todo esse quadro, eu gostaria de fazer referência — nós devemos pensar nisto também — ao perfil dos nossos profissionais. Se nós formos considerar os profissionais nossos colegas, nós mesmos que estamos gerando tecnologia, nós entramos num grau de especialização bastante aprofundado, o que é muito importante para gerar as inovações, mas nós temos de buscar essa visão da ação multidisciplinar, nós temos de ver um jeito de fazer uma gestão que nos leve a isso. E aqui eu destaco mais uma vez a importância do trabalho em rede, porque, como aqui já foi comentado, sozinhos não resolvemos os problemas. Não resolvemos os problemas de geração de tecnologia, não resolvemos os problemas de transferência de tecnologia e inovação e de assistência técnica. Então, a questão da rede é importantíssima em todos os níveis.

Bom, para concluir, diante desse quadro, nós temos de trabalhar, sim, com propósitos duradouros e persistentes. Eu acho que a nossa história mostra isso, e acho que nesse contexto, do ponto de vista político, é muito importante nós pensarmos nesses propósitos duradouros, e temos de criar mecanismos fortes para favorecer e ampliar a assistência técnica, a extensão rural e a pesquisa. Não temos dúvida dessa necessidade. A história mostra isso; as decisões do passado mostram isso, as decisões, para um lado e para o outro, mostram-nos o caminho.

Acho que eram essas as considerações que eu gostaria de deixar aqui. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Agradeço à Dra. Vania, e agradeço também a presença aqui ao Deputado Giroto, grande empreendedor da nossa agricultura.

Quero convidar para compor a Mesa também o Presidente da ASBRAER, Dr. Júlio Zoé.

Já agradeço a presença ao Deputado Junji Abe, Presidente da Frente Parlamentar dos Hortigranjeiros.

E esclareço aos presentes que nós estamos caminhando aqui para o encerramento das exposições, e temos pelo menos 1 hora, uns 45 minutos, para ouvir os Secretários também.

Imediatamente, passo a palavra, agora por 15 minutos, ao Dr. Evair de Melo, Presidente do Conselho Nacional do Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária — CONSEPA.

O SR. EVAIR DE MELO - Obrigado, Zé. Bom dia. É um prazer estar aqui, uma alegria muito grande.

Quero saudar aqui o Deputado Zé Silva, que ora preside esta sessão. Zé hoje é uma marca. Eu digo que Zé está para a extensão rural brasileira — perdoem-me a comparação, até porque vai de encontro a um produto nosso — como Juan Valdez para o café da Colômbia. Está na hora de nós fazermos uma réplica sua, um desenho seu, e colarmos nas portas da nossa instituição, porque Zé Silva virou um símbolo, uma marca, até porque pautou isso como projeto de vida. Isso é o mais importante, isso não tem preço. Zé pautou isso como seu projeto de vida, um projeto de construção coletiva, da forma como fez, abdicando de um monte de coisas por acreditar nisso. Então, o Brasil vai reconhecer, e já reconhece, a sua liderança para a extensão, e os seus amigos estão orgulhosos, e sua família também.

A Laudemir, do MDA, eu quero dizer da felicidade que foi ver que as cabeças brasileiras tomaram a decisão, a atitude e a coragem de montar um modelo de Ministério como o do MDA hoje. Laudemir representa muito bem isso, tem incorporado isso, e no CONSEPA com certeza estamos só começando as nossas parcerias, e vamos consolidá-las muito mais.

Quero saudar Vania, capixaba, ex-funcionária da nossa empresa estadual de pesquisa agropecuária e Presidenta da EMBRAPA em exercício. Ela enche-nos de orgulho. Vania é das margens. Vania, quando criança, pescava com anzol nas margens do Rio Doce, hoje bastante assoreado, mas ainda há peixinho lá, e quem for a Colatina está convidado para comer uma moqueca de peixe de água doce preparada pela família de Vania, filha de poetiza.

Saúdo Júlio Zoé, que também preside uma instituição de pesquisa e extensão inquestionável, o IPA. Aproveito para convidar todos para conhecerem — o Secretário também está aqui presente — a nova sede do IPA. Acho até que o

Governador vai querer levar para lá a sede do Governo, de tão arrojado que ficou aquele projeto. É uma referência da credibilidade o Estado de Pernambuco dá à pesquisa e à extensão agropecuária quando toma a decisão de fazer um investimento daquele porte. Espero que nos convidem a todos para a inauguração.

Também saúdo Eduardo Salles. É bom reencontrá-lo aqui. Eu e Eduardo fomos militantes dos programas de qualidade de café pelo interior da Bahia. Trabalhamos juntos em Brejões, Piatã, Mucugê, Abaíra, Bonito, Utinga, Rio de Contas etc. É uma alegria saber que Eduardo também está no serviço público, e por decisão pessoal. Era um executivo muito bem sucedido na iniciativa privada, trabalhava numa empresa focada em resultados, e fez uma opção de vida ao vir qualificar o serviço público brasileiro. Isso é motivo de orgulho para nós. Feliz é a Bahia, que tem em seus quadros essa liderança na Secretaria de Agricultura do Estado.

E saúdo todos os Secretários presentes, assim como saudei Eduardo. Nossas saudações especiais ao Secretário do meu Estado do Espírito Santo. E agradeço aos gaúchos presentes por nos terem emprestado esse talento que é Enio, funcionário de carreira do INCAPER, instituto de pesquisa e extensão agropecuária do nosso Estado. É uma alegria. Enio já presidiu o INCAPER, e hoje, por convocação do nosso Governador Casagrande, lidera outro grande projeto e com certeza está ajudando nossos capixabas a encontrarem seus caminhos no Estado.

Ao saudar Enio, eu também saúdo Tereza Cristina e todas as mulheres Secretárias. Precisamos delas, e elas merecem destaque na agropecuária brasileira.

O CONSEPA está fazendo um trabalho de reconstrução, um trabalho que foi muito bem liderado nos últimos anos. Sílvio, que está aqui, meu Vice-Presidente, preside a PESAGRO. O CONSEPA congrega uma rede de pesquisa agropecuária espalhada por este País. Vejam os números das empresas estaduais de pesquisa agropecuária, como a de Santa Catarina, a EPAGRI, do nosso Luiz Hessmann. Há hoje 2.032 pesquisadores, mestres e doutores nos quadros das nossas instituições estaduais de pesquisa agropecuária, e 11 mil funcionários, entre auxiliares de campo e doutores, um quadro que realmente qualifica, e daí os resultados; 250 fazendas pertencentes a essas instituições neste momento servem de campos experimentais, como as da EPAMIG, meu Secretário-Adjunto de Minas Gerais, que tem diversas fazendas no Estado; são 250 espaços públicos dedicados à base de

conhecimento da ciência e da tecnologia, e 230 laboratórios estão à disposição da produção do conhecimento e da ciência agropecuária brasileira.

As empresas estaduais cumprem o papel de focar em seu Estado, mas trabalham em parceria, o que é fundamental. E quero deixar um registro para a EMBRAPA — ouviu, Vania? —, que sempre foi uma parceira positiva, proativa, e também sempre esteve presente quando convocada para boas causas. Construímos grandes e bons projetos juntos, e estamos obtendo respostas. E quero reforçar aqui o papel e a importância da empresa estadual, que com sua capilaridade e sua diversidade de pesquisas abrange todos os focos. A pesquisa estadual consegue dialogar com o público, consegue atender à demanda com uma visão que muitas vezes no macroplano, por mais sistêmica que seja a abordagem, não se consegue captar. Portanto, é muito importante estruturar isso que Vania chamou de rede, sob a liderança da EMBRAPA.

Não podemos esquecer-nos também de outro segmento, o das universidades federais. Não podemos esquecer-nos do IFES, que agora chega com muita força, Deputado Zé Silva, não só no campo do ensino, mas também fortalecendo o serviço de pesquisa e reforçando a competência da iniciativa privada neste País, parceira nossa. Os nossos Estados que têm empresas de pesquisa reconhecem isso. Muitas respostas foram dadas. O público, muitos desses agricultores que estão pautando a agenda de prioridades da política pública nacional e da política pública estadual, fala por intermédio das nossas instituições. Hoje, das 18 instituições de pesquisa que estão no CONSEPA, oito ou nove — uma está finalizando — têm a dupla função de pesquisa e extensão, mas também prestam assistência técnica. E está aí a genialidade: vencer o desafio de ao mesmo pautar assuntos da academia, de ciências, às vezes de ciências exatas, e estar em contato com o pequeno agricultor, e fazer essa interpretação.

Quero fazer referência a um dos meus professores, Cláudio de Moura Castro, que sempre ressaltou a importância da interpretação, porque às vezes até há levantamentos de demanda, mas alguém preparado, com raciocínio lógico, com pensamento, precisa interpretar os dados, e esses extensionistas estão promovendo experiências de sucesso absoluto. Essa interpretação está dando muitas das respostas de que o Brasil precisava. E há uma peça fundamental aí, que é: considerar o grau de alfabetização, ou de escolaridade, ou capacidade de interpretação dos recebedores dessa informação, que são os nossos médios, pequenos e microagricultores espalhados pelos rincões deste País.

Imaginem um Estado com a dimensão do Pará, por exemplo. Aqueles agricultores ou trabalhadores rurais hoje muitas vezes são homens, mulheres, jovens a quem o Estado não deu a oportunidade de frequentar um banco de alfabetização, pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir o primeiro grau, o segundo grau, de sonhar com o curso superior. Então, está aí o desafio: fazer esse homem que está produzindo alimento, às vezes o básico para a sua alimentação e para manter a sua dignidade, para comprar aquela bicicleta que ele pensa em dar ao filho, aquele presente para a esposa, aquela tinta para a casa, para pagar a reforma do carro, alcançar o sonho de, seguindo a nossa informação, a informação que o pesquisador produz, aumentar a sua renda no segmento e, em cadeia, começar a comercializar para a sociedade, talvez — quem sabe? —, vender um pouco mais e até exportar.

Essa expectativa não é hoje algo obscuro. O momento não é bom, mas temos de pensar na exportação de produtos, principalmente da nossa agricultura familiar. Está aí o tamanho da nossa responsabilidade. E o mais importante disso é o fortalecimento dos nossos Estados que se têm voltado para essa política.

Quero fazer aqui um registro para o Secretário Enio. Nós iniciamos ontem, Vania, um concurso público para recomposição de todos os quadros do nosso INCAPER. Fizemos a primeira etapa ontem, e vamos fazer a segunda, para que fique completo. Há uma determinação do nosso Governo, essa causa está pautada. A empresa estadual gera riqueza para o Estado e dignidade para os seus trabalhadores, para quem a opera. O Governo reconhece que isso é prioridade, e investe nisso. Isso é fundamental. Sem dinheiro para reestruturar essas empresas fica complicado. Lançamos o desafio. Então, a exemplo de outros Governos, o Espírito Santo mostra a importância disso para todos os brasileiros.

Quero mostrar, para que sirvam de exemplo, os nossos ganhos e a nossa contribuição. E quero fazer outro registro, também importante, para os Secretários e para os Parlamentares presentes. Nós temos de fazer aqui nesta Casa um trabalho extremo de valorização dos trabalhadores das empresas estaduais de pesquisa agropecuária. Esse é outro ponto fundamental. Um doutor de qualquer instituição estadual, seja do Tocantins, seja de Minas Gerais, do Espírito Santo, do Pará, do Mato Grosso do Sul, não importa, precisa ser valorizado. Temos de construir políticas públicas para reconhecer

esse cidadão como homem que traz a informação que vai ajudar a construir a dignidade deste País.

Sabemos que o Estado pode ter dificuldade nisso. Os Estados vão ter essa dificuldade. Mas eu queria, Deputado Zé Silva, pedir-lhe que lidere, com outros Parlamentares, um debate nacional para que encontremos uma forma de fazer com que o doutor da universidade, o doutor da EMBRAPA, o doutor da empresa estadual de pesquisa, que é o mesmo homem, filho da mesma família, com a mesma competência, tenha também o reconhecimento do mercado, da categoria. Isso é fundamental. Isso vai oferecer-lhe muito mais oportunidades e vai estruturar todo o segmento.

O CONSEPA está reestruturando-se. Estamos refazendo e consolidando este debate num trabalho de fortalecimento das instituições estaduais, meu caro Eduardo, para que possamos realmente disponibilizar para todos os agricultores brasileiros essas informações. E queremos pautar isso junto com o serviço de extensão. Júlio já está fazendo isso. Ou seja, o discurso já está unificado. É do convencimento de todos que essa informação tem de chegar ao agricultor, respeitando a sua tradição, a sua cultura, a sua experiência e a sua história de vida. Não se pode ocultar dele a informação para que ele, se quiser, possa interferir no processo produtivo com responsabilidade, e mexer no processo produtivo requer responsabilidade, porque ali está a sua família, a sua história, toda a sua vivência. Essa mudança precisa estar pautada nos pilares do que nós chamamos de sustentabilidade, isto é, com foco na distribuição de renda, na questão ambiental, na questão social e econômica.

Outra coisa importante: o alimento produzido — ontem debatemos isto com o nosso Ministro — deve atender a dois quesitos importantes da segurança alimentar, quais sejam, a quantidade de alimento fornecido e a qualidade desse alimento. Ou seja, pode ser pequeno o agricultor, pode ser pequena a propriedade; o que não podemos aceitar é que estejam atrasados tecnologicamente por omissão nossa ou pela nossa falta de coragem para construir e disseminar a informação.

E esse é o papel que estão cumprindo as empresas estaduais de pesquisa agropecuária. Então, é um papel de reconhecimento e de fortalecimento. É só medir o que já entregaram para a sociedade o IPA, a EPAMIG, o IAPAR, o INCAPER, a APTA, a PESAGRO. É com esse segmento que vamos realmente acabar com a miséria no Brasil, com a pobreza. É com essas empresas que vamos dar aos brasileiros dignidade e a oportunidade de serem parte de uma geração que vai poder sonhar com dias melhores, e principalmente graças à

agricultura. Ou seja, estão pautados os aspectos trabalhistas e de mão de obra. Ontem tratamos disso no nosso seminário. É preciso não só pensar na inovação — às vezes só se pensa em genética e em outras coisas mais —, mas também focar na diminuição da fadiga do homem que trabalha no campo, seja ele um pequeno agricultor, seja ele um grande empresário.

Eu sou neto de analfabeto. Meu avô tem 92 anos de idade. É um homem que não teve a oportunidade de frequentar os bancos escolares. Meu pai é um homem de 60 e poucos anos, também com pouca escolaridade. Eles construíram a sua família com muito esforço físico. Isso está tirando muita gente do campo, muitos jovens. Ontem pautava a nossa agenda um bom plano de sucessão. É preciso estar claro que a geração que está vindo aí, a nossa geração, a geração dos nossos irmãos, não vai ficar no campo para produzir alimento se estiver submetida a essa fadiga, a esse esforço físico.

Portanto, o desafio é enorme. O Governo Federal tem dado toda a orientação, e nós vamos trabalhar com base nessa orientação. Acreditamos, Zé, na sua liderança nesta Casa, e acreditamos nos nossos Parlamentares.

Eduardo, que bom ver o CONSEAGRI recompondo-se, refazendo-se e pautando a política pública nacional, que bom ver a EMBRAPA compreender que tem todas as competências, mas muitas limitações, e chamar-nos para fazer uma agenda positiva, para que possamos fazer do Brasil, mais do que um exportador de bons jogadores de futebol e outras coisas, um exportador também de alimentos e de exemplos ao mundo, exemplos de coragem para construir políticas públicas oferecidas a todos os brasileiros.

Este é o meu registro. O CONSEPA tem essa missão, tem esse compromisso. Estaremos juntos, lutando pelas boas causas da agricultura familiar, do agronegócio, da agropecuária, do meio ambiente, da riqueza e da felicidade de todos os brasileiros. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Muito bem. Agradecemos ao Dr. Evair de Melo, Presidente do CONSEPA.

Estamos caminhando para o nosso debate. São 12h14min. Isto está parecendo até rádio AM, não é, Deputado Celso? *(Risos.)* É que estou vendo o pessoal atento ao tempo, ficando cansado. O queijo artesanal está esperando, e há café quente ali.

Quero fazer um agradecimento especial ao nosso Secretário-Adjunto de Minas Gerais Paulo Romano, que foi Parlamentar nesta Casa e engrandece muito o nosso debate aqui. Eles têm lá em Minas uma proposta interessante que eu tenho certeza de que o Dr. Paulo vai comentar depois sobre as propriedades

rurais, tema sobre o qual o senhor e outros técnicos do Estado estão discutindo.

Iremos para a última apresentação e, em seguida, para os debates.

Aliás, Secretário Eduardo, nossa vontade de discutir era tanta que a programação ficou muito cheia, porque, repito, era muito assunto e muita a vontade nossa de os senhores estarem aqui contribuindo.

Concedo a palavra ao Presidente Júlio Zoé, que também dispõe de 15 minutos, para falar sobre o papel da assistência técnica e extensão rural no desenvolvimento sustentável.

O SR. JÚLIO ZOÉ DE BRITO - Boa tarde a todos.

Inicialmente, cumprimento nosso Deputado Zé Silva, que, como Presidente da EMATER de Minas Gerais, prestou relevantes serviços a esse tema que vamos abordar e, como Presidente da ASBRAER, deixou-nos a enorme tarefa de darmos seguimento ao belo trabalho que desenvolveu à frente daquele órgão.

Cumprimento o Secretário Eduardo Salles e nosso Secretário de Agricultura Ranilson Ramos, meu chefe. Agradeço à equipe do IPA, que nos acompanha hoje, ao amigo Cabral, a Tatiane e a nossa amiga Marina. Cumprimento Enio, Secretário do Espírito Santo, que até outro dia era Presidente do INCAPER. Tivemos ainda participação em algumas reuniões. Cumprimento meu amigo Laudemir Müller, Secretário de Agricultura Familiar, grande parceiro de Pernambuco, que tem dado grande dimensão àquela Secretaria no Governo Dilma.

Saúdo meu amigo Evair, Presidente do CONSEPA e do INCAPER, parceiro, estive no IPA recentemente discutindo conosco e ficou bem impressionado. Ele voltou de Recife convidando o pessoal do Espírito Santo para fazer uma obra parecida com a que estamos realizando lá. Desde já, está convidado para a inauguração, que, se Deus quiser, ocorrerá no próximo ano. Faremos, com muito prazer, essa inauguração, fruto do PAC da Pesquisa, liberado através da EMBRAPA. Já temos 70% executado.

Cumprimento a Dra. Vânia, Diretora Executiva da EMBRAPA e Presidente em exercício. Saúdo também minha amiga Petula, da EMBRAPA; e Solon, Assessor Parlamentar da ASBRAER, que trabalha fazendo essa ponte da ASBRAER com o gabinete da extensão rural, que temos a honra de ter em nossa Casa. Cumprimento ainda Paula Serrão, Diretora Executiva do CONSEPA, que, até outro dia, estava conosco.

Foi-nos dada a missão de falar um pouco sobre o papel da assistência técnica e extensão rural no desenvolvimento rural sustentável, seus avanços e dificuldades. É muito importante compreendermos o papel que esse serviço teve no passado para a inclusão das tecnologias do conhecimento e para impulsionar o modelo proposto naquele momento para o desenvolvimento da agricultura de nosso País. Evidentemente, alguns assuntos muito em voga hoje naquele momento não eram muito considerados.

Fizemos uma forte expansão da agricultura, aonde se chegava desmatando, fazendo plantio e, depois, colocava-se pasto. Fazia-se em algumas áreas até uma agricultura migratória, para expandir. Não havia a cobrança que há hoje em relação às questões ambientais.

Na hora que falamos em desenvolvimento sustentável, devemos saber que é necessário alto rendimento preservando o meio ambiente e auferindo renda. Esse, portanto, é um desafio que o novo cenário nos apresenta, principalmente quando estamos falando de agricultura familiar, o público que, prioritariamente, é assistido pela assistência técnica e extensão rural oficial.

Até tempos passados, a agricultura familiar não era nem considerada. Recentemente, assistimos a uma palestra da excelente economista Tânia Bacelar, que disse que, na academia, a agricultura familiar não era observada em nenhuma estatística, em nenhuma consideração. Hoje, quando nos deparamos com o fato de que 70% do alimento que chega à mesa dos brasileiros vem da agricultura familiar, verificamos que esse segmento tem que ser olhado.

A lógica de produzir da agricultura familiar tem que ser diferente, pelo tamanho, por todas as peculiaridades que representa uma pequena propriedade da agricultura de mercado.

De fato, teríamos que, antes de chegar aos avanços, saber que vivemos, no começo da década de 90, o desmonte da extensão rural no Brasil. Com o fechamento da EMBRATER, com a falta de recursos para custear esse serviço, assistimos, Estado a Estado, ao fechamento e à deterioração desse serviço.

Para se ter uma ideia, em 2003, quando o Presidente Lula assumiu, na diretoria do DATER — Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural — havia 3 milhões de reais para fazer a assistência técnica do Brasil inteiro. Ou seja, havia a caixinha, mas apoio não existia.

Imagino que o Secretário já tenha dito o quanto temos hoje, mas vou aproveitar para dizer de quanto precisamos, porque a ASBRAER tem a

seguinte bandeira: se sonhamos com um Brasil sem miséria, precisamos sonhar primeiro com um campo sem miséria.

Quando olhamos os 16 milhões que estão abaixo da linha de pobreza, ou seja, pessoas que têm, em média, 70 reais ou menos de renda, 59% delas está no campo. Desses, a grande maioria vive no Nordeste, no Semiárido. Não é só a exclusão do serviço de assistência técnica, da tecnologia gerada pela EMBRAPA, pelas entidades estaduais de pesquisa e pelas universidades; essas populações têm outro tipo de exclusão, como a da trafegabilidade. Muitas vezes, durante um período do ano, não podem chegar à cidade para escoar a produção, para ter acesso à escola, aos serviços de saúde, ao lazer. É a exclusão de não poderem acessar as políticas públicas.

Todo o esforço em estabelecer políticas públicas para tirar essa população de uma situação de pobreza extrema não vai se concretizar se não fortalecermos a extensão rural, se não melhorarmos a infraestrutura. Estamos falando de pessoas que ainda não têm água para beber. Estamos no terceiro milênio, e crianças consomem água contaminada.

Portanto, isso, sim, tem que ser uma tarefa do Governo Federal, dos Governos Estaduais, dos Governos Municipais e da sociedade. É um público grande. Como a Presidenta Dilma diz, nós ainda temos uma Argentina para tirar da miséria. São 16 milhões de brasileiros, por isso tem que haver um esforço de todo mundo.

Temos os outros agricultores que já saíram dessa situação. Graças a Deus, tiramos muitos brasileiros dessa situação. Mas o sonho de qualquer pessoa é chegar à classe média; é esse pequeno agricultor chegar numa situação econômica, uma classe média rural, em que se possa ter dignidade no campo. É aí onde teremos de olhar qual o nosso desafio, o desafio de fazer com que o conhecimento chegue a essas populações.

É extremamente importante nós sabermos que, por exemplo, temos hoje em torno de 27 milhões de hectares de soja plantados no Brasil e não se utiliza nenhuma tonelada de uréia, nem de outro nitrogenado. Usamos a tecnologia do inoculante, uma tecnologia desenvolvida em que uma bactéria capta o nitrogênio do ar e passa para essas leguminosas. Alguém pode fazer a conta da economia que representou para o agricultor e para o meio ambiente o uso de tecnologias, para citar apenas uma.

Outra conta que precisamos fazer é quanto ao plantio direto, o que nós estamos deixando de levar de solo para assorear os rios, comprometer as hidrelétricas.

Mas o Presidente Evair levanta uma questão extremamente importante. Enquanto foram desenvolvidas máquinas para a agricultura de mercado, hoje, a agricultura familiar praticamente é feita com as mãos. Aí fica muito difícil desenvolver, mesmo em pequena escala, lavouras como algodão, em que a colheita com mão de um quilo de algodão custa 70 centavos, enquanto que com a máquina custa 20 centavos. Como vou competir, como nós vamos fazer com que se desenvolva uma importante lavoura como essa, que foi importantíssima para o Nordeste como um todo, porque ela conversa com a principal cadeia produtiva, que é a pecuária, principalmente a pecuária de leite, quando nós só temos máquinas colheitadeiras do tamanho do mundo, que não cabe numa sala como esta? É evidente que o homem não é máquina.

Eu sou filho de agricultor familiar. Eu me lembro — tenho fotografias também — que, quando o meu pai tinha a minha idade, parecia um homem de 70 anos, porque usava o próprio corpo como máquina.

Então, evidentemente, falar de desenvolvimento é enfrentarmos esses desafios. Teremos, sim, que desenvolver tecnologias para que o homem seja um operador de máquinas e não utilize o seu corpo como máquina.

Outro desafio que temos é olhar para os filhos do agricultor, os jovens. Qual o ânimo que um jovem tem em fazer aquilo que o pai dele faz hoje? Temos que ter esse olhar. Ele chega à cidade, vai às *lan houses*, os colegas falando de outros sonhos, qual o sonho que ele tem para fazer a mesma coisa que o pai faz? Se o pai dele pelo menos tivesse renda fazendo a agricultura que faz hoje, se tivesse condições de oferecer uma vida de conforto, ele poderia se espelhar no pai e não ter vergonha de dizer que é agricultor.

Eu acho que esse é um desafio, que tem que ser desta Casa e de todos nós: essas futuras gerações terem orgulho de um dia dizerem que são agricultores, tirar esse estigma de que ser agricultor familiar é ser pobre, e, evidentemente, diante de um cenário de mais dificuldade, eu tenho que ser agricultor familiar, produzir em pequena escala, ser competitivo, competindo em condição de igualdade com o agronegócio e ainda ser sustentável, não ferir as leis ambientais.

Portanto, tem que haver um esforço muito grande, mas nós começamos a enxergar cenários bem favoráveis.

A grande dificuldade do agricultor muitas vezes não é na hora de produzir. Como não são pessoas que têm um nível intelectual, muitos não são organizados, fazem os seus plantios, muitas vezes... Por exemplo, no nosso Semiárido, planta feijão e milho e, quando colhe, chega lá no dono do

armazém: “*Seu Severino, eu estou lá com quatro toneladas de feijão, não tenho lugar para armazenar, quero saber quanto o senhor paga pelo meu feijão.*” Antes dele já chegaram 10 ou 15. Naturalmente, vai vender por um preço aviltado, não vai ter renda, vai ter praticamente essa renda do fruto do seu trabalho. Esse é um modelo que não chega a canto algum.

Evidentemente, programas como o Programa de Aquisição de Alimentos, as compras públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE, criam um cenário para aquele agricultor, que geralmente é assistido pela assistência técnica e extensão rural. Ele enxerga a possibilidade de aumentar a sua produção porque vai ter a quem vender.

A outra possibilidade é que ele começa a ver que precisa diversificar. A sociedade não consome um único produto. Eu tenho que, agora, incorporar saberes e conhecimento para ofertar um conjunto de alimentos para atender a esses mercados.

Evidentemente, nós precisamos saber que o Brasil tem sido uma referência no mundo inteiro na agricultura tropical. Sou testemunha do esforço que a EMBRAPA, a ASBRAER, o CONSEPA têm feito em levar tecnologias e conhecimento do Brasil para os irmãos africanos no programa do Governo brasileiro Mais Alimentos África.

Nós temos, também, que aprender experiências lá de fora que podem nos ajudar. A ASBRAER organizou uma missão ao Chile extremamente interessante. O Chile era um país que há 14, 15 anos exportava 350 milhões de dólares, um país que tem 4 mil quilômetros de extensão, é bem estreitinho, com deserto, com gelo, com muita pouca terra para produzir. O governo criou duas empresas, a Fundação Chile, a outra, cujo nome me furta, uma instituição que é só de prospecção de mercado. Começou a desenvolver a lógica de produzir de acordo com aquilo que o mercado precisa comprar. Então, na hora em que eu sei o que o mercado quer comprar, a quantidade e o período do ano, eu vou começar a produzir, faço um contrato.

Nós visitamos desde grandes produtores até pequenos produtores. Vi a importância que eles têm dado a esse planejamento. Encontramos pequenos agricultores, pobres, que estavam produzindo *blueberry* em substrato completamente irrigado, com solo artificial, porque naquele período os Estados Unidos não produziam, então compravam esse produto.

Eles aprenderam a produzir de acordo com o mercado, e não aprenderam só a produzir aquele produto, mas com qualidade, embalagem, enfim, começaram a aprender a fazer negócio. Foi uma experiência extremamente interessante.

Esse é outro desafio que nós temos que ter pensando no futuro, a fim de que possamos incorporar esses jovens como futuros agricultores, para que na agricultura familiar os nossos saberes, junto com os saberes do povo, se possa gerar uma oportunidade para que possamos ser orgulhosos da agricultura familiar que fazemos no nosso País e ter vida digna no campo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Quero agradecer ao Dr. Júlio Zoé, que é o Presidente da ASBRAER.

Agora passo a palavra aos Secretários. Para os Parlamentares, eu vou intercalar. Vou abrir para os secretários se inscreverem.

Eu solicito que se identifiquem, nome, Estado. Depois vamos precisar da autorização da imagem e das falas de todos que aqui se manifestaram porque nós vamos produzir um documento. A nossa assessoria vai pegar a assinatura dos senhores.

Está inscrito o Secretário de Minas, Dr. Paulo Romano. V.Sa. dispõe de 3 minutos.

O SR. PAULO ROMANO - Eu cumprimento todos, realçando a liderança do meu conterrâneo e amigo Zé Silva. Realmente, Minas se orgulha de V.Exa. e reconhece o seu trabalho desde há muito. Que Deus lhe ilumine para que consiga elevar a patamares maiores o êxito que conseguiu até hoje.

Eu vou apenas abordar um assunto que eu acho muito importante e que talvez em outra reunião do CONSEAGRI nós possamos apresentar. Na tentativa de contribuir, vou evitar fazer repetições. Acho que a abordagem foi muito ampla, muito boa, a começar pelo Secretário Müller.

O que nós precisamos, na verdade, Zé Silva, é esse tipo de esforço para levar a um novo patamar a agricultura familiar no conceito da sociedade, porque às vezes ainda é como aquele coitado. Realmente, enquanto for assim, nós não vamos vencer os limites da verdadeira promoção, do verdadeiro protagonismo de que precisamos.

Existem algumas agendas que nós precisamos apropriar para, legitimamente e até com o ônus de um novo protagonismo do agricultor familiar, que vão valorizá-lo. Primeiro, é preciso ter uma agenda cultural e precisamos trazer para cá e ter uma agenda ambiental.

Quando eu falo de uma agenda cultural, eu olho para o nosso queijo da Serra da Canastra, que inclusive é patrimônio imaterial. É algo assim, quer dizer, não dá nem para dizer que valor. Se não tiver apoio para esse produtor rural, a indústria vai comprar o queijo, o leite, o sujeito vai embora, e vai por aí. Tem realmente de ter essa valorização.

Outra agenda que eu acho que é mais forte é a ambiental. Há um trabalho que nós estamos fazendo em Minas e eu estou coordenando. Dentro do trabalho em rede que foi dito aqui, Minas Gerais adotou o tipo de trabalho que o Governador Anastasia estabeleceu, é trabalho em rede, no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado. Lá nós temos um esforço muito grande, que é o de introduzir na gestão do Estado e, no caso, da agricultura de modo especial — esse trabalho eu coordeno —, a questão da sustentabilidade, mas desvendando o que seja sustentabilidade, com o que todos nós concordamos, de que todos nós falamos.

Então, com o apoio forte da EMBRAPA, de algumas universidades, da EMATER e com uma coordenação local da EPAMIG, através de um agrônomo, um agroecologista, e a nossa supervisão, há dois anos nós vimos trabalhando para definir, para gerar indicadores de sustentabilidade para propriedades rurais, ou seja, uma coisa focada na propriedade.

Aí, para eu não avançar muito nos 3 minutos, o que é central nisso? É central dizer o seguinte: nós estamos trabalhando na perspectiva de dizer que o protagonista é o agricultor. Nós não queremos entender o produtor rural simplesmente como aquele que vai ofertar bens, produtos e serviços para o mercado. Ele vai ser um novo protagonista num processo em que ele vai ser gestor de um território, que é a propriedade rural. Falando em geral, se todos são gestores do seu espaço, nós teremos então que a comunidade é gestora, inclusive para efeito de reduzir ou eliminar as tensões com a área ambiental, ou seja, dê-me a gestão do problema ambiental e a condição de resolvê-la. Aí entra outra figura, o do pagamento por serviços ambientais. Ou nós fazemos isso, através do produtor, ou nós não teremos condição de falar em preservação, em recuperação.

Aliás, preservação, para mim, hoje já é uma palavra antiga, ultrapassada, mal usada. Nós temos que fazer a recuperação, que é mais complexa e mais cara, e é o produtor, somente ele, que tem condição de fazer isso.

Aqui discutem o Código Florestal, APP, etc., mas sem a pessoa que está lá na ponta, não adianta a lei ser aprovada. Se houver algum ônus para o produtor, se não houver algum entendimento no sentido de que ele é que pode resolver isso, nós vamos continuar a discutir o Código Florestal ou um novo Código Florestal daqui a 10 anos e não haverá resultado.

Nós temos como contribuição uma metodologia que trabalha com parâmetros, dentro de indicadores ambientais, sociais, e econômicos, com os quais buscamos o equilíbrio. Nós queremos tirar o agricultor da linha de cobrança da

área ambiental e dizer que vamos tratar equilibradamente da questão social, econômica e ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Agradeço ao Sr. Paulo Romano.

Eu queria propor ao Deputado Jesus e aos outros Parlamentares presentes que, numa data oportuna, convidemos V.Sa. para expor esse trabalho sobre a adequação de propriedades. É um tema importante e só ele já seria suficiente para fazer um debate.

Antes de passar a palavra ao Secretário do Pará, eu quero reforçar um convite especial a todos os senhores e senhoras para comparecerem hoje, às 15h30min, no Plenário 6, onde se realizará o *Seminário Internacional de Inovação Agropecuária* para discutir pesquisa e extensão rural. Às 17h30min nós teremos no Salão Verde, antes de passar pelo túnel do tempo da pesquisa, a abertura da Semana da Pesquisa e Inovação na Agropecuária e, amanhã, quarta-feira, às 10horas, voltaremos no Plenário 6 com audiência pública da Comissão de Agricultura com o tema *Integração da Pesquisa e Extensão Rural*. Esse é também um lugar muito estratégico e teremos a participação do Ministério da Agricultura, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da ASBRAE, do CONSEPA e da EMBRAPA.

Passo a palavra a mais um dos Secretários e depois chamarei um dos Parlamentares.

Com a palavra o Sr. Hildegardo, Secretário de Agricultura do Estado do Pará.

O SR. HILDEGARDO DE FIGUEIREDO NUNES - Boa tarde a todos. Cumprimento o nobre Deputado Zé Silva e, em nome do nosso Presidente, o Secretário Eduardo Salles, cumprimento também os integrantes da Mesa e a plenária aqui reunida.

Vou fazer alguns breves comentários a respeito desta importante sessão. Um dos primeiros desafios que temos — e daí a oportunidade da discussão — é o novo contexto de rural e de urbano, porque ainda persiste a ideia de que o rural é o atraso, o subdesenvolvimento, e o urbano significa a ascensão social e econômica.

A partir desse entendimento, no Pará, estamos fazendo um esforço para tratar essa questão de forma conjunta, através de um programa denominado Municípios Verdes, que atua desde a regularização fundiária e ambiental até a questão do saneamento e dos resíduos sólidos. Assim esperamos ter mais equilíbrio dentro do território e do espaço municipal, permitindo a possibilidade de que as pessoas não se vejam julgadas como de segunda categoria se tiveram de permanecer no espaço rural.

O segundo ponto importante é, creio eu, que a única rota para o desenvolvimento sustentável é exatamente através da inovação, o que resume um pouco do que foi colocado nesse binômio de pesquisa e extensão, ressaltando que, quanto à inovação, creio que já avançamos bastante. A EMBRAPA é o maior exemplo disso na questão dos produtos e de alguns processos, mas precisamos avançar muito na questão da gestão.

O meio rural padece, de forma muito intensa, na gestão do negócio. Portanto, para a extensão rural, talvez esteja aí um dos maiores desafios que precisamos enfrentar.

Por fim, para não me alongar e cumprir o tempo regimental, quero dizer que um esforço muito grande está colocado de forma clara pela Presidenta Dilma, ou seja, um esforço do Estado brasileiro para combater e erradicar a miséria, e não há outro caminho sustentável que não o incremento da produção. Qualquer outra medida é paliativa e temporária. Portanto, o caminho mais curto e mais barato para erradicarmos a miséria é apoiar a agricultura familiar. Não resta alternativa para o País para, num prazo curto e a um custo compatível, erradicar a miséria, que não seja por meio do apoio à agricultura familiar. Portanto, parabênzo todos aqueles que tiveram a iniciativa de realizar esta sessão que trabalha no caminho da construção de um novo modelo para a agricultura familiar no País. Parabéns Deputado Zé Silva pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Obrigado, Sr. Secretário pela contribuição.

Em seguida eu passo a palavra ao Deputado Jesus Rodrigues, que é membro da Subcomissão de Agricultura Familiar.

O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES - Sr. Presidente Deputado Zé Silva, infelizmente, por mais que eu tenha a capacidade de síntese, não vou conseguir falar em 3 minutos, mas vou tentar acelerar para ver se consigo fazê-lo em 5 minutos.

Cumprimento os senhores palestrantes. Foi importante para mim ter ouvido as exposições de V.Sas. Eu militei no movimento sindical bancário por 21 anos e considero que nossa atuação foi decisiva para manter o setor público bancário vivo diante da onda neoliberal. Mas, infelizmente, tenho de admitir que não vi essa onda passar pelas empresas brasileiras de assistência técnica e extensão rural, que foram desmontadas, por isso, no final da década de 80 e na de 90. Eu participava do movimento sindical bancário e, por isso, perdi a oportunidade de lutar. Sabemos hoje da sua importância, mas esse mesmo setor, quando souber que vai se criar mais uma empresa nacional, vai dizer que estão

inchando o tamanho do Estado e que isso é cabide de emprego etc. Mas todos nós sabemos da sua importância. Por isso é importante Deputado Zé Silva, que conste nesse documento o indicativo de que é necessário se criar uma empresa nos mesmos moldes da EMBRAPA, para que possamos ter a extensão rural centralizada em nível nacional.

Eu ouvi o Sr. Laudemir, o Secretário de Agricultura Familiar, e fiquei atento quando ele falou da comercialização. Eu tenho proposto a vários setores do Governo a produção de etanol pela agricultura familiar. Acredito, teoricamente, que isso é possível, perfeitamente possível. É preciso, é claro, mudar um pouco a regra. Por onde eu andei pesquisando o assunto, o Deputado Luis Carlos Heinse já havia passado. Então, como não sou da área da agricultura familiar, eu vou caminhando. E, por onde o Deputado passar, se ele for me dizendo, vai me antecipar e me economizar alguns dias de estudo.

Mas eu queria deixar aqui a ideia da possibilidade da agricultura familiar produzir etanol, produzir energia, biodiesel e etanol. Eu acredito muito nisso. Já fiz muitas reuniões, inclusive na Casa Civil, com vários órgãos do Governo e da Agência Nacional de Petróleo. Esse é um debate que está sendo aberto internamente no Governo.

Há um convênio da EMBRAPA Agroenergia com a EMBRAPA Meio-Norte, e no Piauí temos hoje 23 variedades de batata-doce plantadas na EMBRAPA e já disseminadas por todo o Estado, porque a ideia é produzir álcool da batata-doce também, não só do álcool, mas da mandioca e do sorgo sacarino.

Preocupou-me um pouco — não sei se entendi bem — quando a Dra. Vânia falou que é preciso um equilíbrio institucional. Não sei se foi essa a expressão, mas eu fiquei muito preocupado em saber que equilíbrio institucional é esse, se é na corporação ou se é nacional. Eu queria que a senhora me explicasse.

No caso da EMATER, diria que sofremos um desmonte ao longo dos anos. A EMATER do Piauí, por exemplo, em 2002,... Assumimos o mandato em 2003, e aqui do meu lado está o Sérgio Vilela, empregado de carreira da EMBRAPA, pesquisador do órgão, Secretário do Desenvolvimento Rural no primeiro Governo. Hoje ele está na Superintendência de Desenvolvimento Rural em Teresina, capital do Estado do Piauí, é estudioso do assunto. Acompanhei com ele a reestruturação dos escritórios da EMATER.

Como disse o nosso Secretário da Bahia, foram montados todos os escritórios com computadores, com Internet, com motos, com carros, mas uma coisa muito importante não se conseguiu modificar, infelizmente: a mentalidade, o

sentimento dos nossos engenheiros. Há engenheiros hoje na EMATER capazes de passar anos e anos sem apresentar um projeto, sem acompanhar um agricultor, uma região, uma comunidade. Tornaram-se eles burocratas que sequer apresentam uma ideia nova, um projeto novo. É preciso valorizar os técnicos, sim, mas é preciso também que tenhamos capacidade de cobrar produtividade.

Finalizando, digo-lhes que tive oportunidade de despachar aqui com a bancada e com o Ministro Aloízio Mercadante, da Ciência e Tecnologia. Pedi a S.Exa. justamente o desenvolvimento de tecnologias para os pequenos. Eu disse que o Brasil precisa de Furnas, de Itaipu, mas precisa desenvolver tecnologia de pequenas turbinas para gerar energia em pequenos córregos. Precisamos de uma colheitadeira gigante, enorme? Precisamos! Mas precisamos também de um tratorzinho, de uma motocicleta para também beneficiar o campo e facilitar o nosso trabalho. S.Exa. disse que no Ministério da Ciência e Tecnologia há um setor, um departamento para estudar esse assunto. Vou, inclusive, marcar uma visita, porque quando digo que quero o agricultor produzindo o etanol não estou pensando que ele vá por dia ao campo cortar 10 toneladas de cana, mas que ele tenha condição de retirar 10 toneladas com máquinas. Se não for possível, que consigamos com menos, tudo isso com dignidade.

Nesse sentido, digo ao Dr. Júlio Zoé que gostei da sua intervenção. Digo-lhe mais, que na questão da produção do etanol disseram-me que uma das soluções seria colocar o pessoal da agricultura familiar para produzir cana e vender para as usinas. Digo que não quero ver o pequeno produtor junto do grande agricultor, porque ele vai terminar subordinado ou maltratado. Cada um com seu nicho. Quero ver o pequeno agricultor dono de sua própria usina. Quero ver o pequeno agricultor dono da sua integradora, e não criando frango para vender para uma grande usina, para uma grande indústria de carnes. Que ele pudesse ser, por cooperativa, dono da sua própria integradora, dono da sua própria produção de carne.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Bom. Primeiro, parabéns ao nosso Vice-Presidente da Subcomissão da Agricultura Familiar, que tem-se mostrado grande estudioso e atuante na área de agricultura familiar, especialmente das energias renováveis. Obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Secretário-Adjunto de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina, Sr. Airton Spies, que disporá de 3 minutos.

O SR. AIRTON SPIES - Cumprimento o Sr. Deputado Zé Silva pela brilhante iniciativa, que considero de suma importância. Cumprimento também o Sr. Eduardo Salles, Secretário de Agricultura do Estado da Bahia e o nosso Presidente, que abriram espaços e trouxeram à Comissão palestrantes que deram grandes contribuições para o pensamento em torno do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Vou fazer uma intervenção baseada na realidade de Santa Catarina e nos desafios que vivemos lá. E evidente que temos muitos problemas a resolver. Acho que também temos avanços já a comemorar. E isso nos dirige em direção a um futuro mais sustentável.

Em Santa Catarina hoje quatro grandes problemas tiram o sono do agricultor: primeiro, as adversidades climáticas. Quer dizer, se o agricultor tivesse a certeza que não iria faltar chuvas plantaria mais, aplicaria mais tecnologia e produziria mais.

Segundo, mercado. O agricultor sabe vender, mas na hora de vender o produto como fica a questão? Haverá alguém que pagará o preço justo? Haverá alguém para levar a produção da sua propriedade? A única razão para produzir é o mercado, depois de abastecer a família.

A terceira grande pedra no sapato é o que chamamos de conformidade legal. Há uma incerteza, uma insegurança muito grande em relação ao que se faz na propriedade. Se se fizer um açude o produtor será preso? Se se contratar um empregado, o produtor será chamado ao Ministério do Trabalho? Se se fizer queijo canastra — que é o de Minas, mas é o nosso queijo serrano — como deverá ser o rótulo para a vigilância sanitária não recolher esse produto?

Então, há grande incerteza em torno da conformidade legal, tanto ambiental quanto tributária, trabalhista, e assim por diante, até mesmo quanto à legislação social em relação ao seu próprio futuro e aposentadoria.

A quarta grande pedra no sapato é a sucessão familiar. "*Quem vai ficar na minha propriedade?*", perguntam. Nós temos 187 mil estabelecimentos economicamente ativos em Santa Catarina dos quais 29.500 não têm sucessores. São famílias cujos pais têm mais de 50 anos e sem nenhum filho residente. Como fica isso?

Acho que foram muito boas as intervenções aqui colocadas porque nós estamos começando a perceber que a agricultura familiar não é sinônima de agricultura pobre. Essa ideia do "coitadismo" nós temos que superar e enxergar o agricultor familiar como um profissional, com uma agricultura familiar

profissionalizada. Para isso nós precisamos trabalhar a agricultura familiar com produtos de alta densidade econômica.

Por isso, discordo um pouco quando tentamos empurrar ou induzir o agricultor a produzir as mesmas *commodities* que a agricultura empresarial faz. Existem muitas oportunidades para as quais o agricultor familiar tem vantagens comparativas em relação à agricultura empresarial e é nessa direção que as políticas públicas têm que induzir o agricultor familiar: é na produção de alimentos, nos produtos diferenciados, que são aqueles que geram possibilidade de fazer em pequenas propriedades grandes negócios para o agricultor familiar profissionalizado, se não nós não vamos conseguir atrair jovens para serem sucessores.

Nós temos muitas propriedades que realmente estão fazendo entropia, a entropia dos seus donos. O filho não quer ficar na propriedade e nós estamos perdendo ele por muito pouco para o meio urbano, às vezes, para ter uma profissão marginal para a qual ele não foi preparado.

Então, eu acredito que para nós a última geração de agricultores familiares por falta de opção, por falta de empregabilidade, é essa que vai completar o seu ciclo nos próximos 15, 20 anos. Depois disso os agricultores terão que ser atraídos para lá, e essa atratividade vem através de infraestrutura adequada no meio rural, oportunidades de renda, de dignidade e de qualidade de vida.

Depois vêm muitas coisas que os palestrantes apontaram muito bem aqui, como a questão do crédito. Nós temos que modificar o enfoque do nosso crédito. Nós gastamos todo ano mais de 100 bilhões de reais em crédito rural no Plano Safra, mas muito desse crédito gira sem mexer o ponteiro. Por exemplo, sou Secretário-Executivo do Conselho Estadual do PRONAF e observamos os nossos números lá. Aplicamos mais de 70% em custeio. Ora, no custeio o agricultor vai lá e toma um crédito, aplica, paga de volta e, ato seguinte, faz outro crédito com a mesma finalidade fazendo a mesma coisa.

Então, precisamos de um crédito sistêmico que financie a estruturação da propriedade baseado em projetos de planejamento da propriedade. Isso nos dá uma lição também em relação à extensão rural, foi muito feliz aqui a questão colocada segundo a qual nós precisamos de uma assistência técnica com enfoque na gestão da propriedade. Ou seja, que o técnico seja capaz de orientar o agricultor a tomar boas decisões. Essas decisões muitas vezes vão além da tecnologia puramente. Estão no âmbito das finanças, dos

investimentos, no âmbito do mercado — comprar e vender bem —, no âmbito da gestão das pessoas na família e assim por diante.

Então, a minha contribuição é nesse sentido para que aproveitemos esta oportunidade e pensemos um pouco além do tradicional, do mais do mesmo, para pensar algo mais novo.

Eu tenho a impressão de que, por fim, poderíamos colocar um grande desafio, que eu disse lá no início, que é o problema do agricultor: investir pesadamente em captação, armazenagem e uso racional de água na agricultura. Não acredito que nós vamos ter agricultura familiar sustentável sem irrigação, sem gerir a água.

Nós temos 2 mil milímetros de chuva no Sul, e nos últimos 10 anos perdemos grande parte da nossa safra em seis safras por *stress* hídrico. Quer dizer, falta-nos gerir a água e isso acho que é perfeitamente possível.

Por fim, sobre o problema do mercado, eu acredito que nós precisamos organizar as cadeias produtivas e acreditar em relações contratuais entre os elos da cadeia produtiva. Numa agricultura profissionalizada não dá para deixar que os elos não estejam devidamente amarrados. E os exemplos de sucesso são fortes na suinocultura, avicultura, na própria produção de tabaco e agora no leite. Onde há garantias contratuais entre os atores das cadeias produtivas, as cadeias produtivas funcionam melhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Obrigado, Secretário.

Em seguida, passaremos a palavra para o Deputado Celso Maldaner, que hoje está aqui como Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

Antes eu quero agradecer aqui a presença do Dr. Maurício Lopes, que é Diretor-Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da EMBRAPA. Portanto, a EMBRAPA toda está aqui envolvida nesta semana. E também quero aqui valorizar, Dra. Vânia, uma mulher na Presidência da EMBRAPA. Isso é importante para nós. Também sou filho de agricultor, fiquei na roça até 17 anos e sei o quanto é importante quem sai do campo e chega aonde a senhora chegou.

O nosso Presidente Pedro Arraes está cumprindo uma missão oficial com a Presidenta Dilma em Bruxelas, parece-me, no Parlamento Europeu. Então, por isso não está conosco aqui, mas toda a liderança dele foi fundamental e o trabalho de toda a equipe nós queremos destacar aqui neste momento.

Com a palavra o Deputado Celso Maldaner, Presidente da Comissão de Agricultura.

O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER - Parabenizo por esta iniciativa o Presidente da Subcomissão Especial, Deputado Zé Silva, e digo que escutamos atentamente sobre desenvolvimento sustentável. Eu diria que o nosso Secretário Airton de Santa Catarina foi muito feliz nas suas colocações e que Santa Catarina está num nível bem avançado.

Lá nós temos alta produtividade, em torno de 70 litros de leite por vaca. Ninguém acreditaria se se falasse isso há 10 anos. Temos produtividade, o nosso agricultor sabe preservar o meio ambiente, com certeza, por isso que já temos o Código Ambiental catarinense de acordo com as peculiaridades locais. Acho que tem que haver autonomia, e partir para o pagamento de serviços ambientais é fundamental. Claro, a nossa preocupação é garantir renda.

Hoje há exemplos: 72% do leite de Santa Catarina são produzidos no grande oeste, no extremo oeste catarinense. É claro que a suinocultura está muito concentrada, a avicultura também, mas a bovinocultura de leite está salvando a agricultura familiar.

Eu estava dizendo para o Airton que temos exemplos de jovens que foram trabalhar no litoral, na praia, no Balneário de Camboriú e já voltaram para casa para cuidar da propriedade do pai e da mãe, para ajudar quem tem 18, 20 vacas de leite. Hoje, o que está salvando a agricultura familiar é o que chamamos de petróleo branco.

Mas nós temos um custo bastante elevado. Há o sistema de silagem; talvez falte investimento na questão de irrigação. Nós não conseguimos colocar ainda 15 vacas por hectare porque falta irrigação, investimento nesta área, mas nós estamos num bom nível.

Levanto uma questão para ser bem objetivo: acho que o PRONATEC é um grande programa que foi aprovado. Não sei se as casas familiares rurais podem acessar esses recursos, então, preocupa-me a dispersão, porque nunca há dinheiro que chegue. Preocupa-me que esses recursos para a extensão rural sejam desviados. Há muitas ONGs e preocupa-me muito o foco desses recursos. Tenho essa grande preocupação porque sei que nunca vai ter dinheiro que chegue para a assistência técnica e extensão rural. Temos exemplo da antiga CARESC, a nossa EPAGRI. Então, eu acho que é fundamental valorizarmos.

Só para finalizar, quero lembrar uma dificuldade que temos. Como o Airton colocou muito bem, já temos exemplo no Município de Saudades, Linha

Solteiro Alto, Linha Solteiro Baixo, de como segurar a jovem no meio rural. Mas é uma preocupação que temos. E, claro, as famílias hoje são menores. Antigamente, tinham 9,10 filhos e hoje têm 2 filhos. E geralmente o pai manda o filho estudar fora, fazer Direito, fazer Medicina. Então, é uma preocupação muito grande. A média hoje está chegando a 50 anos. Então estamos muito preocupados com a sucessão familiar. Mas ter renda é fundamental. Talvez, os programas sociais devessem focar — é interessante o Brasil Sem Miséria — em quem está trabalhando. Acho que tem que haver esse auxílio. Geralmente, o benefício vai para quem não trabalha. Hoje temos dificuldade para arrumar mão de obra no meio rural. Não se consegue, porque, de repente, a pessoa está ganhando de algum programa. Acho que tem que priorizar. Tem que haver mais incentivo com os programas sociais para quem está trabalhando.

É fundamental mudar um pouco o foco. Claro, tem que acabar com a miséria, mas, geralmente, se o cara ganha alguma coisa... É difícil arrumar um trabalhador hoje para trabalhar no meio rural. Temos o sistema da integração aqui que é um projeto que está tramitando. Acho que deveria melhorar essa parceria ganha, ganha para os dois lados. Acho que é importante o sistema da integração. Mas o Ailton foi muito feliz nas suas colocações.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Agradeço ao Deputado Celso Maldaner. Nós temos mais dois inscritos que é o Deputado Luis Carlos Heinze e, em seguida, o Secretário Ênio, e aí nós passaríamos para as considerações finais, se não houver mais ninguém inscrito.

Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, Deputado Zé Silva, gostaria de cumprimentá-lo e cumprimentar os demais membros da Mesa, colegas Parlamentares, todos os secretários que aqui vieram, o pessoal da EMBRAPA.

Eu acho importante, Deputado, essa discussão que estamos fazendo aqui, aproveitando a presença do Müller, em nome do MDA, do Spies, que falava aqui da questão específica da irrigação. Eu acho, Sr. Presidente, que o Eduardo, que representa o Fórum dos Secretários... Uma sugestão que eu deixaria era que todos apresentassem algumas propostas. Como nós vamos discutir o Orçamento de 2012, nós já estaremos trabalhando com o Orçamento de 2012, que a gente pudesse apresentar algumas propostas. Na questão da irrigação, por exemplo, Müller, o Deputado Mendes Ribeiro, hoje Ministro da

Agricultura — nós já conversamos com ele — tem interesse em que nós possamos fortalecer emendas de bancada para os Estados. Da mesma forma, as emendas que a Comissão de Agricultura possa apresentar. Então, nós focaríamos no que a Comissão de Agricultura pudesse colocar e já destinariamos alguns itens. Da mesma forma, as bancadas em cada Estado poderiam colocar alguma coisa, seja para o MDA, seja para o Ministério da Agricultura. O trabalho com o Ministro e também o trabalho com o Deputado Mendes Ribeiro. Que a gente pudesse fazer uma agenda, uma pauta de alguns temas importantes.

Talvez os secretários não tenham noção, mas o orçamento é muito escasso, tanto o do MDA quanto o do próprio Ministério da Agricultura. Apesar dos avanços no crédito rural, como foi colocado aqui, para os colegas terem uma ideia, o orçamento do MDA no ano passado foi de 2,63 bilhões. O orçamento do Ministério da Agricultura 6,51, e quase 2 é da EMBRAPA. O do MDA deu 0,19% do orçamento da União, e o da Agricultura deu 0,46%. Cada um faça a conta. O Spies me dizia que em Santa Catarina são três e pouco. Veja como é pouco o orçamento, em que só de juro — aqui é uma crítica ao juro, não é uma crítica à Presidente Dilma, mas ao sistema em si — foi de 645 bilhões no ano passado. Imaginem que isso é 43% do orçamento. O Deputado Zé aqui fala dos bancos. Bom, alguém ganha esse dinheiro. E não é a produção, está certo? Aí falta para a saúde mais 6%, falta para a educação mais 5%, e a agricultura, se somar os dois Ministérios, não chega a 1%. Esse é o grande problema que nós temos aqui.

Então, o que nós temos que fazer, Zé Silva? Temos que usar bem o pouco recurso que se consiga colocar. Laudemir, a gente poderia fazer um trabalho — isso nós tínhamos que conversar — com os secretários para saber qual é a demanda principal que nós podemos fazer. Será que é água? O.k. É um trabalho. É aplicar, por exemplo, na questão das usinas de etanol? Sei lá. Em que nós poderíamos aplicar? E aí fazemos um trabalho.

O Mendes quer vir conversar com bancada por bancada. Acho que os dois Ministros poderiam conversar. Que as bancadas colocassem uma emenda, cada Estado colocaria xis, e que o Governo, através dos dois Ministros, conseguisse que essas emendas fossem acertadas. Na Comissão de Agricultura nós fizemos um trabalho. A gente sempre coloca essas emendas para o MDA, para o Ministério da Agricultura e para a extensão rural, para a EMBRAPA, no caso. Agora, essas emendas normalmente são cortadas. Quer

dizer, o Governo não garante isso aqui. Não garante porque o orçamento é um guarda-chuva que tem de acertar tudo.

Então, a proposta, Deputado Zé Silva, é que nós pudéssemos organizar o pouco recurso e distribuímos, numa discussão entre os Parlamentares que lidam com agricultura, entre os secretários e Parlamentares ligados ao MDA e Parlamentares ligados ao MAPA, no caso, para que a gente possa fazer isso e discutir com a EMBRAPA pontos específicos em que podemos trabalhar, já pensando em 2012. Nós já estamos praticamente encerrando o ano de 2011. Então que a gente possa, então, focar ações. Deputado Eduardo, lá na Bahia o que lhe interessa? Bom, na Bahia essa é a pauta. Em Santa Catarina, o que interessa? Rio Grande do Sul? Cada Estado faça a sua. E aí a gente poderia trabalhar conjuntamente entre os Estados. E que a gente possa trabalhar e buscar esse recurso e bem aplicar o recurso.

A gente sabe disso. Foi falado ali da parceria entre o sistema, seja cooperativo, seja dos privados com relação a essa questão dos integrados, por exemplo, seja do fumo, do frango. Enfim, é um sistema importante.

Nós, com o Deputado Valdir Colatto, já temos um trabalho numa Comissão Especial pautando itens. Agora, no Senado, a Senadora Ana Amélia está trabalhando num projeto semelhante para definir regras de certas garantias. A empresa não vai garantir preço mínimo, é lógico, nem o Governo garante, preço mínimo do arroz, não garante. Como é que uma empresa vai garantir aquele preço? Mas há relações que nós podemos melhorar.

Então, seria isso aqui, Deputado Zé Silva. Passado um tempo dessa nossa reunião, que os secretários trouxessem uma agenda e, junto com os Parlamentares envolvidos, ficássemos um dia, uma tarde na Comissão de Agricultura discutindo esse assunto. E aí, nós listaríamos os principais pontos, seja com relação à extensão rural, seja com relação à pesquisa, seja com relação aos recursos para programas que nós pudéssemos criar.

Uma coisa que eu peço é a ajuda de todos os secretários. Em se tratando de custos, nós temos questões importantes. Temos trabalhado, por exemplo, a questão MERCOSUL. Atrapalha o arroz, cujos maiores produtores são Rio Grande do Sul e Santa Catarina; atrapalha o trigo, cujo maior produtor é o Paraná, sendo o Rio Grande do Sul o segundo maior produtor. Todos os Estados têm um pouquinho de trigo. Atrapalha também o leite, hoje. Então, essas são questões que mexem com o custo de produção dos nossos defensivos, dos nossos fertilizantes, nas nossas máquinas, para que a gente possa criar isso aí.

Por exemplo, a irrigação. Nós podemos discutir na região da seca um programa de incentivo com isso aí. Eu estava buscando isso com o pessoal de Goiás, por exemplo. Pasmem, o aço, o minério de ferro sai do Brasil e vai para a China. Hoje, grandes empresas, as montadoras de automóveis que têm volume grande não compram o aço no Brasil, compram o aço na China. Eu acho que as grandes empresas de máquinas, por exemplo, John Deere e New Holland compram aço da China. Agora, uma pequena fábrica de implemento, seja de pivô, seja de plantadeira, qualquer coisa, não compra aço da gente, porque não tem escala para comprar.

Veja, compram aço na China. O minério vai para lá transportado, vem de lá transportado, e pagam mais barato. Se nós conseguíssemos que as empresas produtoras de aço... Um programa que a gente poderia discutir com os dois Ministros seria saber se temos como baratear o custo de um pivô central, de um pivô para fazer irrigação por aspersão, por exemplo. Este seria um programa que poderíamos discutir, Laudemir, ou seja, como é que eu posso baratear o pivô, para que cada agricultor pequeno, médio, grande pudesse acessar um pivô.

Eu estou trabalhando esse assunto no meu Estado. Agora, é o seguinte: primeiro, o custo é alto; segundo, ele não tem garantia; terceiro, tem problema com os órgãos ambientais. O cara que quer fazer um pivô lá no meu Estado leva de 1 a 2 anos para conseguir a licença ambiental. Tem dinheiro, quer fazer, tal, tal. Não precisa nem financiamento, mas... Ou então, tem o financiamento, o cara leva 1 ano para conseguir. Não é o cara que não tem recurso, não, aí é o licenciamento ambiental. Vejam os entraves que existem. Se eu quero fazer isso... Bom, vamos estabelecer um programa de pivô central para fazer irrigação por aspersão.

Então, acho que nós poderíamos ver esses gargalos, e há alguns programas que nós poderíamos fazer para baratear os custos de produção. Criar-se um programa.

Eu me recordo de quando eu — sou agrônomo — recém-iniciado na faculdade — comecei a fazer projeto para o Banco do Brasil em 74. O Governo criou naquela ocasião um esquema de armazenagem, outro esquema importante. Tinha programa cujo juro era uma quarta parte da inflação. Chegava a 8% ao ano, com 12 anos de prazo. E a inflação era quase 40. Veja, hoje, nós pagamos 8,75%, 6,75%, achamos o juro barato e a inflação é a metade disso. Quer dizer, nós estamos pagando duas vezes a inflação.

Então, o custo do equipamento é caro. Ele não tem garantia para dar e tem que ter um prazo maior. Está bom, é fundamental eu fazer um programa de irrigação? Isso tem de ter 20 anos de prazo. Quatro anos de carência. Agora, eu vou ao banco e dizem: *“Ah, tu não precisas de carência, tu não precisas de prazo, não sei o que.”* Então, que se fizesse um programa, um programa de Governo. Bom, e como é que eu vou fazer esse custo ser mais barato? Barateando o aço, por exemplo, tirando tributos. Nós temos que tirar os tributos — e se discute agora a questão dos tributos. Tem que tirar tributos sobre os fertilizantes, sobre os defensivos, sobre as máquinas. Por que eu vou cobrar isso? Eu estou cobrando tributos sobre os alimentos. E depois custa caro para o produtor.

Então, Deputado Zé, falei no geral, mas nós poderíamos fazer uma discussão com o fórum de secretários, com a pesquisa, com a extensão e com os dois Ministérios, para podermos organizar uma agenda que nós não vamos resolver toda em 2012, mas uma parte dela, e aí, sistematicamente, em cada ano, as bancadas, as Comissões trabalhariam com os Ministérios focadas nisso aqui.

Bom, se nós levarmos 10 anos, não tem problema. Mas já se programam as coisas para o próximos anos, entendeu?

Então, é a ideia que eu deixo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Muito obrigado, Deputado Luis Carlos Heinze, como sempre muito prático, objetivo e direto ao ponto.

Deputado, no início da reunião desse seminário, a nossa preocupação na verdade era esses encaminhamentos. Essa semana, no seminário de inovação e pesquisa, que o Deputado Paulo Piau inclusive está acompanhando, nós começamos a caminhar para as propostas de encaminhamento.

Então, Deputado Luis Carlos Heinze, um ponto que é consenso e que esta Subcomissão vem discutindo com as Frentes Parlamentares dos hortigranjeiros, da pesquisa, da extensão rural é a criação da entidade nacional que possa integrar esses recursos, otimizando os recursos que o Deputado Jesus Rodrigues falou com propriedade.

O outro ponto é nós trabalharmos a questão do orçamento. Já queria, para ir encaminhando, antes de passar a palavra ao Secretário Ênio, que o CONSEAGRI, o CONSEPA, a ASBRAER pudessem — nós temos prazo até o dia 18, a gente podia ver se no dia 18 faríamos uma reunião — trazer essas propostas para nós. Se é uma emenda de Comissão para extensão, saber se é

para extensão, se é para infraestrutura, se é para pesquisa, para a EMBRAPA, para o MDA. O Secretário Laudemir já leva essa nossa proposta. Nós reuniríamos lá com o Secretário de Política Agrícola do MAPA, Caio Rocha, também falando com o Ministro Mendes Ribeiro dessa proposta. Já que está sendo registrado, já é um encaminhamento. Vamos ouvir o último inscrito.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Deputado Zé, só chamando a atenção para uma coisa, viu Laudemir, você que representa o MDA. Nós temos que acertar isso. Isso é coisa dos dois Ministros. Eles têm que garantir. Não adianta nós colocarmos o recurso e não assegurar nada, entendeu? Todos os anos a gente coloca e nunca faturou nada em cima do MDA, por exemplo. O Ministério da Agricultura é um parto. De 100 que a gente coloca, consegue arrancar 10, daqui a pouco nem os 10 arranca e, daqui a pouco é pior. Eles fazem e usam o recurso para outros fins, usam a nossa emenda para outros fins.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Existe uma lá no MAPA agora de 150 milhões que eles estão tirando para fazer outra coisa.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Isso nós temos que acertar, mas essa aí, Deputado Zé Silva, na reunião com os Ministérios, entendeu? Nós temos que organizar um grupo. Nós tínhamos que falar essas questões com os dois Ministros para eles entenderem e pautarem. Não os secretários. Os dois Ministros têm de ter o compromisso de chegar ao Planejamento, ou sei lá onde, e dizer: *“Bom, isso eu vou garantir.”*

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Secretário Ênio.

O SR. ÊNIO - Eu quero, Zé Silva, amigo — quando a gente fala por último, os temas, os desafios são bastante comuns, então, não vou repetir aqueles assuntos importantes que foram debatidos aqui —, apenas registrar a felicidade de estar aqui com você, Zé, nós que já tivemos tantos momentos juntos lutando pela extensão rural brasileira, servidores que somos de carreira dos nossos órgãos estaduais e que trabalhamos em pesquisa e assistência técnica e extensão rural. Vê-lo aqui como Deputado, como Presidente desta Subcomissão, é motivo de muito orgulho e também de muita esperança para nós profissionais, enfim, para aqueles que fazem a agricultura e que têm na agricultura o ponto importante de suas vidas. Então, parabéns pelo seu trabalho. É uma satisfação estar novamente aqui com você.

Quero cumprimentar todos da Mesa, os dois capixabas da Mesa, a Vânia da EMBRAPA, o Evair, nosso Presidente do INCAPER do Espírito Santo,

também do CONSEPA, o Zoe da ASBRAER, o Laudemir do Ministério, enfim, todos os Deputados e meus colegas secretários.

Todos nós temos algumas especificidades. Acho importante registrar nesse campo da agricultura familiar que nós já temos no Espírito Santo, desde 2004, um programa complementar ao do Governo Federal.

Quando vejo o colega de Santa Catarina dizer que lá há um tipo de realidade e que no Espírito Santo há outra, talvez porque o Espírito Santo seja uma síntese da agricultura familiar brasileira. Lá nós temos quase todos os climas. Há regiões em que chove como na Amazônia, e há regiões em que é seco como no Semiárido. Tanto é que temos território na SUDENE. Estão lá todos os povos que colonizaram o Brasil, com exceção dos japoneses. Enfim, há fruticultura de clima temperado, como no Sul, e há fruticultura de clima tropical, como no Nordeste. Nós somos verdadeiros laboratórios com relação à agricultura familiar brasileira. Por isso temos um programa específico, o PRONAF Capixaba, que começou em 2004. Sua frente principal de atuação foi na área de infraestrutura rural nos Municípios, com recursos a fundo perdido do Governo do Estado. Essa é a metodologia.

Este mês, possivelmente no dia 26 — gostaria de compartilhar isso com os senhores para trocar ideias; estamos vendo a agenda do Ministro —, nós vamos lançar o PRONAF Mais Capixaba, que vai atuar justamente nessas áreas em que o Governo Federal atua, e vai além da infraestrutura. Vamos trabalhar, entrar também no campo, a fim de lançar editais para a assistência técnica e para a extensão rural, e vamos trabalhar com crédito. Já fizemos o plano de crédito para o Espírito Santo. Para o Governo, não basta ter a meta de recursos. Nós sentamos, dialogamos com a sociedade, tanto que este ano nós já aplicamos mais em investimento do que em custeio no Espírito Santo. Isso é um fato a ser comemorado no País. Este ano nós deveremos chegar a 65% dos recursos aplicados para a agricultura familiar em investimento e a 35% só em custeio. Nós vimos perseguindo isso, ano a ano, desde 2003, e estamos mudando um pouco a realidade da agricultura familiar.

Quero também registrar a nossa experiência, dizendo que não adianta trabalhar de forma dissociada com as ações que trabalham na geração de renda. Temos que entender, conforme foi dito aqui, que a agricultura familiar é um negócio. Quem entender o contrário tem que tratar a agricultura familiar numa outra esfera, na esfera da assistência social. E há isso lá no Governo do Estado. Num primeiro passo, ou seja, quem ainda não está preparado para receber os instrumentos para gerar renda na área rural tem assistência social

do Estado, da Secretaria de Trabalho. E nós somos parceiros. Quando há um degrau para progredir e gerar renda — afinal de contas é um negócio, e os agricultores não têm contracheque —, nós entramos com as nossas políticas. Mas é muito importante a questão da infraestrutura associada aos programas de agricultura familiar.

Lá no Espírito Santo há um programa de pavimentação de estradas rurais, que é exemplo para o País, inclusive isso saiu recentemente no *Globo Rural*. Nós barateamos muito o custo e estamos levando a questão da pavimentação para as comunidades agroturísticas, de produção da agricultura familiar. Também o Luz para Todos não é mais suficiente para o Espírito Santo. Estamos lançando no dia 16 deste mês um programa complementar ao Luz para Todos. Afinal, a energia já chegou em quase todos os domicílios. Todo ano surge um déficit porque alguém divide a propriedade e vai para um canto. Então, já estamos investindo pesadamente em recursos que chamamos de energia produtiva, porque os agricultores familiares passam a usar máquinas, equipamentos, fazem cereja descascada, café de qualidade, usam a irrigação. Já somos o Estado que tem a maior proporção de área irrigada do País. Portanto, precisa de energia a mais que não aquela que simplesmente dá conforto para ligar a geladeira.

Temos que trazer destes assuntos aqui para dividi-los com os senhores. É claro, fundamentalmente, já somos também o primeiro Estado do Brasil, há 6 anos, a pagar pelos serviços ambientais. Já pagamos por isso lá. Então nós temos essas frentes no campo da infraestrutura e nas atividades geradoras de renda e também na parte ambiental.

Para finalizar, o grande desafio, como alguns disseram aqui, é superarmos juntos a questão da juventude rural. Há um amplo programa de juventude rural lá, e não sabemos exatamente aonde estamos indo. Há um programa de capacitação. O PRONAF Jovem surgiu como alternativa, mas nós temos que fazer uma leitura, porque ele ainda não deu muito certo. Ou seja, o meio rural está envelhecendo e a reprodução desse patrimônio social, econômico, histórico e cultural, que é a agricultura familiar, depende, sim, dos jovens. Nós não estamos conseguindo segurar os jovens. Talvez este seja um debate que, todos juntos, devemos fazer: a academia, a pesquisa, a assistência e a classe política. Há este mesmo problema em Santa Catarina. Tem a ver juventude rural com sucessão. Talvez seja o nosso principal entrave hoje na agricultura.

Quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui, representando o nosso Estado, querendo aprender e também socializar um pouco das nossas experiências com a agricultura familiar.

Um abraço.

Parabéns, Deputado Zé Silva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Agradeço ao Secretário Ênio. O Espírito Santo realmente vem avançando em conquistas sociais para o campo, como na infraestrutura, diferente de outros Estados da Federação que ainda não avançaram.

Dando continuidade, quero falar sobre um ponto, Deputado Paulo Piau, muito estratégico para a nossa área. Vou protocolar hoje duas propostas de emendas constitucionais. Uma delas é para instituir os pisos salariais unificados para os funcionários das entidades públicas de pesquisa agropecuária.

Convido o Deputado Paulo Piau para passar, de forma simbólica — é evidente que vamos protocolar hoje à tarde —, um projeto de emenda constitucional ao Presidente do CONSEPA, que lidera as entidades de pesquisa. Presidente Evair, é a maneira de começar esse movimento de valorização dos profissionais da pesquisa. Passo às mãos do Deputado Paulo Piau, nosso grande parceiro aqui — como pesquisador, S.Exa. é o Parlamentar mais indicado para fazer esta entrega simbólica ao Evair —, o projeto de emenda constitucional que vamos protocolar hoje. *(Palmas.)*

A outra proposta de emenda constitucional é em relação aos profissionais que trabalham nas entidades públicas que atuam na sanidade animal e vegetal. Como não há aqui nenhuma entidade que congrega a defesa animal e vegetal, convido o Deputado Jesus Rodrigues para repassar às mãos do Secretário Eduardo Salles, que congrega o Conselho de Secretários de Agricultura do País, também de maneira simbólica, o nosso trabalho em favor desses profissionais. *(Pausa.)*

Quero esclarecer que o projeto da assistência técnica e extensão rural já está tramitando.

Como extensionista, estrategicamente, teria que ter... A PEC 49 já tramita na Comissão de Constituição e Justiça e nas outras Comissões.

Em seguida, passo a palavra ao Deputado Paulo Piau. Quero agradecer, Deputado, a oportunidade de poder participar com V.Exa. deste trabalho. Na verdade, o requerimento para promoção desta semana é de S.Exa. Os elogios e os agradecimentos têm que ser direcionados ao Deputado Paulo Piau. Na

época, eu lhe sugeri e S.Exa. gentilmente aceitou que colocássemos o assunto extensão rural nesta semana, que inicialmente seria a semana da pesquisa e da inovação. Como eu estava chegando na Casa, no começo do ano, solicitei a S.Exa., que gentilmente aceitou que colocássemos o tema extensão rural também. Quero, portanto, agradecer a oportunidade, Deputado Paulo Piau.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - A hora do almoço está aí e, se falarmos muito, tomamos bomba, não é Paulinho?

Inicialmente, Deputado Zé Silva, quero cumprimentá-lo e dizer da nossa felicidade. Esta semana é uma das semanas em que sentimos prazer de estar nesta Casa, porque estamos tratando de coisa objetiva, concreta. Estamos tratando de mudança de comportamento, pressão no Governo. Este é o nosso papel, como Parlamento, como Câmara Federal, como Congresso Nacional.

Ali, no auditório Nereu Ramos, está acontecendo o Seminário Internacional de Inovação Agropecuária. E hoje, pela manhã, tivemos palestras fantásticas da iniciativa privada, que parte também para a inovação.

Eu acho que a iniciativa privada e o poder público não podem prescindir da extensão rural, que V.Exa. defende na Frente Parlamentar que presidente — eu presido a Frente Parlamentar da Pesquisa e Inovação. Eu acho que fomos felizes nesse acoplamento, porque um setor não vive sem o outro.

Temos que achar um modelo institucional que possa potencializar a geração do conhecimento com a transferência desse conhecimento, porque não adianta gerar conhecimento para ficar nos periódicos internacionais ou acrescentar alguma coisa aos belos currículos, se isso não chegar realmente lá na ponta.

Acho que estamos no caminho correto, Deputado Zé? Com certeza, essa dobradinha vai surtir muitos frutos.

Quero ser breve. Eu penso que a nossa universidade é muito nova. Eu disse ontem, principalmente aos Secretários de Estado, apenas para uma reflexão, que a nossa universidade é muito nova; a nossa EMBRAPA tem 35 anos; a nossa ABCAR, a nossa (*ininteligível*), se estivesse aí, teria o quê? Sessenta, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Sessenta e quatro anos.

Então, gente, o que nós já conseguimos produzir neste País, com essa idade de criança ainda da universidade, dos institutos de pesquisa, alguns evidentemente mais antigos, mas com um volume pequeno... Agora que nós estamos conseguindo dar musculatura a esse organismo de geração de conhecimento, evidentemente, para transferência dessa tecnologia.

Eu digo isso com um ar de esperança. A nossa universidade tem um século apenas, e ela é a geradora de tudo isso. Nós temos que dar esse crédito, esse mérito à nossa universidade evidentemente.

Imaginem agora a universidade mudando de paradigma. Porque há 15 anos era proibido a universidade ter contato com a iniciativa privada. Era proibido. Era espúria a relação do professor, do pesquisador, com a iniciativa privada. Mas nós avançamos. Hoje, a universidade procura o empresário, o empresário procura a universidade, e essa relação é absolutamente saudável.

Eu estava pensando também no Brasil sem Miséria. Eu ouvia um discurso da Presidente Dilma, em Bruxelas, ontem, e ela dizia que devemos aumentar o consumo para aumentar a produtividade econômica, aumentar o emprego e essa coisa toda.

Se nós temos 3 milhões de pequenos agricultores que estão fora... não é que eles estejam fora, eles estão vivendo dos recursos naturais. Se conseguirmos colocar esse pessoal consumindo produtos com mais intensidade tecnológica, seja na irrigação, seja na mecanização, seja nos fertilizantes, nos defensivos agrícolas, imaginem como vamos fazer essa roda girar muito mais, dentro do conceito do aumento do consumo, da atividade econômica e do emprego. É o que o Brasil precisa.

Eu acho que nós estamos encontrando as peças capazes de fazer realmente o Brasil conseguir ser, quem sabe, a quinta potência econômica lá pelos anos 2015, 2020.

O pequeno agricultor pode ser essa peça de consumo fundamental nesse contexto. Não só o consumo pela população, mas consumo também da atividade industrial.

Para terminar, quero falar sobre o conhecimento, sobre onde estamos buscando a geração e a transferência do conhecimento, que é um dos itens do tripé. Depois vem a organização. Não podemos nunca — alguém falou isso aqui — deixar de lado a organização dos produtores.

O Deputado Jesus disse uma coisa muito interessante: *“Eu gostaria que os pequenos estivessem organizados para agregar valor a sua produção e não ser apenas mão de obra fornecedora de insumos para as grandes indústrias”*.

Temos que nos preocupar com o sistema cooperativista. Na Europa, ele é forte; nos Estados Unidos, ele é forte; aqui no Brasil, ainda é um sistema. O que existe é bom, mas é pequeno demais. Apenas cinco brasileiros, em cada cem, são cooperativados.

O sul nos dá exemplo disso. O norte e o nordeste não têm quase nada. O centro-sul, onde estamos, com Minas Gerais e São Paulo, precisa se desenvolver muito mais. Para quê? Para produzir melhor, para agregar valor a essa produção.

E é importante também o crédito. Nossas cooperativas de crédito hoje estão dando exemplo de que é possível ter um modelo diferente, para não ficar atrelado às grandes redes financeiras.

Então, vejam que perspectiva temos pela frente. No mais, são políticas públicas. Aí é um dever do Estado, um dever dos governos que estão aí.

Quando se fala de mercado — e gostei muito da exposição do Secretário de Santa Catarina —, quando se fala de clima, o Brasil ainda é insignificante na irrigação, com toda a terra, com toda a água e com toda a deficiência hídrica que temos, se compararmos o Brasil com os Estados Unidos.

O Paulo sabe do Irrigar Minas, um projeto que lançamos... A coisa não vai. Ficou nas gavetas da Rural Minas por quanto tempo, quantos anos? Isso dá angústia na gente. Isso é dever de governo de Estado.

Tomara que agora o Ministro Mendes Ribeiro assuma a irrigação. Eu tinha conversado com o Ministro Rossi para assumir isso anteriormente, e acabou na Integração Nacional. Que a Integração Nacional ocupe também esse espaço da irrigação, mas ele está muito mais para os perímetros públicos do que para a irrigação privada, que abrange 95%.

Eu acho que o MDA também pode assumir, juntamente com o Ministério da Agricultura, essa área da irrigação, porque ela é absolutamente fundamental. Temos *deficit* hídrico. E, hoje, pode-se ter uma área não tradicional: pasto irrigado. Nós sabemos como isso está resolvendo o problema do pequeno produtor de leite. São essas coisas que nós temos vistos.

Não vamos falar do clima, dessa coisa toda, mas gostei muito da exposição, das conformidades. Aí, sim, Deputado Zé Silva, conformidade legal. O Brasil hoje está travado, e a culpa é nossa. Não adianta fazer leis que vão embarçar mais os brasileiros. Nós temos, parece-me — li na revista *Veja* outro dia —, 2 milhões de leis feitas no País, da Constituição de 1988 para cá. Então, mais uma lei, mais uma lei, mais uma lei.

Nós precisamos dar um marco legal, segurança para a frente, nas áreas de meio ambiente, trabalho, fiscal, para as pessoas terem tranquilidade para produzir e não ficarem enroladas nessa burocracia infernal, porque isso realmente está travando o Brasil.

E quanto à questão do jovem no campo, se ele não tiver atrativo, ele vem embora para a cidade.

Acho que esse é o caminho. E nós dois, Deputado Zé Silva, juntamente com os demais Deputados que militam nessa área também, temos uma grande responsabilidade. Mas precisamos do apoio dos Secretários e de todos os que estão envolvidos para termos essa alavanca, a fim de tocarmos para a frente. É uma tarefa extremamente grande, mas fundamental para o Brasil.

Parabéns pela condução dos trabalhos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Obrigado, mais uma vez, Deputado Paulo Piau. Os nossos cumprimentos a V.Exa.

Em seguida, passo a palavra para o Presidente do CONSEPA, Dr. Evair Melo, para as suas considerações finais.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO - Sem muitas delongas, quero agradecer e registrar este momento importante, Deputado Paulo, Deputado Zé Silva e demais Deputados.

Vou repetir a frase, para encerrar: eu acho que a nossa geração está tendo a felicidade, a oportunidade e a coragem de colocar este tema em pauta, discuti-lo e fazer propostas. Tenho certeza de que os brasileiros que ora estão aí e os que virão serão muito mais felizes com essa intervenção e com a informação, que não vai ignorar os brasileiros, como já foram ignorados. Temos de incluí-los, com menos fadiga, no trabalho, com mais condições legais, para se trabalhar com clareza, com maiores possibilidades. Nós vamos fazer, sim, o Brasil sonhar pela agricultura.

E aí, Secretário-Adjunto, só para reforçar, a agricultura familiar, muito mais do que alimento, riqueza e renda, produz conceito. Quero fazer uma correção, conforme disse pela manhã, afirmando que não é só alimento que ela produz. Ela produz cultura, produz tradição, produz outras coisas mais. E nós temos de ter habilidade, Laudemir, de transformar tudo isso em renda. A renda não virá só da produção. Precisamos manter o tradicional, manter o cultural, manter o histórico, ou seja, fazer realmente um conceito. O conceito é que fica, o conceito é que vale, o conceito é marca. Produto se substitui, marca, não. Isso é fundamental e é um comprometimento nosso.

E tudo isso vem pela informação e pela educação que nós fazemos. Porque o serviço público que a pesquisa presta, com transferência pela ASBRAER — o Júlio não está mais aqui —, é educação, é dar essa oportunidade de emancipação.

Parabéns a vocês por estarem liderando este processo quase histórico e fundamental para que o Brasil possa ter orgulho cada vez maior do povo, da nação, dos políticos, dos homens públicos e da iniciativa privada que tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Obrigado, Presidente Evair. Parabéns pelo trabalho.

Estou acompanhando de perto, Deputado Paulo Piau, a reestruturação do CONSEPA, como nós vimos fazendo com a ASBRAER de 2004 para cá. Pode ter certeza de que um CONSEPA forte significa melhor integração e melhores resultados para a agricultura.

Passo a palavra à Dra. Vania, Presidente da EMBRAPA.

A SRA. VANIA BEATRIZ RODRIGUES CASTIGLIONI - Deputados Zé Silva e Paulo Piau, eu gostaria de agradecer a oportunidade. Acho que este é realmente um momento ímpar. Eu tenho 25 anos de trabalho, passei pelo Espírito Santo, pela universidade, estou na EMBRAPA e confesso que esta é a primeira vez que tive a oportunidade de participar de uma mesa para discutir pesquisa, extensão, assistência técnica, enfim, tudo o que está na pauta.

O mais interessante é que, se observarmos a fala das pessoas, perceberemos que estão convergentes. Creio que é fundamental estar neste esforço e não tenho dúvidas de que, se continuarmos neste caminho, vamos ter melhores resultados.

Eu gostaria de esclarecer o Deputado Jesus Rodrigues sobre por que eu falei em ambiente institucional estável; foi esse o termo que usei. Fiz uma retrospectiva das instituições no passado, e, na década de 1990, essas instituições, principalmente as estaduais, passaram por muitas transformações, na intenção de melhorá-las, ou não — não vamos fazer esse julgamento de mérito. Elas passaram por muitas transformações em períodos muito curtos, e, obviamente, isso afeta e vai afetar a produtividade dessas instituições, o foco, a determinação e o propósito que é delegado a elas. Foi nesse sentido que eu me expressei.

No mais, nós da EMBRAPA estamos à disposição para fazer essas discussões. No que for possível, temos o maior prazer em participar e dar nossa contribuição no que sabemos fazer, que no nosso caso é a pesquisa. Reconhecemos fundamentalmente a importância da assistência técnica e da extensão rural. Sem esse segmento nossas ações não teriam maior efetividade no atendimento à população brasileira e, em especial, à agricultura brasileira.

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Ao agradecer à Presidente da EMBRAPA, Dra. Vania, quero fazer um agradecimento não só especial, mas também carinhoso à equipe da EMBRAPA que, desde que cheguei a esta Casa, tem-me ajudado muito, tem-me ouvido e demandado. Estou muito honrado, Dra. Vania, por chegar aqui e poder ser útil a esta empresa que é um orgulho para todos nós brasileiros.

Na condição de Presidente da ASBRAER, eu tive a oportunidade de firmar convênios internacionais com mais de 12 países, e, onde chegávamos, a EMBRAPA já tinha plantado uma semente para que dela pudéssemos cuidar. Então, faço esse agradecimento muito especial.

Antes de passar a palavra ao Secretário Eduardo, a quem cumprimento, registro que ele pôde, junto com o Secretário Ênio, mostrar um pouco como integrar as políticas estaduais com as federais.

Na condição de Parlamentar, mas também na de extensionista — tenho quase o mesmo tempo de extensão rural que a Dra. Vania, porque já são 22 anos de trabalho nessa área — eu gostaria, Secretário, que V.Sa. levasse a todos os Estados quatro pontos que, na nossa concepção, são muito desafiantes.

A extensão rural começa a se revigorar e a cumprir o papel que nunca poderia ter perdido, mas há quatro pontos preocupantes nesse processo. E, se não dermos a atenção devida a eles, podemos esperar muito da extensão, e ela não ter condição de responder.

O primeiro deles diz respeito à estrutura das entidades estaduais, a estrutura administrativa, a forma como elas estão capilarizadas nos Estados.

O segundo ponto se refere ao fato de que nós estamos falando de sucessão de produtores, mas as nossas entidades estão parecidas com os agricultores, estão envelhecidas. Precisamos fazer concurso público para conciliar a sabedoria dos mais vividos que já estão na extensão rural com a energia e a jovialidade dos que chegam. Acho que isso é fundamental. E só haverá sucesso se resolvermos essa situação.

O terceiro ponto é a modernização da gestão. Nós temos um problema: a cada 4 anos geralmente há mudança na gestão das entidades, e precisamos ter estratégias metodológicas de gestão moderna e de tecnologia da informação.

V.Sa. disse que conseguiram aumentar de 80 para 500 mil...

O SR. EDUARDO SALLES - Para 520 mil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Para 520 mil DAPs, apenas mudando o *software* da DAP; em vez de ser *on-line* passou a ser *off-line*. Às

vezes, lá no interior, nos grotões da Bahia, de Minas Gerais e de muitos os outros Estados, a Internet chega quase que no lombo do burro ainda. Ela não chega pelo sinal de satélite.

E o último ponto, que não poderíamos deixar de apresentar aqui, é a questão salarial. Nós temos desde extensionistas que ganham 800 reais até os que ganham — não sei quanto — 10 mil reais, 8 mil reais, 6 mil reais. É preciso que se tenha um valor que, pelo menos, seja digno.

São pontos que eu gostaria que o senhor, como Presidente do CONSEAGRI, pudesse, formalmente, levar aos Secretários de Estado, aos Governadores. Eu tenho certeza de que a ASBRAER estará à disposição para fazer esse debate. E esta Subcomissão, o Deputado Jesus Rodrigues e eu, Presidente e Vice-Presidente, fazemos esse compromisso com o senhor também de estarmos à disposição.

Depois de toda essa lista de pedidos, passo a palavra ao jovem e dinâmico Secretário Eduardo Salles, da Bahia.

O SR. EDUARDO SALLES - Agradeço aos senhores novamente o convite. É importante demais para nós Secretários estarmos aqui, e acho que todos nós saímos daqui felizes com a oportunidade de discutir assuntos tão importantes. Como foi colocado pela Dra. Vania, é importante termos avançado aqui em discussões que são estruturantes para a questão agropecuária.

Eu queria só colocar rapidamente que temos dois problemas muito graves. Um é a questão da pesquisa nos Estados. Eu sei que alguns se destacam nesse tema. Sei que o Espírito Santo está na frente e que outros Estados foram colocados, tempos atrás, como prioridade. Mas há Estados, como a Bahia — que eu cito por ser o nosso —, hoje, até em função do último item que o senhor citou, a questão salarial, que não têm condições de ter um pesquisador com nível de mestrado ou doutorado, ganhando 1.000 reais. Eu credito, como a Dra. Vania falou, o fato de a EMBRAPA chegar ao nível em que está, no tocante aos seus técnicos, sem dúvida, à questão salarial, que acompanhamos ao longo dos anos e vimos que houve uma condição de elevação do salário e, consequentemente, de valorização dos pesquisadores da EMBRAPA. E isso se refletiu na produtividade, na produção do Brasil, sem dúvida.

Então, eu acho que o caminho, em âmbito estadual, é esse. Nós, na Bahia, temos feito um trabalho diferenciado. Eu não consigo competir com o trabalho feito pela EMBRAPA, com os técnicos de alto nível que existem hoje lá. Eu não tenho competitividade financeira para fazer isso. Então, estou colocando a nossa empresa de pesquisa num trabalho na ponta. Pegamos as

pesquisas da EMBRAPA — temos lá trabalhos da EMBRAPA em fruticultura e mandiocultura — e as aplicamos no campo. Através das nossas empresas, fazemos uma pesquisa mais na ponta, de pacote tecnológico e tudo o mais, porque não conseguimos avançar, infelizmente, nessa questão da pesquisa.

Acho que essa questão que V.Exa. coloca aqui dessa emenda é fundamental, mas ela tem que vir acoplada, Deputado Zé Silva, de alguma condição financeira. Vemos que o Orçamento do MDA, como foi dito aqui, não chega a 1% do Orçamento da União. É o que acontece na Secretaria de Agricultura da Bahia: eu tenho 1,6% do orçamento do Estado. Somos responsáveis por 24% do PIB e temos 1,6% do orçamento do Estado. São questões inerentes, que vamos ter que discutir mais a fundo. Mas acho que isso está ligado, inclusive, à questão da extensão rural.

Eu acho que a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural é uma necessidade. Ontem colocamos essa questão na nossa reunião com o Ministro Afonso, à noite, no jantar, porque, em cima disso, poderíamos ter um apoio maior para que pudéssemos arrumar um meio de compensação para ter uma interligação entre as empresas estaduais e essa empresa federal.

Acho que temos um problema muito grave, e foi a última questão que o senhor colocou: a questão salarial. Hoje, meus técnicos na empresa de pesquisa ganham 1.000 reais de salário. E estão todos envelhecidos. Se essa turma sair de lá, fechamos a empresa, inclusive. E eu não tenho coragem de fazer um concurso, hoje, para novos funcionários, porque, se eu sou engenheiro agrônomo, eu vou fazer um concurso para ganhar 1.000 reais de salário? Realmente, acho que não há como avançarmos nesse caminho. Precisamos de uma estruturação. E acho que com V.Exa. capitaneando o processo, Deputado, como Presidente desta importante Subcomissão, temos que levantar a bandeira junto com o Conselho dos Secretários de Agricultura, com a ASBRAER, com o CONSEPA, e fazer um trabalho conjunto para podermos dar uma estruturação a esse segmento da extensão rural e da pesquisa. Nas agências de defesa, hoje, nós temos salários mais dignos, mas acho que o problema envolve um contexto geral.

Quero reafirmar nosso apoio. Nós do Conselho dos Secretários de Agricultura estamos juntos para discutir e aprofundar tanto a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica como a questão da pesquisa e das agências de defesa, mas num contexto geral. Acho que temos de alocar recursos carimbados, temos de ter uma coisa ousada, realmente, para

conseguirmos dar estrutura ao setor. V.Exa. se referiu à sucessão dos técnicos. Nós não temos como fazer isso. Precisamos fazer um PDV lá.

Eu fui aprender muito com seu trabalho em Minas Gerais, na EMATER de Minas, que o Argileu me disse que era um exemplo a ser seguido. Fui com minha equipe toda, e passamos 3 dias em Minas. V.Exa. já tinha saído para a campanha eleitoral, mas pudemos ver o avanço da EMATER.

Mas acho que temos o consenso de criar um modelo, que pode até não ser único, mas adaptado à realidade de cada Estado, com o qual tenhamos um contexto nacional para trabalhar. Não adianta a Presidente Dilma dizer que extensão rural é prioridade, e, no MDA, o Ministro Afonso colocá-la como prioridade, e não termos recurso carimbado para isso.

Acho que temos de entrar na discussão, colocar o dedo na ferida, realmente, para que tenhamos um arcabouço legal para podermos fechar o cerco em relação à extensão rural, senão vamos ficar só na conversa ou nas adaptações. Eu acho que as chamadas públicas são adaptações boas — está melhor do que estava —, mas são adaptações, são remendos que estamos fazendo. E não podemos continuar com remendos numa questão tão crucial como é a da extensão rural e a da pesquisa nos Estados do jeito em que estão.

Muito obrigado pelo convite, novamente.

Parabéns à Presidente da EMBRAPA, aqui presente, ao Laudemir, ao Evair, amigo de longa data, e a todos os Secretários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Grande Secretário. Nós vimos aqui a determinação do Secretário. Pode ter certeza de que, nesta Casa, vocês vão encontrar também essa convicção.

Para fechar com chave de ouro, o Secretário Laudemir vai falar agora.

O SR. LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER - Obrigado, Deputado.

Quero parabenizá-lo, mais uma vez, pela iniciativa e dizer da nossa satisfação de estar aqui para fazer esta grande discussão. Agradeço também, Deputado, o queijo que nos ofereceu aqui. Acho que isso é muito importante.

A minha sensação, Deputado, é a seguinte: não é possível que não demos um avanço significativo à extensão rural, depois de tudo o que conversamos aqui. Se nós estamos falando a mesma língua — Secretários de todos os Estados, Governo Federal, extensionismo, pesquisa e Parlamento —, o queijo nós já temos na mão; falta a faca. Mas acho que temos a faca e o queijo para fazer isso. Eu fico muito satisfeito.

Fiz muita anotação, porque, realmente, a discussão foi muito boa. Eu queria ressaltar — sei que estamos adiantados da hora — alguns pontos, Deputado, que acho que podem ser uma agenda interessante de trabalho.

Nós estamos discutindo um tema mais ou menos específico, mas estamos discutindo também com as Subcomissões da agricultura familiar, da extensão rural e de energias renováveis.

Eu queria destacar, Deputado, algumas coisas bem rapidamente. Uma delas é a renda — eu diria: renda, comercialização, organização econômica, cooperativismo — e, dentro disso: compras públicas, gestão e SUASA. Esse é um grande bloco.

Acho que temos uma escada interessante para a agricultura familiar, para alavancar a organização econômica da agricultura familiar, que são as compras públicas. Nós temos 4 bilhões de reais em compras públicas para a agricultura familiar, e acho que temos de usar isso para alavancagem.

E acho que é central para o tema da sucessão e para o tema da juventude a renda. Se o nosso jovem não tiver renda, não adianta fazermos mágica. Ele tem que ter renda, porque com ela ele compra uma moto, ele vai ao baile, vai ao forró, toca sua vida. Mas ele também tem de ter Internet, para se sentir no mundo. Então, renda, tecnologia e Internet eu acho que são questões centrais para isso.

Acho que temos de discutir a sustentabilidade sob o ponto de vista ambiental, mas sobretudo sob o ponto de vista econômico. Temos de transformar o tema da sustentabilidade em incentivo para a agricultura familiar. Temos de fazer plantio direto, manejar melhor, não porque isso é bonito. É bonito, é importante, mas sobretudo vai melhorar a produtividade e vai aumentar a renda da agricultura e da agricultura familiar.

Quanto à energia — fiquei muito satisfeito com a fala do Deputado Jesus —, fica um recado também: temos de discuti-la, e não só etanol.

Vou dar um exemplo: há uma cooperativa de jovens, no Rio Grande do Sul, que está produzindo etanol e que já comprou a segunda máquina de cortar cana para agricultura familiar, desenvolvida pela Case, a maior indústria de tratores do mundo. Até 3 anos atrás, o menor trator que a Case tinha era de 140 cavalos. Hoje ela já está fabricando, inclusive, máquina de cortar cana para a agricultura familiar e também máquina para colher café. Já comercializamos duas ou três no Espírito Santo também para agricultores familiares. Então, existe experiência de pujança, de modernização.

Nós temos um projeto de biogás, de produção de energia a partir do tratamento de dejetos na agricultura de baixo carbono, que está em implementação, inclusive, por meio da ATER. Temos também um projeto de energia eólica. Enfim, existe uma agenda bastante importante.

E é a plataforma de ATER, de inovação e de pesquisa, que faz rodar tudo isso, seja a política de gestão para as nossas cooperativas... E falo aqui olhando para o SPSS, pensando lá na nossa Aurora, no nosso cooperativismo forte do leite, nas nossas grandes empresas e nas nossas grandes pessoas jurídicas da agricultura familiar, até os nossos pequenos grupos de agricultores. É preciso ter gestão para isso. E nós temos de trabalhar isso. Então, da nossa política para a extrema pobreza à nossa política de agricultura mais dinâmica, nós precisamos de ATER. E essa ATER tem de ser para a produção, para a sustentabilidade, para a gestão, para esse conjunto de coisas, Deputado.

Concluo dizendo duas coisas: primeiro, nós temos, sim, a tarefa de montar uma política universal de ATER para a agricultura familiar. Como nós vamos fazer isso? Eu tenho algumas ideias para discutir. Mas acho que temos de fazer isso, porque não teremos um Brasil novo se não tivermos um meio rural novo. E o meio rural novo depende da inovação e de políticas públicas. Acho que nós temos o mais importante, que é a nossa disposição de trabalharmos juntos, aquilo que eu dizia no início.

Nós estamos de parabéns pela iniciativa, pela nossa disposição, apesar do adiantado da hora, Deputado. Saio daqui muito animado de fazermos um trabalho conjunto.

Parabéns, Deputado, pela coordenação.

Agradeço aos Secretários de Estado, à EMBRAPA, enfim, a todos os que estão envolvidos nisso. Acho que nós estamos dando hoje um salto político muito importante rumo a uma política mais articulada, mais capaz, mais efetiva e mais eficiente para a nossa agricultura familiar, a fim de ajudarmos o nosso País a crescer e a se desenvolver cada vez mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Queremos agradecer ao Secretário Laudemir.

Secretário, peço que leve, da maneira mais objetiva possível, a nossa grande expectativa ao Ministro Afonso, que gostaríamos que estivesse aqui na abertura. Conte sempre com esta Subcomissão e com a nossa Frente Parlamentar para encaminhar esses temas tão importantes.

Agradeço à assessoria da Câmara dos Deputados, à assessoria do nosso gabinete, à assessoria do CONSEPA, à assessoria da ASBRAER, aos Secretários e a todos os que compareceram e contribuíram para o êxito deste nosso seminário.

Declaro encerrado o seminário.

Muito obrigado a todos.

9. REUNIÃO ORDINÁRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011

Participantes: Deputados Zé Silva - Presidente; Jesus Rodrigues - Vice-Presidente; Celia Rocha, Josias Gomes e Luís Carlos Heinze - Suplentes. Compareceram também os Deputados Carlos Magno e Paulo Foletto, como não membros.

O Presidente Zé Silva declarou que a presente reunião foi convocada, especialmente, para discutir dois temas importantes: o primeiro, o orçamento da extensão rural; o segundo, a proposta de uma entidade federal para coordenar uma política de estado de assistência técnica e extensão rural no Brasil. Prosseguindo, o Presidente da Subcomissão trouxe uma mensagem especial do Presidente da CAPADR, deputado Lira Maia, que propõe defender na Comissão de Agricultura uma emenda de comissão para a extensão rural. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Deputado Luís Carlos Heinze, que sugeriu um trabalho de integração via CAPADR e Emenda de Bancada, para reforçar os recursos destinados à assistência técnica e também à pesquisa. O deputado Jesus Rodrigues se solidarizou com todas as tentativas de carrear recursos para assistência técnica e extensão rural e propôs direcionar recursos do Pré-Sal para atender, pelo menos, as prioridades desses serviços. Logo em seguida, o deputado Paulo Foletto falou da importância da pesquisa para aumentar a produtividade com a economia dos recursos naturais. O Dr. Argileu Martins da Silva, Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA, falou de uma rubrica orçamentária de iniciativa do Ministro Afonso Florence, que tem a denominação “apoio a estruturação das entidades estaduais de assistência técnica e extensão rural”. Além disso, ele lembrou a lei aprovada na Câmara dos Deputados em 2009, que prevê uma conferência nacional de assistência técnica e extensão rural, a qual está prevista de ocorrer entre abril/maio de 2012. Antes, porém, serão feitas as conferências estaduais. Ele enfatizou que o Projeto de Lei orçamentária já prevê um crescimento de 47% dos recursos para

assistência técnica e extensão rural. A seguir, o Dr. Caio Rocha, Secretário de Política Agrícola do MAPA, disse que hoje os recursos do Governo Federal para as empresas de extensão rural não devem chegar a 10% no total ou nessa média, e acrescentou que 80% desses recursos é para a folha de pagamento. Ele falou que o serviço de extensão rural está, basicamente, vinculado à área de agricultura familiar e enfatizou que a determinação do MAPA é para o fortalecimento orçamentário. O Dr. Júlio Zoé, Presidente da ASBRAER, falou que este momento é uma grande oportunidade que temos para estar ampliando nossos horizontes no sentido de construir e levar inovação tecnológica aos agricultores. Ele acredita que toda esta discussão vai se aprofundar no momento que nós tivermos o projeto nacional. Ele também disse que só um órgão com capacidade de organizar, estruturar e ter uma forte impetração com os estados, nós poderemos construir uma arquitetura, com apoio político desta Casa, para realizar a sustentabilidade na extensão rural do Brasil. Prosseguindo, o Presidente passou a palavra ao Dr. Evair Vieira de Melo, Presidente do Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária – CONSEPA, que lembrou as palavras do Ministro Mendes Ribeiro Filho, o qual diz que a agricultura familiar não é uma entidade de classe, não é um grupo de pequenos que está formando miséria, é uma atividade econômica, sim, tanto do ponto de vista de renda quanto do ponto de vista para produzir alimentos que ora chegam às mesas de todos os brasileiros. Continuando, o Presidente concedeu a palavra ao Deputado Josias Gomes, que disse da satisfação de estar nesta reunião cujo tema é de uma relevância muito grande. Ele acredita que se os agricultores estiverem inseridos nas diversas tecnologias produzidas pela pesquisa agrônômica, eles passarão para outro patamar. O Deputado Carlos Magno propôs uma emenda da Comissão de Agricultura para reforçar o orçamento no atendimento à questão da pesquisa, da assistência técnica e da extensão rural no Brasil. Na sequência, o Presidente retornou e passou a palavra ao Deputado Luís Carlos Heinze, que achou que faltou a presença de um ente, o Ministério da Ciência e Tecnologia e também sugeriu pedir o apoio dos três ministros, da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Ciência e Tecnologia, além da Subcomissão se reunir com a Presidenta Dilma, porque ela vai dar o norte do orçamento do próximo ano. Ele falou, ainda, de fazer um plano diretor de pesquisa com a Embrapa, os órgãos estaduais e as universidades. Prosseguindo com a reunião, o Presidente Zé Silva concluiu sobre o primeiro assunto referente ao orçamento, elaborar uma emenda da Comissão de Agricultura para definir o

valor do orçamento e fazer uma reunião da Subcomissão com os três ministros, sendo que um deles seria nosso anfitrião, incluindo o CNPq, a ASBRAER, o CONSEPA e a Embrapa. O Presidente também falou do segundo ponto da pauta, que ele chama de pré-proposta de criação de uma entidade nacional do sistema único descentralizado de assistência técnica e extensão rural. Ele salientou que esta pré-proposta tem dois pontos importantes: o primeiro deles é a criação de um fundo nacional, cada estado cria os fundos estaduais e os municípios, os fundos municipais. E a proposta principal destes recursos é uma desoneração dos municípios e o governo federal contribuiria com mais recursos, pelo menos 35% destes. O segundo ponto é garantir que um pouco desses fundos sejam destinados para um programa de formação, um programa de modernização de gestão e um critério de sucessão. Prosseguindo, o Presidente fez uma breve introdução do cronograma de debate. Ele disse que, a partir de hoje, enviará a proposta para os três ministérios, além do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, da Contag e do CNA. No dia 23 de novembro, faremos uma audiência pública para definir a proposta com muita objetividade, com críticas e com sugestões, especialmente, de algumas fontes de financiamentos. E no dia seis de dezembro, faremos uma audiência com a Presidenta Dilma para levar a proposta. Logo após, o Presidente passou a palavra à Deputada Célia Rocha, que disse que se coloca à disposição e declarou está muito feliz pela definição de fazer uma emenda da Comissão de Agricultura para a extensão rural e para pesquisa, que também é fundamental. Ela fez um pedido para se dar visibilidade e importância à entidade ATER, que pretendem criar. Finalmente, O Dr. Caio Rocha disse que a criação da entidade federal de ATER é da maior importância para o Governo Federal, com a finalidade de fazer uma coordenação do serviço de extensão rural. O Dr. Argileu Martins da Silva informou-lhes que o Ministério do Desenvolvimento Agrário publicou uma chamada pública para contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural. E todas as entidades, públicas ou privadas, de assistência técnica e extensão rural do estado de Alagoas, podem mandar propostas para atender produtores de fumo para que estes tenham a opção de diversificar sua atividade, até o dia 28 de outubro. Explicou que esta campanha contra o tabaco é por conta da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, da qual o Brasil é signatário. Ele disse ainda que o principal motivo de o Governador Teotônio Vilela Filho recriar a Emater no estado de Alagoas é a impossibilidade de fazer contrato com a administração direta, ou seja, com a Secretaria de Agricultura, para realizar serviços de assistência técnica e

extensão rural. Dessa forma, ele está criando a entidade de modo que ela possa ser contratada pelo Governo Federal. Ele lembrou que há recursos de assistência técnica e de formação no Ministério do Meio Ambiente, no Ministério da Integração e também no Ministério do Trabalho, e sugeriu dissociar e tentar convergir todos esses recursos para um mesmo ambiente, com uma boa conversa com o Ministro do Planejamento. O Dr. Júlio Zoé disse que a extensão rural é um serviço de educação não formal e de caráter continuado, diferente de transferência de tecnologia. Portanto, é importante que os agricultores sejam incluídos neste processo, para que as tecnologias criadas sejam demandadas por eles e sejam também contemplados, porque o Governo está gastando milhões e milhões de um orçamento pequeno para desenvolver uma tecnologia que não está combinando com os anseios da população. Quanto à extensão rural, ele acrescentou que precisa existir um local onde possa centralizar esses recursos e onde possa ser um interlocutor dos estados para que esta metodologia seja feita de forma científica e os resultados possam acontecer da mesma forma que se faz na pesquisa. Uma das prioridades da Presidenta Dilma é acabar com a miséria no Brasil. Nós temos um grande número desses brasileiros pobres no nível de miséria, vivendo no campo, que estão excluídos de todo conjunto de políticas públicas que tem acontecido. Sem fortalecimento nem organização desse serviço, nós não vamos chegar a esses agricultores, ou seja, nós não estaremos atingindo essa meta. O Deputado Jesus Rodrigues se manifestou a favor da recriação de um órgão de assistência técnica e extensão rural federal, que possa ter uma interlocução boa com os estados e municípios. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Zé Silva agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos às dezesseis horas e quarenta e seis minutos, antes, porém, comunicou que no dia seis de dezembro haverá uma sessão solene, em homenagem à extensão rural, no Plenário Nereu Ramos, às nove horas e trinta minutos e à tarde, estará sendo exibido um filme “O mineiro e o queijo”. Ele tem a esperança que a Presidenta Dilma receba a Subcomissão para entregá-la, definitivamente, a proposta de criação da entidade nacional. Ele disse que é um grande trabalho que nós estamos prestando à Nação

10. REUNIÃO ORDINÁRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A PARTICIPAÇÃO DA SUBCOMISSÃO DO LEITE REALIZADA EM 7 DE DEZEMBRO DE 2011.

Participantes: Deputados Zé Silva - Presidente; Celso Maldaner; Jairo Ataíde e Oziel Oliveira - Titulares; Luís Carlos Heinze e Josias Gomes – Suplentes. Compareceu também o Deputado Junji Abi, como não

membro, e os Senhores Deputados Alceu Moreira, Domingos Sávio, Bohn Gass e Raimundo Gomes de Matos, membros da SUBLEITE.

O Presidente da Subagrif, Deputado Zé Silva, esclareceu que a reunião se destinava a discussão sobre “A criação de uma Entidade Federal de Assistência Técnica e Extensão Rural, tendo como foco especial o segmento produtivo de Leite e Derivados”. Em seguida, informou que a criação dessa entidade tinha vários objetivos: organizar e coordenar um conjunto de recursos e de conhecimentos de extensão rural e assistência técnica; otimizar recursos voltados para a educação não formal continuada da população rural, de agricultores familiares e para outras atividades correlatas à extensão rural; qualificar e fortalecer a prestação do serviço de extensão rural para a agricultura familiar; aprofundar e qualificar a relação entre pesquisa e extensão; promover a inclusão produtiva da agricultura familiar, em toda a sua diversidade; contribuir para a implementação e consolidação de sistemas de produção sustentáveis adequados aos biomas; contribuir para a erradicação da miséria no campo; proporcionar o acesso de agricultores familiares ao conhecimento e o acesso qualificado às políticas públicas; aumentar a produção de alimentos; e contribuir para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Prosseguindo, o Presidente Zé Silva convidou para compor a Mesa os Srs. Argileu Martins da Silva, Secretário de Agricultura Familiar Substituto do Ministério do Desenvolvimento Agrário — MDA; João Antonio Fagundes Salomão, Coordenador-Geral para Pecuária e Culturas Permanentes do Departamento de Comercialização e Abastecimento Agrícola e Pecuário da Secretaria de Política Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Júlio Zoé, Presidente da Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural — ASBRAER; Waldyr Stumpf, Diretor-Executivo de Transferência de Tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA. Logo, ele pediu desculpas por não ter podido chamar todas as autoridades que representavam o segmento governamental e o setor produtivo. Na sequência, o Presidente compartilhou o uso da palavra com o Deputado Domingos Sávio, Presidente da Subcomissão do Leite, que cumprimentou a todos, esclareceu as regras para o debate e concedeu a palavra aos expositores Argileu Martins da Silva, João Antônio Fagundes Salomão, Júlio Zoé, Waldyr Stumpf, Bruno B. Lucchi, Mário Nascimento, José Gilson Silva Alves, Hur Bem Correa da Silva, Duarte Vilela, Sr^a. Elizabeth Nogueira Fernandes, Wilson Massote Primo, José Gilson Silva Alves, Marcão e Marco Antônio Medronha da Silva. Na sequência, o Presidente Zé Silva, obedecendo à lista de inscrições para o debate, concedeu a palavra

aos Deputados Junji Abe, Bohn Gass, Alceu Moreira, Jairo Ataíde, Celso Maldaner e Oziel Oliveira. O Deputado Zé Silva explicou que a proposta de criação oficial estava sendo construída com a própria assessoria do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da ASBRAER e em seguida deveria ser aprovada nas duas Subcomissões e em uma reunião ordinária da Comissão de Agricultura. Encerrada essa fase, o Presidente Domingos Sávio concedeu a palavra aos Senhores Marco Antônio Medronha da Silva e Hur Ben Correa da Silva.

11. REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2011

Participantes: Deputados Zé Silva - Presidente; Jesus Rodrigues - Vice-Presidente; Jairo Ataíde e Vitor Penido - Titulares; Josias Gomes - Suplente. Compareceram também os Deputados Alceu Moreira e Carlos Magno, como não-membros

O Deputado Zé Silva informou a pauta desta 7ª Reunião - Criação de Instituição Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – e que se trata de Reunião Deliberativa Ordinária da Subcomissão da Agricultura Familiar e Extensão Rural no mesmo horário, local e com a mesma pauta da 16ª Reunião Deliberativa Ordinária da Subcomissão do Leite, portanto reuniões em conjunto, conforme convocação feita pelos presidentes das duas Subcomissões durante Audiência Pública conjunta da Subagrif e da Subleite realizada no dia 7 de dezembro, no Plenário 12. Em seguida, informou que as Reuniões têm como objetivo deliberativo a aprovação de Requerimento de Indicação de criação de órgão nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural a ser encaminhada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e à Casa Civil da Presidência da República, após aprovação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, na Reunião Deliberativa Ordinária convocada pela Presidência da Comissão para esta quarta-feira, dia 14, no Plenário 6. O presidente anunciou a presença e convidou para a Mesa de Reunião os Senhores Júlio Zoé de Brito, presidente da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – Asbraer -; Manoel Saraiva, representante da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil – Faser -; Paulo Cesar Dias do Nascimento Junior, da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB -; Argileu Martins – Secretário Substituto de Agricultura Familiar e Diretor de Assistência Técnica e

Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA -; Caio Castro, de Cooperativa do Vale do Jequitinhonha. Antes de passar a palavra aos convidados, o presidente a ofereceu aos Deputados presentes, iniciando-se pelo Deputado Jesus Rodrigues, que se declarou atento para que parte dos recursos do Pré-Sal sejam destinados à Assistência Técnica e Extensão Rural e solicitou apoio de todos para alterar o Projeto nº 2565 na Câmara dos Deputados, originalmente de n.º 448 no Senado Federal. Com a palavra, o Deputado Vitor Penido saudou a todos os participantes e clamou pela importância da criação de uma instituição nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. O Deputado Josias Gomes saudou Sérgio Paganini e parabenizou Zé Silva pelo esforço de ambos para que se crie o sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural, único e descentralizado, com aporte para a Agricultura Familiar, lembrando que esse sistema será capaz de fazer grande diferença na Região Nordeste. O Deputado Carlos Magno manifestou concordância com a observação do Deputado Jesus Rodrigues e, ainda, pela importância do tema e para fortalecer o trabalho da Subagrif, declarou-se disposto a integrar o colegiado e a participar ativamente. Com a palavra, o Deputado Jairo Ataíde estimou que a Assistência Técnica e Extensão Rural potencialmente fará crescer a Produção Rural, especialmente nas regiões mais pobres e rurais em todo o Brasil, em que médios e micros produtores são atualmente excluídos da possibilidade de utilização de vários recursos. Após as falas dos Deputados, seguiu-se a explanação, com recurso audiovisual, preparada pelo Deputado Zé Silva, em que explica a proposta de criação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – Sibrater -. Concluída a apresentação e antes do início das intervenções dos convidados à Mesa, o presidente Zé Silva anunciou a chegada do Relator da Subleite, Deputado Alceu Moreira; registrou o motivo da ausência do Deputado Domingos Sávio, que se encontra em atividade com o Governo de Minas Gerais; e informou a impossibilidade de comparecimento do Deputado Oziel Oliveira, Relator da Subagrif. Agraciado com a palavra, antes dos convidados, o Deputado Alceu Moreira comentou ter presenciado o aperfeiçoamento, o crescimento e a importância da atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa -, e ponderou que tal desenvolvimento precisava de uma contrapartida de Assistência Técnica e Extensão Rural, para que o conhecimento acumulado pela Embrapa pudesse de fato alcançar milhões de produtores rurais. Exemplificando com o segmento leiteiro, Alceu Moreira calculou que, com as mesmas matrizes e nas mesmas áreas atualmente

ocupadas, seria possível reduzir o custo em 40% e duplicar a produção do leite, apenas com a multiplicação do trabalho de Extensão Rural e Assistência Técnica específica para o leite. Propôs ainda o Relator que haja a redução dos tributos sobre o leite para constituição de um fundo para o crescimento do número de técnicos especialistas em leite, que tal iniciativa é coerente com a criação de um órgão centralizador como sugerido pelas duas Subcomissões presentes. Iniciando as intervenções dos convidados, Argileu Martins informou que 99% dos produtores brasileiros não conhecem, por exemplo, os estudos da Embrapa sobre o combate ao carrapato, praga que tem causado dois bilhões de reais de prejuízo anualmente, que tais dados mostram a importância da Assistência Técnica e Extensão Rural. Quanto à especialização de técnicos para o setor leiteiro, Martins informou que já há um programa com essa finalidade, desenvolvida como residência zootécnica pela Embrapa Gado de Leite, o qual forma 40 técnicos especialistas ao ano, concordando com o Deputado Alceu Moreira ao admitir que esse número seja pequeno ante o número de produtores a serem alcançados. Voltando ao tema, o representante do MDA disse que há no governo já um esforço em desenvolvimento para a criação de um sistema único de Assistência Técnica e Extensão Rural. Comentou que não é coincidência o fato de em meados dos anos 80 aos 90 até agora trinta milhões tenham saído do campo, quando houve decréscimo do crédito e expansão da centralização de recursos em poucos produtores. Esclareceu que agora há definidas políticas públicas para o meio rural, especialmente depois da aprovação da Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural, há pouco tempo. Tal lei, afirmou Argileu, já permitira ampliar para 523 as instituições de assistência e extensão qualificadas e inscritas em programas públicos. Disse ainda que o conjunto dessas políticas, que não se limitam apenas às políticas agrícolas, possibilitaram que 4,8 milhões de pessoas saíssem já da pobreza no meio rural. Continuando, o representante do MDA disse que atualmente há recursos dispersos, que o problema maior não são os recursos, mas a gestão. Citou Martins outra iniciativa da Embrapa, no desenvolvimento da Higienização de ordenha, pela qual o índice de contaminação cai noventa por cento, evitando prejuízos relevantes com doenças evitáveis. Ao caracterizar o trabalho apresentado pelo Deputado Zé Silva como fruto de esforços de várias mãos, Argileu confirmou que muitas informações não chegam aos produtores, mas que está em curso a mudança da atitude governamental ante os produtores rurais desfavorecidos, tendo citado o projeto de alfabetização, a política de documentação e a oferta de

assistência e extensão como partes do programa Brasil sem Miséria, instituído pela presidente da República Dilma Rousseff. Após a concessão da palavra, o presidente da Asbraer, Júlio Zoé, estimou que dos quatro milhões e duzentos mil considerados produtores da Agricultura Familiar aproximadamente um milhão e duzentos mil estão abaixo da linha de pobreza. Afirmou que só acaba a miséria no Brasil com o fim da miséria no campo, e que este depende da evolução do conhecimento e da tecnologia para desenvolver-se, crescer, sendo determinante para isso a Assistência Técnica e Extensão Rural. Calculou ainda Júlio Zoé que 1,7 bilhões de reais estão previstos nas diretrizes orçamentárias da União. Estes recursos, informou o presidente da Asbraer, somam-se aos 2,2 bilhões disponíveis pelos diversos estados, considerando que são recursos sem coordenação, que isso leva a que não se enxerguem resultados. Júlio Zoé afirmou que isso ocorria na área de pesquisa agropecuária, e, após o surgimento da Embrapa, empresa que utiliza metodologia científica, a realidade mudou. O presidente da Asbraer defendeu que o trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural seja feito igualmente com metodologia científica. Ao finalizar a fala, Julio Zoé disse que é necessário um somatório de esforços para tirar milhões de brasileiros produtores rurais do isolamento, e, ainda, que a presidente da República, segundo acredita, tem clareza da importância de instituir uma coordenação desses esforços de assistência e extensão. O presidente Zé Silva cumprimentou a Asbraer e todos os extensionistas rurais brasileiros, na pessoa do presidente Júlio Zoé, pela passagem, na semana anterior, da data nacional da Extensão Rural, 6 de dezembro, e concedeu a palavra ao representante da Faser, Manoel Saraiva. O sindicalista condenou a decisão de extinção da Embrater e disse que de lá para cá a entidade que representa lutou pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf – e vem tentando somar esforços para retirar da condição em que se encontram os nove milhões no campo que compõem os dezesseis milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza, calculando que muitos desses nove milhões são de jovens. Lembrou que, em seminário em Goiás, uma produtora solicitou ao Governador Marconi Perillo que trabalhe para tirar do horizonte de seus filhos a prostituição e o tráfico de drogas nas grandes cidades, mantendo-os no campo. Manoel Saraiva avaliou que o ex-presidente Lula fortaleceu a Assistência Técnica e a Extensão Rural e que a presidente Dilma tem reforçado o que foi iniciado no governo anterior ao dela. O sindicalista disse que há três desafios a vencer: instituir uma política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural; capacitar os gestores para essa política e recuperar os salários dos

extensionistas. Propôs ainda a participação da Asbraer e da Faser no conselho da instituição nacional de assistência e extensão. Em seguida, a palavra foi passada ao representante da OCB, Paulo Cesar, que fez duas perguntas sobre a proposta em discussão. Se os médios empresários estariam sendo integralmente beneficiados e como seria o aporte de recursos do Sistema S. Disse ainda que o sistema cooperativista contribui alcançando com assistência 12% a 13% dos produtores rurais atualmente atendidos. O presidente Zé Silva lamentou a ausência de entidades como a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura nesta Reunião. Depois, concedeu a palavra ao cooperativista do Vale do Jequitinhonha Caio Castro, que declarou representar aproximadamente 500 produtores rurais da sua cooperativa, dos quais 75% membros da Agricultura Familiar. Ele avaliou que falta continuidade nas políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural e, com isso, muito dos esforços são perdidos. Sugeriu o aumento do limite do valor de compra de agricultores familiares, hoje na faixa de R\$ 4.000,00. Após, o presidente Zé Silva agradeceu aos colaboradores, justificou a ausência do Deputado Bohn Gass, que se encontrava naquele momento na solenidade de entrega de 126 retroescavadeiras no Rio Grande do Sul. O presidente resumiu a discussão da Reunião, informando que três pontos práticos haviam sido propostos: que recursos do Pré-Sal sejam destinados à Assistência Técnica e Extensão Rural, conforme sugestão do Deputado Jesus Rodrigues; que se façam esforços para integrar o Deputado Carlos Magno na Subagrif; que seja criado um Fundo para a Assistência Técnica e Extensão Rural ao segmento leiteiro, estratégico, sugestão do Deputado Alceu Moreira. Logo a seguir, colocou em discussão e votação Requerimento para que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprove, na Reunião desta quarta-feira, dia 12 de dezembro, Indicação para que o Ministro do Desenvolvimento Agrário e a Ministra da Casa Civil desenvolvam a criação de sistema nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, o que exigiria provavelmente a assinatura de quatorze deputados da Comissão para inclusão do item na pauta de deliberações. Informou ainda o presidente Zé Silva que reunião com esses ministros será provavelmente agendada para a próxima semana, quando se tratará diretamente do assunto da Indicação. Posto em votação, o Requerimento foi aprovado. O Deputado Carlos Magno propôs que o Requerimento da Indicação seja o primeiro item a ser examinado, ante a premência da discussão e a preocupação dos parlamentares da Comissão com

a discussão do Código Florestal. Em seguida, o presidente cedeu a palavra, para as considerações finais, aos convidados. Argileu Martins disse que, com a mudança de política de acesso ao crédito do Pronaf, calculava a inclusão de 90% dos médios agricultores familiares. Júlio Zoé propôs residência em extensão rural e que a criação de estruturas de extensão rural faça parte de programas como o Programa de Aceleração de Crescimento – PAC -. Manoel Saraiva reforçou a necessidade de participação de organizações sociais no conselho do sistema brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural. Paulo César declarou que a OCB também está disposta a participar, inclusive com a experiência do Centro de Formação de Extensionistas da entidade. Em seguida, os Deputados fizeram as considerações finais. Josias Gomes estimou que somente o tempo diga a real importância para a Agricultura brasileira dos esforços que estão sendo desenvolvidos agora, declarando-se otimista. Zé Silva aduziu que de fato a história julgará. Jesus Rodrigues estimulou a insistência e a disciplina na busca do resultado pretendido. Carlos Magno defendeu que não baste apenas o serviço, mas um serviço de efetiva qualidade. RESUMO DAS DELIBERAÇÕES: Aprovado Requerimento de Indicação para que os ministros do Desenvolvimento Agrário e da Casa Civil articulem a criação de Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural. Indicado que as Subcomissões trabalharão para que recursos do Pré-Sal sejam destinados à Assistência Técnica e Extensão Rural. Indicado a integração do Deputado Carlos Magno à Subagrif. Indicado que sejam desenvolvidos esforços para a criação de Fundo de Assistência Técnica e Extensão Rural para o segmento leiteiro, considerado estratégico ao desenvolvimento do País.

12. REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2012

Participantes: Deputados Zé Silva - Presidente; Jesus Rodrigues - Vice-Presidente; Oziel Oliveira - Relator; Celso Maldaner e Jairo Ataíde - Titulares; Celia Rocha, Heleno Silva, Josias Gomes e Luís Carlos Heinze - Suplentes. Compareceram também os Deputados Carlos Magno e Homero Pereira, como não membros.

O Presidente destacou que o tema mais importante foi a Indicação de criação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural como entidade de coordenação nacional para o Ministro do Desenvolvimento Agrário e para a Ministra da Casa Civil, e, também, informou que o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, realizará uma reunião de trabalho, se possível, na

próxima terça-feira, com esta Subcomissão para receber o documento oficial. Na sequência, o Presidente fez um balanço das reuniões realizadas e das não realizadas no ano passado. Ele sugeriu fazer uma Audiência Pública para discutir os entraves à implantação do SUASA – Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária -, convidando um representante desse consórcio. O Deputado Celso Maldaner parabenizou a iniciativa do Presidente e disse que é muito importante porque evita o êxodo rural e ajuda a agricultura familiar. Prosseguindo, o Presidente falou que a discussão da legislação e comercialização do queijo artesanal de leite cru foi uma grande conquista desta Subcomissão, pois o Ministro Mendes Ribeiro publicou no dia 10/12/2011 a Instrução Normativa nº 57. Agora o queijo de minas pode ser vendido fora do Estado. Sobre o tema 3 do Programa de Trabalho, o Presidente comunicou que já está agendada uma Audiência Pública na Comissão de Agricultura, no dia 9 de maio, para discutir o Plano Safra, conforme requerimento nº 161/2012 de minha autoria. Em seguida, o Presidente falou do tema 4 e destacou que ele já foi aprovada a criação de órgão federal para exercer a coordenação da Política de ATER. Continuando a explanação, o Deputado Zé Silva lembrou que os temas 5 e 6, a questão de energias renováveis, foi sugestão do Deputado Jesus Rodrigues e também de alterar o termo “o autoconsumo de biodiesel” para “a comercialização de biodiesel” no tema 5. Prosseguindo, o Deputado Zé Silva disse que as chamadas públicas foram grandes conquistas, depois dos anos 90, da Assistência Técnica e Extensão Rural e que elas precisam ser esclarecidas. Na sequência, o Presidente pediu para acrescentar no tema 8, o Programa de Aquisição de Alimentos para a merenda escolar (PNAE). E ele destacou dois pontos: a) se o produtor transforma a matéria-prima que vende para a Conab e para a merenda escolar, simplesmente, a legislação brasileira obriga-o a recolher o IPI e, também, ele deixa de ser segurado especial do INSS, ou seja, perde sua aposentadoria, porque ele passa a ser um transformador; b) sobre os impostos, os produtores estão sendo sobretaxados na venda dos produtos. Em seguida, o Presidente colocou em discussão os temas apresentados. O Deputado Celso Maldaner pediu a palavra e sugeriu a criação de microempresas no meio rural e fazer uma Audiência Pública para discutir a questão do SUASA, pois é uma determinação da Presidenta Dilma. O Deputado Jairo Ataíde falou que o tema 8, também, deveria ser priorizado porque existem vários entraves. O Vice-Presidente, Jesus Rodrigues, disse que os temas 5 e 6 não são urgentes em relação aos outros, mas considerou importante que esse tema seja debatido, principalmente para as pequenas

idades. Continuando a presente reunião, o Deputado Zé Silva propôs o seguinte cronograma: na 2ª semana de junho, realizar o tema 1 e na última semana, o tema 8. No final de outubro, realizar o tema 7 e na 2ª semana de novembro, o tema 6. Ele lembrou que o Plano Safra será realizado no dia 9 de maio e disse para fechar o relatório em dezembro. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Relator, Deputado Oziel Oliveira, que propôs ao Deputado Zé Silva fazer um ofício solicitando a participação dos membros desta Subcomissão na Rio + 20 e encaminhá-lo à Coordenadora, Deputada Perpétua. Prosseguindo, o Presidente informou que o Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Deputado Raimundo Gomes de Matos, perguntou se há algum evento desta Subcomissão fora de Brasília, o qual pode ser realizado com recursos da Câmara. Então, é preciso apresentar uma proposta de recursos a ele, que fica responsável de levá-la até o Presidente Marco Maia. Logo em seguida, o Deputado Oziel Oliveira propôs um evento na cidade de Barreiras para discutir a questão da dívida. O Deputado Josias Gomes falou sobre o problema da seca que atinge o estado da Bahia e solicitou que a reunião fosse realizada em Salvador. Continuando, o Presidente colocou em votação o cronograma das reuniões e as propostas dos Deputados, que foram aprovados por unanimidade. Finalizando, o Presidente fez um convite especial aos nobres Deputados para participarem da 1ª Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Cnater), nos próximos dias 23 a 26, em Brasília. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às dez horas e quinze minutos, antes, porém, convidou os membros a participarem da reunião de Audiência Pública, no dia 9 de maio, quarta-feira, às 9h10, no Plenário 6, no Anexo II da Câmara dos Deputados, para debater o "Novo Modelo do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA".

13. REUNIÃO ORDINÁRIA (AUDIÊNCIA PÚBLICA) REALIZADA EM 9 DE MAIO DE 2012

Participantes: Deputados Zé Silva - Presidente; Jesus Rodrigues - Vice-Presidente; Oziel Oliveira - Relator; Carlos Magno, Celso Maldaner e Jairo Ataíde - Titulares; Celia Rocha e Josias Gomes – Suplentes

O Presidente, Zé Silva esclareceu que a reunião se destinava a discussão sobre o "Novo Modelo do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA". Convidou para compor a Mesa a Drª Maya Takagi e passou a palavra à expositora. A Drª Maya agradeceu o convite do Deputado Zé Silva e disse que

o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – foi criado em 2003 para promover o acesso à alimentação, com qualidade e quantidade, e fortalecer a agricultura familiar; que o programa permite a aquisição de alimentos de público definido, como os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e quilombolas. Ela disse que incluíram como parceiros do programa, além da Conab, os estados e os municípios para ampliar o alcance do programa porque é importante pela abrangência da agricultura familiar. Ela, também, esclareceu que o compromisso da Presidenta Dilma é ampliar os recursos do PAA para R\$ 2 bilhões até 2014 para alcançar 450 mil agricultores, os quais representam 10% da agricultura familiar. Outro desafio é colocar o programa de aquisição de alimentos como um dos pilares do eixo da inclusão produtiva rural do Plano Brasil Fome Zero. A Dr^a Takagi disse que foi editada, em 2011, a Lei nº 2.512, para viabilizar a expansão de atendimento. A nova legislação autoriza a União a celebrar Termo de Adesão com estados, municípios e convênios públicos que aderirem ao Programa. Continuando a presente reunião, o Presidente, obedecendo à lista de inscrições para os debates, passou a palavra ao Deputado Jesus Rodrigues, que questionou sobre o recurso, geral ou localizado no Piauí, que será investido neste programa de aquisição de alimentos e qual o valor que poderá ser pago via cartão. Em sequência, o Deputado Zé Silva passou a palavra à Deputada Célia Rocha, que frisou a importância da divulgação, porque este programa, ainda não consegue chegar a lugares onde existe a extrema pobreza e sugeriu que fizesse através das prefeituras. Segundo a Deputada Célia Rocha, o Programa é belíssimo, muda à realidade das famílias e precisa de uma forma mais rápida para atingir o maior número de pessoas, já que são 16 milhões. Prosseguindo, o Presidente fez algumas observações importantes: 1) o principal problema é o número reduzido da equipe da Conab para atender a demanda tão alta; 2) outra dificuldade, se a associação de produtores que transforma a matéria-prima em produto processado pode ser remunerada; 3) em relação ao pagamento com cartão, às vezes, é inviável o produtor se deslocar até o agente financeiro quando sua venda é tão pequena; 4) a legislação do Ministério de Agricultura faz a mesma exigência tanto para o pequeno produtor quanto para as grandes empresas, e se não sofrer nenhuma alteração estaremos excluindo esses agricultores; 5) incluir as cooperativas de crédito nas pequenas cidades onde não há Banco do Brasil e Caixa Econômica. Continuando, o Presidente Zé Silva agradeceu a vinda muito especial da Secretária Nacional de Segurança

Alimentar e Nutricional e propôs o fortalecimento da Extensão Rural. Finalizando, o Presidente da Subcomissão, Deputado Zé Silva, passou a palavra a Secretária para suas considerações finais. A Dr^a Maya Takagi respondeu ao Deputado Jesus Rodrigues que o programa iniciou em 2003 com R\$ 400 milhões, no ano passado, chegou a R\$ 780 milhões, praticamente dobrou em todo o Brasil, e este ano já está com 1 bilhão e 300 milhões de reais. A expectativa é chegar em 2014 com R\$ 2 bilhões de recursos. Ela frisou que todos os estados terão expansão de recursos. O convênio com o estado do Piauí, no total, era de 15 milhões, inclusive é um dos estados que tem maior número de recursos de convênio, atendendo 3 mil agricultores familiares. Por conta do Termo de Adesão haverá expansão neste estado. No estado de Alagoas, por exemplo, os recursos são de R\$ 2 milhões, a expectativa é ampliar para mais R\$ 3 milhões e já no segundo semestre, migrar para o Termo de Adesão. O PAA está elaborando manuais e cartilhas para agricultores e executores. Em relação à fala do Deputado Zé Silva, a Dr^a Maya respondeu que há necessidade de ampliação da equipe, não só em Minas, mas na Conab como um todo, porque ela é um executor do PAA, assim como de políticas de compras governamentais muito importantes e afirmou que esse problema já está colocado na agenda. Quanto à questão da remuneração das associações, ela disse que o pagamento é feito por produto processado, além disso, o decreto permite que a associação possa, em cooperativa, ficar com os recursos relativos ao processamento e a logística e pagar o agricultor dentro de uma relação cooperativa/cooperado, porém o governo não interfere nessa relação. Eles definem qual é o valor que o produtor deve receber pela entrega do produto e quanto deve ficar na cooperativa pelo processamento e pela logística, possibilitando o pagamento para a cooperativa. Quanto à questão do cartão, ela falou que já é prática, em vários estados, o pagamento depositado em conta. Quanto à questão da legislação, ela considera que o Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA – é importante para uma legislação mais adequada à pequena produção. É um tema relevante que está com o Ministério da Agricultura e que interessa ao programa para facilitar a entrada desses produtos no PAA. Em relação ao Sistema Cooperativista de Crédito, ela esclareceu que a Conab já tem convênio com cooperativas de crédito e a expectativa na segunda etapa é expandir para estas instituições. A Dr^a Maya Takagi agradeceu à atenção e disse que está à disposição para outras oportunidades.

Deputado OZIEL OLIVEIRA
Relator

Deputado ZÉ SILVA
Presidente